

SUZANA RAMALHO FURTADO

**LÉXICO E IDENTIDADE LINGÜÍSTICA: FORMAÇÃO DO
VOCABULÁRIO DO PORTUGUÊS-BRASILEIRO PELOS
ESTRANGEIRISMOS.**

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC/SP
SÃO PAULO
2008**

SUZANA RAMALHO FURTADO

**LÉXICO E IDENTIDADE LINGÜÍSTICA: FORMAÇÃO DO
VOCABULÁRIO DO PORTUGUÊS-BRASILEIRO PELOS
ESTRANGEIRISMOS.**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Língua Portuguesa, sob a orientação da **Professora Doutora Jeni Silva Turazza**.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC/SP
SÃO PAULO
2008**

BANCA EXAMINADORA

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Gerino Ramalho e Maria do Carmo, pelo amor, dedicação, educação e carinho que sempre me devotaram...

Ao meu esposo Sérgio, pelo carinho, apoio e incentivo durante todos estes anos juntos...

Aos meus filhos Aline e Guilherme, razão do meu viver, e inspiração para os meus objetivos...

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por me propiciar a família formidável e amada que eu tenho...

À Professora Doutora Jeni Silva Turazza, orientadora, por todos os ensinamentos durante a realização deste trabalho, cuja dedicação e incentivo ultrapassaram os limites profissionais...

À Professora Doutora Vera Lucia Andrade Bahiense Pavanello e ao Professor Doutor José Everaldo Nogueira Jr. , por suas valiosas contribuições, no momento da Banca de qualificação e de Mestrado, que possibilitaram a ampliação desta pesquisa.

Aos Professores Doutores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, pela contribuição à minha formação acadêmica...

À Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, por meio da Diretoria de Ensino Regional de Osasco, que, graças à concessão da bolsa de estudos, permitiu a realização desta pesquisa...

A equipe gestora, professores, alunos e funcionários da Escola Estadual “Professor José Jorge”, pela amizade e pelo apoio durante a pesquisa...

À minha irmã Regina que me acompanha, participa e compartilha, com muito carinho, da minha vida pessoal e acadêmica...

Aos meus irmãos Claudinei e Adriana, pelo carinho, dicas e apoio incondicional nos meus estudos...

Aos meus cunhados Bete e Rogê e ao meu sobrinho Henrique, pela ajuda no uso de novas tecnologias na área da informática ...

Aos meus sogros Antonio e Teresa, à minha avó Guiomar, à minhas tias, aos meus cunhados e cunhadas e aos meus sobrinhos que sempre estiveram ao meu lado.

Às amigas de infância Rosana, Elaine e Zenaide pela compreensão em razão falta de tempo para nos encontrarmos...

À amiga e professora Márcia Filomena, pelo incentivo para que eu fizesse o Mestrado...

Aos companheiros de curso Maria da Graça de Souza, Cassiano Butti e Regina Célia Carbonari por participarem juntos das experiências acadêmicas, pelo apoio, pelos livros que me emprestaram e pela torcida para o sucesso...

Às amigas e professoras Mônica Maria Rodrigues e Elisete Maria França, pelas contribuições, incentivo e convivência profissional.

RESUMO

Esta Dissertação situa-se na linha de pesquisa História e Descrição da Língua Portuguesa, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e compreende uma investigação exploratória, cujo objeto de estudo está circunscrito aos estrangeirismos presentificados no idioma português-brasileiro. Postula-se o uso de estrangeirismo como um fenômeno cujo marco se inscreve na própria história da formação de um dado idioma e se estende a qualquer contemporaneidade. Fundamentado pelos princípios e pressupostos da Lexicologia, e norteado por um objetivo geral — buscar compreender as estratégias empregadas pelos usuários do idioma português-brasileiro nos processos de transmutação dos estrangeirismos em empréstimos lingüísticos — o percurso investigativo está traçado por três focalizações. Uma que privilegia o ponto de vista histórico-cultural, atribuindo relevo a diferentes contextos das formações sociais humanas, no fluxo de suas construções, para neles situar a formação do idioma português-brasileiro como um produto de contato entre diferentes povos, usuários de línguas diferentes; outra mais ampla referente a contextos sócio-histórico-culturais que configuram formações sociais humanas que têm por suporte o desenvolvimento de tecnologias; e uma última circunscrita aos quadros dos estudos lingüísticos que privilegiam o léxico, com vistas a verificar quais são as estratégias implicadas no processo de nacionalização de vocábulos estrangeiros que, na atual contemporaneidade, foram ou estão sendo incorporados ao vocabulário do idioma português-brasileiro. O procedimento metodológico implicou a seleção e análise de um *corpus*, a título de exemplificação, composto de palavras do idioma inglês, selecionadas a partir de diferentes campos semânticos, no qual se busca focalizar os processos de transmutação de estrangeirismos em empréstimos lexicais, privilegiando a comparação com o marco fundador das categorias: projeção, transferência e identidade: aquelas que asseguram, por princípios analógicos, identificar o “não familiar” pelo “familiar”. Ressalta-se que, para as análises, as formas vocabulares e seus respectivos conteúdos foram considerados em sua dimensão fonológica, morfossintática e semântica. Os resultados obtidos indicam que a aquisição e uso de novos vocábulos, bem como de uma língua estrangeira, nunca ocorrem de forma isolada, e sim no fluxo da discursivização e têm por ancoragem os conhecimentos prévios do falante. De forma que, a utilização de palavras estrangeiras exige do usuário não falante do idioma inglês um maior esforço de interpretação e de compreensão mesmo quando o repertório cultural da língua inglesa é empregado em enunciados estruturados pelas categorias frasais da língua portuguesa. Constatou-se, ainda, que os vocábulos são aportuguesados pelo ponto de vista fonético e, quando integrados ao sistema vocabular, se tornam produtivos de forma que a nova matriz lexical passa a sustentar a produção de novas formas vocabulares; portanto os empréstimos são explicados pela produtividade lexical.

Palavras-chave: Lexicologia, Estrangeirismo, Empréstimo lexical

ABSTRACT

This Dissertation is grounded within the History and Portuguese Language Description research line, of the Post-Graduation Studies in Portuguese Language of Pontifícia Universidade Católica de São Paulo and comprehends an exploratory investigation, whose object of study is limited to the foreign words present in the Brazilian Portuguese language. The use of foreign words is seen as a phenomenon whose milestone is inserted within the history of composition of a certain language and reaches any coexistence. Grounded by the principles and presuppositions of Lexicology, and guided by a general objective – to try to understand the strategies adopted by users of the Brazilian Portuguese language in the process of transference of foreign words in linguistic loans – the investigative route is guided by three different focuses. One of them emphasizes the cultural and historical point of view, giving importance to different contexts of human social formations, in the flow of their constructions, in order to place in them the composition of the Brazilian Portuguese language as a product of contact between different peoples, users of different languages; another one, broader, concerns social, historical and cultural contexts that comprise human social formations supported by the development of technologies; and the last one is limited to linguistic studies that mainly focus on the lexical, aiming at determining the strategies implied in the process of nationalization of foreign words that, in the current coexistence, were or are being incorporated into the Brazilian Portuguese language vocabulary. The methodological procedure implied the selection and analysis of a *corpus*, in order to provide examples, comprised of words from the English language, selected from different semantic fields, in order to focus on the transference processes of foreign words in lexical loans, paying special attention to the comparison with the foundation milestone of the categories: projection, transfer and identity: those that ensure, by analogical principles, identify the “non familiar” by the “familiar”. It is important to notice that, for the analyses, the words and their respective contents were considered in their phonological, morphosyntatic and semantic dimensions. The results obtained show that the acquisition and use of new words, as well as of a foreign language, never take place in an isolated manner, but in the flow of speech and is grounded on the previous knowledge of the speaker. Therefore, the use of foreign words requires from the user who does not speak the English language a greater effort of interpretation and comprehension, even when the cultural repertoire of the English language is used in sentences structured by phrasal categories of the Portuguese language. It was also noticed that the words become Portuguese words in the phonetic point of view and, when integrated into the vocabulary system, become productive in a way that the new lexical matrix begins to support the product of new vocabulary forms; therefore, the loans are explained by the lexical productivity.

Key words: Lexicology, Foreign words, Lexical loan

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
-----------------	----

CAPÍTULO I – REPERTÓRIOS CULTURAIS: DAS SOCIEDADES ARCAICAS ÀS HISTÓRICAS – MATRIZES PARA A COMPREENSÃO DOS ESTRANGEIRISMOS

1.1 Preliminares.....	20
1.2 A língua no espaço da história e da cultura.....	24
1.2.1 Os limites da história oficial pela dinâmica cultural.....	29
1.2.2 As descobertas e invenções matrizes de renovação cultural.....	30
1.2.3 Propagação das descobertas e inventos.....	32
1.2.4 Cultura e civilização.....	35
1.3 As revoluções tecnológicas por palavras testemunhas.....	37
1.3.1 A Revolução Agrícola.....	40
1.3.2 A Revolução do Regadio.....	43
1.3.3 A Revolução Urbana.....	46
1.4 Sociedades arcaicas e históricas: uma síntese.....	53

CAPÍTULO II – REPERTÓRIOS CULTURAIS: MARCOS FUNDADORES DO PORTUGUÊS ARCAICO E DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

2.1 Preliminares.....	55
2.2 A construção da identidade lingüística pela identidade cultural.....	58
2.3 A conversão de língua de cultural ao <i>romanice fabulare</i> – origem do galego-português.....	60
2.3.1 Processo de dialeção: estratos da língua latina.....	61
2.3.2 Processo de dialeção: estratos das línguas dos bárbaros.....	65
2.3.3 Processo de dialeção: estratos da língua árabe.....	67
2.4 Formação do Estado Nacional português e os marcos da Revolução Mercantil.....	70
2.4.1 A criação do Condado Portucalense.....	71
2.4.2 A Revolução Mercantil e as grandes descobertas.....	74
2.4.3 O projeto de D. Henrique.....	75
2.5 A formação do Estado brasileiro pelos marcos da colonização: matrizes lexicais.....	78
2.5.1 O aportunuesamento dos habitantes do Brasil: a constituição de um vocabulário brasileiro.....	79

2.5.2 A dialeção do português arcaico pelos empréstimos lingüísticos dos ameríndios.....	81
2.5.3 O aportuguesamento dos habitantes do Brasil: a construção da gramática anchietana.....	83
2.5.4 A formação do Estado Nacional brasileiro.....	86
2.5.5 Revolução Industrial e Revolução Termonuclear: impulsos à criação de novas tecnologias e terminologias.....	88
2.6 Português-arcaico e português-brasileiro: uma síntese.....	94

CAPÍTULO III – A CRIATIVIDADE LEXICAL PELOS EMPRÉSTIMOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA MODERNA

3.1 Preliminares.....	98
3.2 Estrangeirismos e empréstimos.....	100
3.3 Os empréstimos e a falsa concepção de pureza.....	102
3.4 O uso de estrangeirismo e estratégias de exclusão.....	104
3.5 Alguns fundamentos teóricos para o tratamento dos estrangeirismos.....	109
3.5.1 Procedimento analítico.....	114
3.5.2 Resultados obtidos.....	131

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 140

REFERÊNCIAS..... 148

ANEXO A..... 156

ANEXO B..... 159

ANEXO C..... 160

ANEXO D..... 161

ANEXO E..... 162

ANEXO F..... 163

Língua

*Esta língua é como um elástico
Que espicharam pelo mundo.*

*No início era tensa,
De tão clássica.
Com o tempo, se foi amaciando,
Foi-se tornando romântica,
Incorporando os termos nativos
E amolecendo nas folhas de bananeira
As expressões mais sisudas.*

*Um elástico que já não se pode
Mais trocar, de tão gasto;
Nem se arrebenta mais, de tão forte.*

*Um elástico assim como é a vida
Que nunca volta ao ponto de partida.*

(Gilberto Mendonça Teles)

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, situada na linha de pesquisa História e Descrição da Língua Portuguesa, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, está circunscrita à área da Lexicologia e tem por tema o estudo dos estrangeirismos. Estes, concebidos como um fenômeno lingüístico, cujo marco se inscreve na própria história da formação de um dado sistema lingüístico, ou idioma nacional, que se estende a qualquer contemporaneidade, como é o caso dos anglicismos que povoam o cotidiano de nossa sociedade moderna.

A origem do deslocamento e o uso de vocábulos estrangeiros se explicam pelo contato entre povos distintos, falantes de diferentes línguas que, devido à falta vocabular tomam uma da outra formas vocabulares de que não dispõem para designarem novos/outros conceitos, idéias, ou “coisas do mundo”. Essa propagação, cujo suporte são as interações humanas, para Guilbert (1975), implica a incorporação dessas designações ao vocabulário geral da língua de que os importadores fazem uso.

Segundo esse autor, o vocábulo importado de um outro território lingüístico — por meio da propagação de conhecimentos científicos, tecnológicos, literários, ou mesmo informações, ou notícias veiculadas pelos meios de transmissão de sinais lingüísticos — pode ou não ser acolhido pelos usuários do território que faz sua importação. Quando não acolhidos pela maioria da população, eles são empregados como citação, de sorte a serem reconhecidos no corpo de um texto escrito por registro em *itálico*, ou uso de aspas. O não acolhimento deve ser interpretado como não aceitação; contudo, tal fato não impede que alguns usuários a eles possam recorrer, quer por necessidade de expressão, ou para demonstrar maior grau de erudição em relação àquele do seu interlocutor.

Nesse contexto é preciso compreender que as palavras em sendo uma produção humana destituída de autoria — razão pela qual ela é de todos e de ninguém, afirma Turazza (2005) — viajam pelo mundo e levam consigo carga significativa de caráter sócio-histórico-cultural daqueles que dela fazem uso e, à semelhança dos gêneros do discurso e/ou tipos de textos, atos de fala, estilos, integram-se aos repertórios culturais de um povo. Por conseguinte, não se importam simplesmente formas vocabulares, mas também seus respectivos conteúdos,

configurados por matrizes culturais que identificam o perfil de seus usuários. Assim, o processo de adesão às formas estrangeiras implica a sua reinterpretação pelas estruturas fonomorfológico-sintáticas da língua materna do importador e, também, de seus respectivos conteúdos sêmio-lingüísticos.

Segundo Morin (2005), as técnicas e os conhecimentos sempre transitaram entre continentes e sociedades, mas

foi só no século XX que se selou a aliança entre ciência e técnica, na tecnociência (...). Claro, todas as invenções e inovações são rapidamente utilizadas pelos poderes estatais e econômicos. No começo do século XIX, (...) a tecnociência tornou-se motora e transformadora. Ainda mais: a aliança técnico-ciência ampliou-se na indústria e em benefício do capitalismo. É esse quadrimotor, ciência-técnica-indústria-lucro, que impulsionou a marcha da história. (p. 214).

Nessa acepção, postula esse autor que a história da sociedade moderna tem os seus registros escritos nos conteúdos dos vocábulos “globalização” e “mundialização”. O primeiro faz remissão à automatização das mega-máquinas econômicas que, cada vez mais associadas entre si, buscam se fazer transnacionais, na medida em que dispõem de inúmeros canais de comunicação que lhes facultam transpor qualquer fronteira nacional. Dirigidas por uma elite internacional de executivos — *manangers*, *experts*, economistas especializados no conhecimento das informações, das administrações, proclamam a necessidade de um modelo de educação especializada, visando à formação do homem do futuro: aquele capaz de contribuir com a gestão e produção de “bens” desse novo mercado do capital econômico.

Assim, o vocábulo “globalização” se remete a uma concepção de um mundo sem fronteiras e “fora da lei”, ou seja, que escapa àquele da legalidade geridas pelos Estados e com eles se mistura, visto que a mega-máquina é administrada apenas pelo princípio da eficiência, da qualificação e do lucro. Trata-se do mito do progresso.

O termo “mundialização”, por sua vez, não se dissocia da complexa rede de significações condensadas pelo vocábulo “globalização”. Remete-se à necessidade de reinterpretar os princípios da humanidade, fundados nas matrizes de bens culturais capazes de assegurar a consciência de uma identidade comum, inscrita na pluralidade que qualifica os humanos: “(...) identidade que vem da filiação a uma

identidade materna e paterna que concretiza o termo pátria e traz a fraternidade a milhões de cidadãos sem laço consangüíneo”. (MORIN, 2005. p. 240).

Essa consciência, afirma Morin, está na construção de uma concepção de pátria terrestre destituída de abstrações e, para tanto, é preciso compreender que todos os homens têm os mesmos ancestrais que, indistintamente, são filhos da Terra. Tal compreensão obriga os homens a beberem no passado cultural, visto que é de suas raízes que ela emergirá e possibilitará a construção de uma “sociedade-mundo”, organizada pelos valores da vida em comunidade, povoada por princípios éticos e estéticos, ausentes do mundo do mercado de bens de capital financeiro-econômico.

Nessa acepção, os vocábulos “mundialização” e “globalização” se complementam na medida em que se concebe o mundo da vida como aquele que abarca a complexidade do mundo do mercado, das finanças, da atual política econômica, sem se reduzir a eles. Esse mundo da vida, capaz de levar a humanidade a se reencontrar consigo mesma, se explica por uma dupla dimensão:

aquela técnica-econômica é institucionalizada, bem organizada, movida por um pensamento único mais ou menos homogêneo (...). A outra deriva de correntes muito diversas e enfrenta dificuldades de organização (...mas é) irrigada pelas ricas correntes emancipadoras do passado — humanismo, democracia, socialismo — carrega a aspiração a um mundo melhor. (MORIN, 2005. p. 234).

Contudo, a primeira é estimulada pela segunda que vive em estado de efervescência e deverá entrelaçar as posições humanistas e sociais do passado para se firmar na sociedade civil internacional, com vistas a solucionar as grandes carências de humanidade que emergem daquela.

Esse contexto de complexidades, habitado por projeções, carências, marginalidades povoa o mundo contemporâneo que tem uma infinidade de reformas, em todos os campos do saber, registrados na reforma do vocabulário das línguas faladas no mundo. Tal fato comprova que as revoluções vivenciadas pela humanidade por descobertas, inventos e produções de novas técnicas incidem sobre a renovação do vocabulário. Por conseguinte, os empréstimos são múltiplos e variados — vêm dos países asiáticos, dos europeus e também dos EUA. Todavia, nesta pesquisa, privilegiam-se aqueles oriundos da língua inglesa, na medida em que o controle da mega-máquina a que se refere Morin é exercido pelo poder político-econômico dos EUA, após a Segunda Guerra Mundial.

Focaliza-se a incorporação dos estrangeirismos pelo seu processo de nacionalização pelo povo brasileiro, quer no exercício da fala oral, ou escrita. Ressalta-se o uso desses empréstimos por profissionais da área das ciências e tecnologias; contudo, muitos deles se fazem extensivos às práticas discursivas do cotidiano, quando são reinterpretados pelos parâmetros da cultura geral dos usuários da língua portuguesa. Outros ficam mais restritos às práticas discursivas de especialistas, quando a sintaxe e o léxico asseguram estilos próprios, fixando-se e nela permanecendo, mas sem deixarem de adequar as renovações e interpretações teórico-técnicas.

Observa-se, ainda, o fato de alguns políticos e/ou estudiosos das questões lingüísticas, quer nos tempos modernos e nos não modernos, assumirem posição contrária aos empréstimos, por interpretarem que estes sinalizam para valores referentes a procedimentos de um povo ou não sobre outros. A valorização dessa questão de caráter ideológico desconsidera o fato de as línguas, em qualquer tempo ou lugar, não serem sistemas puros, ou impuros, mas poluentes e poluídos, visto não se poder impedir o contato entre homens de línguas e culturas diferentes. (MORIN, 2005).

Afirma Guilbert (1975) e outros estudiosos desse tema que a importação de tecnologias, direta ou indiretamente, responde por mudanças do modelo de organização das forças que respondem por movimentos inerentes à dinâmica das relações sócio-culturais, principalmente quando fazem emergir novas funções, ou papéis sociais – técnico ou programador em computação, por exemplo. Por conseguinte, essas novas designações referem-se não só aos novos produtos – “computador”, “scanner”, impressora – mas também aos elementos que os constituem – “hardware”, “software”, “mouse”, “nobreak” – e, ainda, às funções desempenhadas por essas máquinas, por meio de ações humanas: digitar, escanear, imprimir, xerocar, fotocopiar, clicar, deletar... E, a essas funções são agregados valores como “baixo grau de letramento digital”, exclusão digital, por exemplo. Logo, a importação de novas tecnologias - produtos de conhecimentos no campo das ciências - carrega consigo novas idéias, conceitos que sempre são designados pela língua dos importadores.

Assim sendo, a nacionalização de termos, ou palavras estrangeiras não se refere apenas à denominação de uma máquina propriamente dita, mas de conceitos referentes a vários campos do saber ou áreas que co-ocorrem com novas

descobertas com novas/outras funções por elas desempenhadas. Tais designações podem ser ou não incorporadas ao repertório cultural de uma língua materna que, empregadas como designação de conceitos, idéias, objetos e/ou “coisas no mundo” são recontextualizadas pelos modelos léxico-gramaticais dessa língua importadora. A esse processo de recontextualização que abarca a nacionalização, os estudiosos designam “aportuguesamento”, “naturalização” ou “aclimação” para tratar da nova forma fonética e ortográfica desses novos vocábulos: um tema bastante controverso entre esses estudiosos.

O não consenso parece ser decorrente do fato de a escrita, se focalizada quanto à materialidade do seu sistema ortográfico, demonstrar a não equivalência unívoca entre dois sistemas fônicos e gráficos, quando do processo de nacionalização. Parece, entretanto, ser esse vazio, que emerge no tempo de comparação entre dois sistemas – aquele que o usuário domina e usa, porque aprendido desde o seu nascimento, e aquele que lhe é estranho, não familiar – ser o espaço necessário capaz de facultar a reinterpretação do “estranho”, pelo conhecido”. Nessa acepção, tal pressuposto deve facultar ao pesquisador responder à seguinte questão: em que medida esse processo de nacionalização responsável pela produtividade do sistema lexical da língua portuguesa – sempre em consonância com os movimentos desencadeados por forças responsáveis pela dinâmica das formações sócio-culturais – explicaria a “naturalização”, ou a “aclimação”.

Tomar-se-á, como ponto de partida, o fato de a nacionalização ser um processo complexo que pressupõe tanto a naturalização quanto a aclimação, pois se o primeiro vocábulo se refere à adoção do “estrangeiro” como palavra do próprio vocabulário dos importadores, fica pressuposta nesse ato de adoção a aclimação, o identificar-se com as condições vitais do clima para onde ele migra. Tais condições “climáticas” carregam consigo significados referentes à geografia humana que, segundo Santos (2006), abarca a cultura de grupos humanos, habitantes de um dado território nacional.

A reciprocidade entre as ações designadas por essas formas verbais possibilita considerar que ambas se remetem a questões de idiomatização, inscritas naquelas da nacionalização. Logo, pela nacionalização ocorre a perda da nacionalidade de origem do termo ou palavra estrangeira, por se haver a ele atribuído os mesmos valores e “direitos” daqueles que respondem pelo vocábulo

geral do português-brasileiro importador, ou seja, por ele se haver aclimatado. Empregado de modo natural, tais vocábulos passam a funcionar para designar modelos de representação de mundos, construídos por seus usuários, na medida em que tais modelos foram recontextualizados pela aquisição de novos conceitos, idéias, modalizados pelas matrizes da cultura do povo importador.

Descobrir essas matrizes, inscritas nas raízes da história fundadora da língua portuguesa, idiomatizada em terras do Brasil, será um dos focos da pesquisa que deve contribuir para uma melhor compreensão dessas mesmas matrizes culturais que asseguram o reconhecimento desse processo de idiomatização como fundador do português-brasileiro.

Outro foco estará voltado para uma perspectiva mais ampla, de modo a favorecer a compreensão de contextos sócio-histórico-culturais que configuram as formações sociais humanas que têm por suporte o desenvolvimento de tecnologias. Estas, se por um lado, garantem a renovação desses modelos de formações, por outro lado, são tornadas por eles, obsoletas e sempre renováveis. Tais renovações estão inexoravelmente associadas à própria dinâmica dos sistemas lexicais lingüísticos. Nessa acepção, esse foco se qualificará por um caráter exploratório, pois o objetivo que se busca alcançar está circunscrito ao desenvolvimento dessas tecnologias em diferentes contextos históricos dessas formações sócio-humanas, privilegiando a extensividade e a propagação delas entre diferentes povos, situados em diferentes lugares do espaço terrestre.

Um terceiro foco, cuja perspectiva estará centrada em conhecimentos de caráter propriamente lingüístico, capazes de fundamentar procedimentos analíticos de um pequeno corpus, selecionado a título de exemplificação. O objetivo, nesse caso, é verificar quais são as estratégias implicadas no processo de nacionalização de vocábulos estrangeiros que, na atual contemporaneidade, foram ou estão sendo incorporados ao vocabulário do idioma português-brasileiro. Tal incorporação deve implicar o uso de estratégias fonomorfológicas e sintático-semânticas que abarcam o uso de “velhas” formas vocabulares do idioma português-brasileiro. Esse uso, contudo, não decorre de uma mera transposição das formas estrangeiras para aquelas do português, visto que o sistema lingüístico da língua inglesa – aquele em que têm origem os vocábulos do *corpus* selecionado – não tem equivalência unívoca com aquele da língua portuguesa. Assim sendo, segundo Turazza (2005), a nacionalização de formas vocabulares tomadas como empréstimos implica o uso de

estratégias de criatividade, pois dessa não equivalência emerge a “falta” de fonemas, de morfemas, bem como de categorias sintático-semânticas para recobrir os da língua inglesa.

Os estudos desenvolvidos por Guilbert (1975) sobre o tema em questão possibilitam afirmar que os grupos de uma sociedade que mais facilmente dão adesão aos estrangeirismos são aqueles que estão inseridos no mundo do trabalho e nele atuam como negociantes ou industriais, cientistas ou técnicos, pois são sempre eles que, segundo esse autor, aderem entusiasticamente ao vocabulário estrangeiro. Essa adesão tem por fundamento a crença segundo a qual aqueles que se inserem nessas áreas do saber podem se colocar entre os homens poderosos que habitam o território ocupado pelos bens do capital importado. Esses bens, para Guilbert (1975) são aqueles produzidos no campo científico e ou tecnológico que renovam as fontes de produção do capital econômico e, conseqüentemente, do cultural: ambos refletidos no modelo de organização social.

Tal convicção fez com que se classificasse o mundo em dois blocos: aquele habitado por homens desenvolvidos e aqueles habitados por homens subdesenvolvidos, ou seja, habitantes de países exportadores de ciência e tecnologia e habitantes de países importadores desses mesmos bens.

Essa crença projetada pela necessidade de inserção faz com que esses grupos economizem na tradução, para instituírem um sistema de confraternização internacional tomando por parâmetro a terminologia que acompanha os bens importados. Por conseguinte, no caso dos técnicos, a adesão é explicada pela preocupação com a eficácia e a necessidade que têm de trabalhar com os equipamentos estrangeiros; logo, aderir aos termos estrangeiros é uma conduta decorrente da necessidade de compreensão da estrutura e funcionamento desses equipamentos, concebidos pelos seus fabricantes. Para os cientistas, a preocupação é com a eficácia decorrente da necessidade de se compreender conhecimentos teóricos que facultaram a produção desses bens tecnológicos. Já os industriais, aderem aos termos estrangeiros em razão da necessidade de uso proficiente desses equipamentos para assegurar a manutenção do sistema de produção de suas indústrias, cujos produtos manufaturados precisam ter mercado, enquanto os comerciantes os têm como recurso lingüístico que faz remissão à qualidade do produto que vendem.

Ressalta, ainda, Guilbert (1975) a necessidade de se considerar a massa de não especialistas ou do público que se submete a pressões de caráter sócio-cultural, impostas pela importação de equipamentos, de teorias, de filmes, de romances – principalmente os policiais – revistas e jornais infantis, músicas...; poderosos veículos de ideologia do campo da indústria do lazer e/ou da diversão que, necessariamente, acompanha a importação de tais produtos. Contudo, é preciso atribuir relevo ao fato de que, se as relações econômicas fundadas no modelo comercial dessas importações implicando a refuta ou a adesão ao vocabulário que os denomina, essa política de adesão poderá sofrer rupturas, sempre decorrentes de mudanças de interesses.

Assim, tais mudanças levam políticos, motivados pelo princípio do nacionalismo, a se colocarem em defesa do “idioma nacional”, posicionando-se contrários aos anglicismos. Esse é o caso do Projeto de Lei 1676/99 (ANEXO A), de autoria do Deputado Federal Aldo Rebelo, PC do B, que propõe a proteção, defesa e o uso da língua portuguesa, a partir de punição, por multas, àqueles que venham a desrespeitar o proposto pelo referido projeto de Lei.

Tal procedimento, se por um lado, incentiva a defesa do idioma frente ao uso exagerado de estrangeirismos em detrimento ao uso da língua materna, por outro lado, desencadeia reflexões dos lingüistas de que resultam estudos sobre os empréstimos. Por conta desse Projeto de Lei, Carlos Alberto Faraco (2001) organizou o livro: *“Estrangeirismos: guerras em torno da língua”*, nele, Faraco apresenta textos de Pedro M. Garcez, Ana Maria Sthal Zilles, Marcos Bagno, John Robert Schmitz, José Luiz Fiorin, Sirio Possenti e Paulo Coimbra Guedes, que discorrem de forma crítico-reflexiva sobre o Projeto de Lei, para apontar a inadequação da proposta do Deputado fundamentada em argumentos não convincentes, porque meramente político-ideológicos.

Nessa acepção, considera-se o tema dos empréstimos para além dessas questões políticas e/ou ideológicas, inscrevendo-os na história da própria formação do idioma português-brasileiro, visto que as línguas de cultura ou a própria cultura não se consubstanciam pelo isolamento de um povo em Estados políticos, como é o caso da brasileira.

Por conseguinte, os estrangeirismos merecem ser investigados por dois pontos de vista complementares: um fundamentado pela perspectiva histórico-cultural de um povo; outro referente a posições político-ideológicas. Observa-se que

tal posição está fundamentada em projetos políticos que visam à planificação e institucionalização da língua oficial: uma norma de prestígio que visa controlar as variações e o uso de formas léxico-gramaticais que promovem o dinamismo do próprio sistema e, conseqüentemente, rupturas nessa norma oficial. É por essa razão que nossos gramáticos tradicionais se opõem ao uso de estrangeirismos, à semelhança do Deputado Aldo Rebelo, em nome do “purismo lingüístico”.

Privilegiar o ponto de vista histórico-cultural, atribuindo relevo a diferentes contextos das formações sociais humanas, no fluxo de suas construções, para neles situar a formação do idioma português-brasileiro como um produto de contato entre diferentes povos, usuários de línguas diferentes, deverá comprovar a não pureza do próprio sistema lingüístico do qual emerge o idioma brasileiro, dentre outros. Esse posicionamento facultará um tratamento mais aprofundando para os estrangeirismos que foram e continuam sendo incorporados ao idioma mencionado, contribuindo para a extensividade e renovação do seu léxico. Esse objetivo geral deverá possibilitar o desenvolvimento do tema proposto e a sua mensuração será considerada a partir dos objetivos específicos que facultarão organizar a pesquisa em três dimensões, ou focos. Nesse sentido, os objetivos específicos que orientam a elaboração desta pesquisa estão configurados da seguinte maneira:

1. verticalizar conhecimentos contextos sócio-histórico-culturais que funcionam como parâmetro para a compreensão do vocabulário fundador das línguas naturais: suporte para o entendimento dos estrangeirismos contemporâneos, convertidos ou não em empréstimos;
2. tratar da construção da identidade lingüística pela identidade cultural, para melhor explicitar os processos de nacionalização de vocábulos estrangeiros.
3. compreender os processos de renovação e produtividade do sistema lexical do idioma português brasileiro, pela incorporação de empréstimos..

Assim sendo, para atender a esses objetivos, propõe-se a seguinte organização para apresentar a pesquisa realizada, além da Introdução e das Considerações Finais:

- Capítulo I – **Repertórios culturais: das sociedades arcaicas às históricas – matrizes para a compreensão dos estrangeirismos:** tem caráter exploratório e está configurado de modo a que o pesquisador explicita, com

vistas a compreender, contextos sócio-histórico-culturais em que se sustenta a formação do vocabulário fundador das línguas naturais e, conseqüentemente, os estrangeirismos contemporâneos. Nesse caso, o resgate dos bens culturais materiais e não materiais é focalizado por descobertas e invenções que serviram e servem de suporte para a organização das formações sócio-culturais humanas.

- Capítulo II - **Repertórios culturais: marcos fundadores do português-arcaico e do português-brasileiro** – apresentam-se, por uma perspectiva historiográfica, fundamentos que possibilitam ao pesquisador tratar da construção da identidade lingüística pela identidade cultural. Toma-se por ponto de partida a origem do português arcaico transportado para o Brasil, na época de sua descoberta e colonização, bem como o processo de idiomatização, cujo fundamento é a cultura indígena e a africana. Por essa perspectiva busca-se compreender o idioma como uma arquitetura de um sistema lingüístico que tem por suporte novos matizes culturais. Contudo, esse novos matizes modificam o sistema em uso, mas não promove rupturas radicais, de sorte a formar uma outra língua ou sistema lingüístico.
- Capítulo III – **A criatividade lexical pelos empréstimos na sociedade moderna brasileira:** apresentam-se fundamentos das Ciências do Léxico que responderão pela análise do corpus selecionado, a título de exemplificação. Tais análises devem possibilitar explicar que a incorporação de vocábulos estrangeiros funciona como recurso de expressividade, sem alterar as matrizes formadoras e fundadoras do idioma ao qual eles são incorporados.

CAPÍTULO I

REPERTÓRIOS CULTURAIS: DAS SOCIEDADES ARCAICAS ÀS HISTÓRICAS — MATRIZES PARA A COMPREENSÃO DOS ESTRANGEIRISMOS

1.1 Preliminares

O vocabulário, para os estudiosos da lingüística contemporânea, qualifica-se como um dos elementos do repertório interpretativo dos usuários de uma dada língua e, nesse sentido, são unidades que asseguram a construção de práticas discursivas, tendo por parâmetro “o contexto sócio-histórico-cultural” em que essas práticas são produzidas. Spink e Medrado (1999) também consideram ser os repertórios interpretativos – formas léxico-gramaticais, gêneros do discurso e/ou tipologia de textos, atos de fala, estilos – os fundamentos das práticas sociais humanas, visto que por eles é possível compreender não só a dinâmica, mas também a variabilidade e a estabilidade das produções lingüísticas humanas. Por conseguinte, o vocabulário é dinâmico e variável de pessoa para pessoa, de grupo social para grupo social, alocados em tempos e lugares diferentes, de civilização para civilização e de cultura para cultura.

Para Turazza (2005) os vocábulos são compreendidos como formas léxico-gramaticais socialmente construídas no espaço das produções discursivas e, nessa acepção, as pessoas deles fazem uso para produzir sentidos. Construídas e reconstruídas, no fluxo da dinâmica dos processos sócio-cognitivo-interativos, quando a linguagem se situa entre os homens, essas formas léxico-gramaticais são desmobilizadas-remobilizadas, de sorte a se adequarem aos modelos de contexto situacional e facultarem a comunicação. Segundo a autora, essas formas lingüísticas de tal repertório se inscrevem nas matrizes culturais de um povo; logo, têm raízes históricas e possibilitam aos usuários de uma língua designar novos conceitos, novos conhecimentos de mundo, por meio delas. Por conseguinte, para compreender tais repertórios, na dimensão da palavra, é preciso assumir uma posição perspectivizada pelo olhar capaz de situá-los no longo tempo da história de

constituição das línguas que se busca estudar, sem desconsiderar as mudanças de conteúdos sócio-culturais, estruturadas por essas formas lingüísticas que apresentam certo grau de estabilidade. A esse grau de estabilidade designa-se “significado”.

Nessa acepção, este capítulo desta Dissertação tem caráter exploratório e está voltado para a compreensão de contexto(s) sócio-histórico-cultural(is) que funciona(m) como parâmetro para a compreensão do vocabulário fundador das línguas naturais, visto que tal fundação se qualifica por um número bastante significativo de empréstimos. Tais empréstimos resultam da transmutação de estrangeirismos, isto é, de adequações de vocábulos estrangeiros aos modelos fonomorfológicos e sintático-semânticos, consoante matrizes sócio-culturais das línguas que os importam.

Esse processo de importação, implicando reinterpretações capazes de converter o estranho, o não familiar, em conhecido, familiar, não se dissocia da importação de novos/outros conhecimentos e das tecnologias por eles produzidos. Os conhecimentos e suas tecnologias respondem, por um lado, pela transformação e desenvolvimento das condições da vida humana na Terra e, por outro lado, pelos modelos de formações sócio-culturais, inscritos no fluxo do longo tempo da sua própria história. Observa-se o fato segundo o qual essas formações tanto asseguram a construção dessas tecnologias quanto são transformadas por elas, na mesma proporção em que as tornam obsoletas e renováveis e, por essas renovações, tais formações, suas línguas e seus vocabulários também se renovam.

Ressalta-se que, na presente contemporaneidade, a técnica tem ocupado grande parte dos processos investigativos no campo das ciências. Embora a técnica experimente um primeiro desenvolvimento explosivo no período neolítico das formações sócio-culturais humanas, só no século XVIII, as tecnologias são associadas à ciência, de modo que o acasalamento entre ambas terá por marco o século XX. Contudo, afirma Santos (2001), a ciência moderna é fertilizada na Idade Média e nasce no Renascimento, quando a concepção de racionalidade humana se sobrepõe àquela de racionalidade divina, ou seja, os parâmetros fundados na visão de mundo teocêntrico são superados por aqueles antropocêntricos.

Nesse sentido, quando se retomam estudos referentes à teoria do conhecimento, descobre-se que as técnicas antecedem à produção científica da modernidade e são qualificadas como fundamento de todo e qualquer

desenvolvimento humano. Para Jacquard e Planes (2006) é difícil estabelecer os primeiros marcos produtores de tecnologias, mas é possível compreender que o uso de lascas, quer de madeira ou pedra, capazes de facultar o despedaçamento de caças para a alimentação, já implicava a produção de uma técnica humana. Tal produção aponta para a seleção dessas lascas bem como a necessidade de lapidá-las de modo a se tornarem objetos cortantes, de sorte que esse trabalho abarca a transmutação delas em utensílio. Observam os autores que esse trabalho pressupõe uma projeção orientada para um objetivo futuro: caçar para comer. O mesmo processo ocorre com a descoberta e uso do fogo: um inimigo de todos os demais animais, convertido em colaborador do homem, quando descobriu o seu princípio e dele passou a fazer múltiplos usos: cozer alimentos, aquecer-se, afugentar inimigos e transformar minérios em metais.

A tecnologia não se dissocia de conhecimentos produzidos por experiências, descobertas e invenções. Por conseguinte, todo e qualquer instrumento produzido pelo homem para suprir necessidades ou vencer obstáculos que o impedem de conquistar objetivos no aqui e no agora, bem como no futuro, são designados “tecnologias”; razão pela qual estas se explicam pelo vínculo com as projeções humanas, o que não ocorre com os demais animais.

Nesse contexto, pode-se observar a existência de um conjunto de vocábulos registrados nas mais variadas línguas modernas, mas que se remetem à designação dessas tecnologias perdidas no tempo da história. Segundo Melo (1971), são “palavras-chaves” por meio das quais se denominam tanto os elementos “naturais” do mundo da vida – “água”, “ar”, “vento”, “chuva”, “terra”, “sol”, “lua”... – como aqueles referentes à produção de tecnologia: “faísca”, “moinho”, “irrigação”, “canal”, “eólio”, “barco”, “adubo”, “plantio”, “colheita”... Tais denominações respondem pela formação da base do vocabulário de uso comum cuja extensão está associada à extensividade de conteúdos e tecnologias que sempre viajaram e viajam de um lugar para outro, contudo, sempre reinterpretados. Assim, por exemplo, em sociedades onde a água se faz escassa o uso dessas tecnologias difere daquele em que esse elemento se faz abundante. Razão pela qual as usinas hidrelétricas e o domínio de sua construção não estão incorporados aos povos do deserto, por exemplo, e o vocabulário referente a esse campo do saber será mais extensivo ou não. Logo, a propagação de tecnologias e de suas designações, depende de fatores sócio-geográficos-culturais que orientam a seleção do que é

importado, o que também diferencia a formação da base vocabular das línguas naturais.

A bibliografia pesquisada aponta que os agentes históricos por meio dos quais as sociedades humanas se transformam abarcam diferentes ordens de complexidade e, embora não se possa reduzir a força propulsora desses movimentos renovadores apenas às tecnologias, elas são os seus fundamentos primeiros. É nessa acepção que o pesquisador optou por privilegiar as *tecnologias* como objeto de exploração neste Capítulo, mesmo reconhecendo a força dos mitos – fundamento das ideologias, segundo Morin (2005) – das guerras e das religiões, como agentes históricos dessa força transformadora.

Justifica-se tal recorte na medida em que eles parecem responder pela propagação de estrangeirismos, apontando para o fato de serem, estes, produtos de contatos entre humanos que, estranhos entre si, fazem-se familiares por suas descobertas e inventos. Tal familiaridade tem por suporte a linguagem – marco dos processos de hominização pela produção de “cultura”, abarcando a produção de conhecimentos e técnicas: um bem criado, protegido, mantido, nutrido e reconstruído pelo homem. De acordo com Morin, é a cultura “que permite apreender e conhecer, mas também é o que impede de aprender e conhecer fora de seus imperativos e das suas normas.” (2005. p. 36).

Assim sendo, busca-se saber o que os imperativos e as normas da “ciência moderna” permitem ou impedem o pesquisador de aprender a conhecer “sobre seus antepassados”. Entende-se que tais contextos facultarão construir uma nova concepção sobre os estrangeirismos e seus usos. Seriam eles uma questão inerente apenas à modernidade dos séculos XX e XXI? Haveria razões para o Congresso brasileiro votar uma Lei proibindo o uso de estrangeirismos pela sociedade brasileira (conforme capítulo III), na medida em que parece haver um substrato cultural comum fundador de diferentes e variadas culturas existentes no mundo, registradas em diferentes línguas? Neste capítulo, objetiva-se reconstruir tal contexto até o início da modernidade, conforme postulado por Santos (2001), para entender os modelos de conhecimentos prévios do pesquisador e melhor compreender a transmutação das sociedades arcaicas em sociedades históricas.

1.2 A língua no espaço da história e da cultura

As línguas são criadas, recriadas e instituídas por relações sociais que, fundadas no princípio da reciprocidade, asseguram as interações humanas, mediadas pela linguagem e sem as quais nenhuma sociedade existiria. Assim, o fato de os homens serem animais eminentemente relacionais e racionais faz das sociedades espaço de processos de socialização e do exercício político, cujo suporte são as práticas discursivas. É pelo exercício dessas práticas que os homens se comunicam para se compreenderem, dizendo o mundo que signifazem por meio de textos coesos e coerentes. Logo, os textos são produtos do exercício das práticas sociais que, mediadas pela linguagem no exercício da fala, são compreendidas como discurso.

Essas práticas, portanto, se explicam por uma complexidade de processos psico-sócio-culturais inerentes à ação da linguagem: uma competência da qual os seres humanos são dotados e que lhes facultou criar as línguas – dentre outros sistemas de sinais – e recriá-las, no fluxo de suas existências, ao exercerem suas atividades de fala. Assim, as línguas são produtos criados pela linguagem que, em ação, desencadeia movimentos pelos quais os produtos do pensamento são tecidos, entretecidos e “informados”, ou seja, colocados nas formas das línguas, de sorte a dar ao pensamento tangibilidade pelo exercício das atividades de fala. Falar é, portanto, dizer o mundo pensado, refletido, textualizado em língua, a outrem com quem se interage. (TURAZZA, 2006).

O texto, nessa perspectiva, é lugar de representações dos conhecimentos de mundo, compreendidos como reconstruções de novas versões do velho mundo; contudo, o novo nele designado tem por suporte velhas formas léxico-gramaticais da língua, reordenadas, reorganizadas e, portanto, recriadas pela dinâmica da força da linguagem inscrita na fala. Assim, a língua se faz também criadora da linguagem, tendo a fala como lugar de novas designações dessas outras versões do velho mundo.

Produto das interações humanas, as línguas se explicam por essa relação de reciprocidade e interdependência em que os humanos se situam para interagir uns com os outros. Nessa acepção, elas são produtos de contatos entre membros de grupos que habitam um mesmo território e falam uma mesma língua, ou entre

grupos que habitam territórios distintos e falam línguas distintas, mas buscam se compreender aprendendo um a(s) língua(s) dos outros.

A diversidade de línguas implica modos diferentes de focalizar, conhecer, identificar, construir e interpretar versões de mundo expressas por formas léxico-gramaticais, bem como por modos de ordenação morfo-sintático-semântica diferenciados. Nessas diferenças se inscrevem os sentimentos qualitativos de um povo, bem como sua maneira de sentir o modo como “as coisas são e estão no mundo”, ou como deveriam ser e estar. Trata-se da chamada visão de mundo, ou ponto de vista cultural que, no caso da codificação lingüística, é moldado pelas formas léxico-gramaticais da língua, construídas no fluxo da história de vivências experienciadas por um povo: “sua maneira de pensar, de sentir, de agir (...) encontra-se expressa nas tecnologias, nas relações pessoais, nos mitos, na dança, na arte, nos rituais (...), em numerosos modos grosseiros ou sutis.” (HOEBEL e FROST, 1976. p. 341).

Assim, a “visão de mundo” é um pressuposto que possibilita situar a posição dos povos no mundo diante do universo e, para os lexicólogos, elas estão inscritas nas formas léxico-gramaticais das línguas, qualificando-se como expressões de produtos da inteligência e de significações emocionais: produtos de cultura em contato. Desta feita, o mundo dos objetos físicos e o dos seres vivos, por exemplo, não são representados da mesma maneira e tampouco designados da mesma forma pelos povos ou grupos humanos, de sorte que,

o indivíduo que guia um automóvel é chamado, em francês de *chauffeur*, em espanhol de *conductor*, em inglês de *driver*, em português de *motorista*; isto significa que os franceses associam tal indivíduo com a atividade de aquecer o motor para pôr a máquina em movimento; os espanhóis e os ingleses o associam ao ato de dirigir o carro, enquanto que nós, falantes do português, o associamos diretamente com o motor do veículo. (LOPES, 1977. p. 22).

Nessa acepção, o léxico de uma dada língua, elaborado no curso de diferentes temporalidades, segundo Chaves de Mello (1967), carrega consigo essa carga nocional, diferenciada em cada uma das outras línguas, impregnada de significações referentes aos modos de designar objetos, seres, idéias. Esse léxico se configura por um vocabulário fundamental, qualificado por uma matriz cultural comum e empregado por todos os seus usuários. Segundo o autor, neste vocabulário estão as denominações de nomes, grau de parentesco, localizações

temporais e espaciais, bem como vestuário, trabalho, inventos e objetos de uso comum, além de ações cotidianas e/ou de diversão.

Contudo, essas denominações nocionais estão sujeitas a contatos entre povos e, por essa relação interlínguas, elas se deslocam de uma região para outras, de um território para outros. Elas se referem a denominações que nomeiam idéias e objetos produzidos pelo progresso científico ou tecnológico, pelas artes, pela moda, ou são decorrentes de intercâmbios comerciais e também da variedade da flora e da fauna, além daqueles decorrentes de mudanças no corpo de uma sociedade. Esses deslocamentos implicam, necessariamente, a reordenação dos conteúdos dessas designações, não só pelo ponto de vista por meio do qual os novos usuários apreendem e interpretam as “coisas do mundo”, mas ainda pelo ponto de vista da estrutura gramatical da língua que formaliza tais conteúdos. Logo, tem-se alteração de conteúdo e de forma quando tais designações se propagam para outros/novos lugares no espaço.

Os conteúdos da história e da cultura humanas, segundo Kroeber (1969), se ramificam, alargam-se, reúnem-se, cruzam-se e se entrecruzam indefinidamente, serpenteando-se no espaço humano, incrustados nas palavras e por elas viajando. Para Sapir (1971) há de se diferenciar formas de conteúdos e conteúdos dessas formas de expressão, de sorte que o conteúdo das formas léxico-gramaticais tem caráter cultural e organiza a base significativa das formas vocabulares da língua sempre construídas no espaço da sua história.

Whorf (*apud* REY, 1970) afirma que a gramática ou sistema lingüístico de base de cada língua é um modelador e reproduzidor de idéias, de sorte a funcionar não só como guia para as atividades sócio-cognitivas humanas, mas também para orientar análises de informações e sínteses do acervo depositado em sua memória, resultante dos processos de interação dos quais as pessoas participam. Assim, as línguas diferem umas das outras porque, pelos modelos de ordenações formais dos conhecimentos de mundo, não se igualam e tão pouco se recobrem quanto aos seus recursos expressivos formais. Para esse autor, os homens apreendem e recortam seus conhecimentos de mundo, consoante modelos categoriais organizados em conceitos e, assim procedendo, produzem significações socialmente partilhadas, em consonância com modelos de organização. Há, portanto, um acordo social que orienta os processos de codificação pelos padrões lingüísticos e funcionam como parâmetros modeladores das atividades de fala.

As considerações acima impossibilitam qualificar as línguas apenas como estruturas; fato que leva Coseriu (1962/1979) a postular serem elas também arquiteturas¹. Afirma que, para se conceber as línguas como arquiteturas, é preciso focalizá-las nas suas dimensões psicossociais e histórico-culturais, compreendendo estas como fatores modalizantes das próprias línguas, ou seja, eles não são de ordem extralingüística, mas intralingüísticas. Tais dimensões, portanto, estão inscritas nos conteúdos das suas formas léxico-gramaticais, na padronização de seus esquemas morfossintáticos e/ou frasais, cuja flexibilidade admite a diversidade de usos desses mesmos esquemas ou padrões.

Desta forma, a língua histórica incorpora a língua estrutural e a funcional que, como sistema, é subjacente à diversidade de sua funcionalidade e abarca a norma coletiva como uma de suas realizações, ou uso. Em se tratando da norma padrão, esta é designada “norma culta”. Por conseguinte, a gramaticalidade de uma língua histórica está assegurada pela sua submissão ao sistema; contudo, a sua vernaculidade, assegura Elia (1987), tem por ancoragem o uso tradicional de gerações sucessivas e se sobrepõe ao sistema, ou a quaisquer de suas normas.

Nesse sentido e por essa razão, é que os tipos de gramáticas propostas para descrever o sistema - a estrutural e/ou funcional – ou para descrever a chamada norma padrão, cujo suporte é a tradição escrita e literária - não se opõem, mas se complementam. Tal complementação se deve ao fato de as primeiras descreverem o sistema lingüístico imanente e, assim sendo, oferecerem princípios e pressupostos para a descrição de quaisquer normas; a segunda descreve apenas a norma padrão, ou oficial: aquela ensinada nas escolas, usada para registro escrito de documentos oficiais do poder estatal e que funciona como suporte de identidade nacional².

Ressalta-se que a ciência em geral e, mais especificamente, aquela referente ao campo das humanidades propriamente dita, depende esforços para postular e descrever o universo pelos princípios da racionalidade, de sorte a reduzi-lo a um sistema compreensível.

¹ Nessa acepção considerou-se o idioma brasileiro como uma das diferentes ou várias arquiteturas do sistema lingüístico português, inclusive do próprio idioma português europeu. Entretanto se considerarmos as diferentes variações de uso desse mesmo idioma, o brasileiro, pode-se afirmar que há variações nas edificações de uma mesma arquitetura. Assim, essa concepção orientará o uso da expressão “português-brasileiro” no corpo da Dissertação.

² Observa-se que a chamada norma padrão é aquela descrita pelos nossos gramáticos tradicionais e lexicógrafos, sendo ela resultante de planificação de projeto de política lingüística que serve de suporte para a construção dos Estados Nacionais.

Desta feita, até a década de 1960, aproximadamente, entendia-se que as “leis da natureza humana” eram ordenadas pelos princípios da lógica matemática e, portanto, previsíveis. Para tanto, bastava descobrir as regularidades a elas inerentes para se poder compreendê-las. Afirma Moreno et al. (2000) que a física, tendo por suporte os conhecimentos matemáticos, pressupunha poder descobrir a lógica da ordem universal. Por essa mesma perspectiva, as ciências sociais também tomaram o princípio da regularidade como fundamento para suas investigações, favorecendo a produção de resultados que recontextualizaram os estudos lingüísticos por um ponto de vista gramatical, ou seja, pelo princípio das regularidades. Esses estudos reduzem a complexidade dos fatos de linguagem e deles resultam a produção de gramáticas para o estudo do sistema das estruturas lingüísticas dissociadas de seu uso efetivo e real.

Na atual contemporaneidade, entretanto, a ciência tem despendido esforços para também operar com o princípio da irregularidade, ou da diversidade para abarcar as línguas como totalidades sócio-histórico-culturais humanas, de sorte a favorecer a compreensão da complexidade inerente aos fatos de linguagem. Passa-se a compreender as irregularidades, na medida em que a singularidade dessas regras se inscreve na pluralidade dos usos lingüísticos:

(...) A idéia de mudança como parte da natureza das coisas prospera e aplica-se paulatinamente à constituição de nosso próprio planeta e, ao universo inteiro que, rompendo seu estatismo, expande-se infinitamente (...) mas em toda mudança há algo que permanece, e a conjunção da permanência e da mudança aumenta a complexidade dos fenômenos (...) segundo a necessidade de modelos capazes de descrever e interpretar simultaneamente o que permanece e o que muda, isto é, capazes de dar conta da complexidade. (MORENO *et al.* 2000 p. 16-17).

É nessa acepção que as línguas deixam de ser focalizadas como meros sistemas estruturais e passam a ser tratadas como lugar em que tais estruturas funcionam de modo a servir de ancoragem para a construção de diferentes arquiteturas. Contudo, essa visão dinâmica só passou a ser postulada pelos estudos lingüísticos, a partir da década de 70, do século XX, implicando a elaboração de um novo paradigma teórico-metodológico.

Sabe-se que a constituição de um novo paradigma é tarefa a ser realizada a várias mãos. O paradigma das regularidades de que resultaram as teorias dos sistemas de conhecimentos, disciplinados por áreas, subáreas dos saberes,

moldados pelos princípios da lógica matemática, segundo Santos (2001), teve início nos interstícios da Baixa Idade Média e só se esgotou na segunda metade do século XX. Logo, não se pode ter a pretensão de considerar que esta pesquisa ponha um ponto final no problema que investiga: os estrangeirismos, focalizados como fonte de renovação da estrutura e funcionamento de uma dada língua.

1.2.1 Os limites da História oficial pela dinâmica cultural

Os historiadores das sociedades humanas têm se ocupado em retomar a "história oficial" centrada em relatos de fatos relevantes para a humanidade, concebendo-os como fundadores do progresso social. Assim, por exemplo, o Renascimento é focalizado pela História oficial como um dos marcos transformadores da Europa e tem a Itália como pátria do seu nascimento, fazendo pressupor que apenas os italianos eram criativos, nessa época; enquanto os habitantes de outras regiões desse mesmo continente eram passivos receptores da produção italiana. Ignora-se, portanto, a criação pictórica dos Países Baixos à qual muitos artistas da Itália tiveram acesso e nela percebiam o grau de originalidade desses pintores estrangeiros, nos séculos que antecederam à eclosão do Renascimento italiano propriamente dito. Desta feita, o Renascimento italiano foi uma interpretação da cultura medieval, por outros parâmetros criados em outras regiões da Europa e reinterpretados para Itália. Tal originalidade, percebida, observada, estudada fez com que eclodisse na Itália um novo ponto de vista, originário desse processo interacional. (BURKE, 1997).

Nessa acepção, a cultura, quer material, quando focalizada como produto - manufatos, artefatos - ou não material, quando focalizada como idéias, crenças, conceitos, comportamentos estereotipados ou costumes – sóciofatos, psicofatos – deixa de ser concebida pela estaticidade, e sim pela dinâmica dos processos sócio-cognitivos-interacionais: suporte das reinterpretações.

A dinâmica dos processos de reinterpretação, ou recontextualização das tradições, entretanto, se por um lado as desgasta, por outro, mantém-nas, garantindo que elas continuem a atender a diferentes necessidades dos variados grupos constitutivos da sociedade. Assim, por exemplo, na Idade Média, "os heróis homéricos, como Aquiles, foram transformados em cavaleiros, o poeta Virgílio virou

um necromante, Júpiter (de vez em quando) tornou-se um acadêmico, Mercúrio virou bispo, e assim por diante.” (BURKE, 1997. p.13).

Logo, no fluxo da transmissão da cultura não material – informações, conhecimentos, concepções, idéias, crenças... – há transformações decorrentes de reconstruções ou reinterpretações por parte daqueles que a recebem para que possam adaptá-la a novas temporalidades e lugares e/ou modelos de contextos situacionais. Por conseguinte, a cultura não é estática e tampouco as representações culturais humanas o são.

1.2.2 As descobertas e invenções matrizes de renovação cultural

As transformações sócio-culturais explicam-se como um processo de mudança e auto-superação desenvolvido em espaço configurado pelas culturas, construídas e mantidas por um corpo social que não existe isoladamente, visto a contínua interação dos humanos uns com os outros. Nessa acepção, às descobertas e invenções humanas, há de se pressupor a difusão desses processos criativos, que sempre responderam e respondem pela inserção de novos traços culturais num corpo social, recontextualizando seus repertórios culturais ou interpretativos.

A combinação desses três fatores - as descobertas, as invenções e as propagações – é decisiva para as mudanças sócio-culturais, cujo suporte está no desenvolvimento de tecnologias produtivas, inclusive daquelas que implicam a resolução de conflitos militares, como foi a invenção da bomba atômica, por exemplo. Para Ribeiro (2005), não se pode ignorar o fato segundo o qual as novas tecnologias e os novos conhecimentos, decorrentes da produção científica, funcionam como meios que, se por um lado, asseguram a identidade de seus criadores, por outro lado, garantem a seus detentores atuarem sobre povos e nações que ignoram as funções e os valores desses mesmos bens.

É nessa acepção que alguns países asiáticos são identificados como produtores de novas tecnologias, enquanto os países latino-americanos são identificados como “atrasados”: meros usuários dos inventos asiáticos, ou de outros povos. O mesmo ocorre com os Estados Unidos da América que, no campo da política militar — potência tecnológica na invenção de armas de guerra — subjagam

ou invadem outros territórios, cujo poderio bélico é inferior ao seu, para atuar sobre o modelo constitutivo de organização social de outros povos. Tais povos, contudo, são sempre detentores de um território em que as riquezas minerais ou naturais se tornam objeto de conflitos, projetando a necessidade de aquisição desses bens culturais materiais por outros países. Contudo, adverte Ribeiro (2005), qualquer sistema social tem por suporte um dado sistema tecnológico capaz de assegurar um dado modelo de funcionamento dessas sociedades.

Esses modelos são designados por formações sócio-culturais, na medida em que seu funcionamento só se explica no espaço de tais formações, qualificadas como condição para a sua existência. Para esse autor, as mudanças sócio-culturais, apreendidas no fluxo dos movimentos históricos, abarcam transformações inerentes aos modos de agir, de ser e de viver dos grupos humanos, e esses movimentos são sempre desencadeados por revoluções tecnológicas:

(...) ou, em outras palavras, como modelos conceituais de vida social, fundados na combinação de uma tecnologia produtiva de certo grau de desenvolvimento, com um modo genérico de ordenação das relações humanas e com um horizonte ideológico, dentro da qual se processa um esforço de interpretação das próprias experiências com (...) maior ou menor lucidez e racionalidade. (RIBEIRO, 2005. pp. 51-52).

O fato de as culturas serem aprendidas possibilita afirmar serem elas flexíveis e adaptáveis; razão pela qual elas são mutáveis no tempo e no espaço, conforme já considerado. Tais mudanças são explicáveis pelo acréscimo ou substituição de invenções, implicando alterações nos modos de proceder e/ou nos comportamentos sociais. Esses inventos podem ser criados por membros de outros grupos que não aquele ao qual se pertence e que se integram ao corpo de uma mesma sociedade. Neste caso, a eles se tem acesso por processos de difusão de que resultam os empréstimos lingüísticos de outras sociedades: de outros modos de ser e agir de outros povos ou nações. Por conseguinte, não se emprestam apenas palavras de outras línguas, mas manufatos, sociofatos e artefatos e, com eles, as denominações pelas quais eles são designados, além da aquisição de novas formas ou modos de se proceder no mundo da vida.

Afirmam Hoebel & Frost (1976), ser necessário compreender que as invenções não equivalem às descobertas, pois se designa por “descoberta” o ato de apreensão e conscientização de uma idéia, conceito referente a um ser ou objeto, até então inexistente: não conceptualizado. Consideram que as manchas solares e

as vitaminas, por exemplo, são “descobertas” humanas e não inventos, pelo fato de elas existirem na natureza. Já a “invenção” pressupõe procedimentos de análise e síntese referentes a materiais, condições ou práticas pré-existentes que, pela ação humana, implicam a produção de uma nova forma de material ou de ação:

(...) os primeiros noventa e dois elementos do nitrogênio ao urânio, foram descobertas por meio de estudos científicos, mas os novos elementos transurânicos, como o netúnio e o plutônio, que começaram a existir em 1940, são elementos inventados. (HOEBEL & FROST, 1976. p. 36).

Para os autores não se pode desconsiderar o fato de os homens não cientistas serem inventivos, pois ali mesmo nas sociedades mais arcaicas é possível registrar inventos, ainda que esse processo tenha um caráter mais acidental. Relatam a invenção do “tipi”:

(...) um homem estava pegando uma grande folha de álamo e, por mero acaso, dobrou-a em forma de cone – isto é de uma choupana como as que são usadas hoje. Quando olhou para a folha, lampejou-lhe na mente que um abrigo naquele formato seria melhor do que os que tinham até então. Mostrou-o às pessoas, e fizeram choupanas na forma da folha, e desde então as fizeram assim. (HOEBEL & FROST, 1976. p. 38).

Demonstram, também, que os inventos decorrem de ações mentais de separar ou isolar um evento descoberto do seu contexto natural para combiná-lo de modo inédito. Tem-se, neste caso, o descobrimento e o isolamento dos raios ultravioleta da luz solar que, reproduzidos artificialmente foram aplicados aos cereais, ao leite... Trata-se de inventos de sofisticadas mudanças culturais. Por conseguinte, as invenções se qualificam como processos de adaptação criativa, de sorte se poder considerar a prensa tipográfica como uma reinterpretação da prensa de logar e o romance como reinterpretação do gênero épico, por exemplo.

1.2.3 Propagação das descobertas e inventos

No corpo dos registros da Antropologia e da História humana, a propagação de inventos dá origem aos empréstimos culturais que um povo faz de outro(s), quer quanto a bens materiais ou não materiais – idéias conceitos, ou cultura não material. Quando se trata da cultura material tais empréstimos são designados tecnológicos e implicam, ao mesmo tempo, o empréstimo de vocábulos da língua dos usuários inventores, empregados para denominá-los. Quando se trata de bens não materiais,

tais empréstimos podem implicar, ou não, a incorporação de novos vocábulos ao léxico da língua de quem tomou emprestado, bem como a substituição ou não de uma forma vocabular por outra já existente. O fato é que, em se tratando de empréstimos tecnológicos, o uso dos novos objetos, bem como dos termos emprestados são empregados com maior facilidade do que quando se trata de idéias e conceitos. (HOEBEL & FROST, 1976).

A domesticação de cavalos, por exemplo, implicou posteriormente a invenção do cabresto, do freio, da rédea, do estribo e do arreio pelos povos que habitavam a Península Ibérica; contudo, na região oeste da Europa, ou naquelas montanhosas, à sela foi justaposta uma maçaneta de chifre como apoio, à semelhança daquela usada por índios na América do Norte e dos Andes. Já a sela da região leste é cópia daquela do tipo inglês, surgida na costa do Atlântico Norte. A propagação desses inventos implicou, necessariamente, a importação das denominações a eles atribuídas, designados pelas línguas dos usuários que os importaram; contudo, eles foram reelaborados para atender às necessidades de cada povo, como demonstra o exemplo da sela à qual se justapôs maçaneta de chifre. Cavalgar em planície não equivale a subir a cavalo uma região montanhosa: a maçaneta de chifre dá sustentação ao cavaleiro, quer na subida ou descida sob o lombo do animal.

Explicitam Hoebel & Frost (1976) ser necessário observar, ainda, que a descoberta do búfalo como alimento pelos chayenes, a princípio, não implicou o uso da pele desse animal como vestimenta, visto que esse povo não dominava as técnicas de curtição do couro. Os sioux lhes mostraram, muito tempo depois, como cortar a pele em duas partes, curti-las, costurá-las para juntar as partes separadas e usá-las como vestimentas. Posteriormente, aprenderam com os kiowas e os comanches a curtir a pele em uma só peça e usar uma mistura para amaciá-las. Por conseguinte, os contatos interpovos facultam a aquisição não só de novos conhecimentos, ou de novas tecnologias, mas também de modos de ser e de proceder no mundo para se proteger do frio, por exemplo.

Investigações mais recentes no campo da linguagem apontam para empréstimos da cultura não material, por meio de investigações, no campo da narratologia. Os dados revelam o grau de similaridade entre narrativas do tipo “fábulas” e mitos, decorrentes de sua difusão entre habitantes de diferentes territórios do chamado Velho Mundo. As coincidências entre esses tipos de textos se fazem tão significativas que as histórias, nas suas origens, apresentam-se na/por

relação de interdependência entre povos e culturas distintas. Assim os “Músicos de Green” são encontrados no sudoeste da Ásia, do Japão, no sul da Rússia e entre alguns povos da Europa Central, tendo chegado à Alemanha no começo da Idade Média e ao Continente Americano por meio da colonização. No Brasil, ela foi popularizada por Chico Buarque de Holanda como um musical designado por “Os saltimbancos”.

Tem-se comprovado que as macroestruturas desses tipos de textos são as mesmas, mas os seus conteúdos são adaptados, recriados pelas matrizes da cultura de cada povo que reconta essa mesma história. Observa-se, portanto, que as culturas sempre estiveram entrelaçadas umas as outras.

Contudo, as ciências sociais, no caso a Antropologia e a Lingüística focalizam esse processo de adaptação criativa pela precisão que a metodologia científica possibilita, de sorte que seus pesquisadores jamais dão conta daquilo que os membros de uma comunidade fazem, pensam, ou de todas as atividades inerentes à rotinas da vida que experienciam. Assim, entre o vivido e o narrado, o pensado e o dito pelo antropólogo, pelo filósofo, pelos lingüistas, o que se tem é um mosaico de fatos descritos que se apresentam como diferenças culturais inerentes a modelos de formação social. Logo, a realidade, o vivido é sempre produto de interpretações, inclusive aquela focalizada pelos conhecimentos científicos referentes à cultura; razão por que tais conhecimentos também são construções interpretativas que nunca são aprendidas como uma totalidade, pois as interpretações precisam da materialidade das línguas para se ter acesso a elas.

As línguas, segundo Turazza (2005), por sua vez, são lineares e se opõem à totalidade dos fatos de linguagem que são alineares, de sorte que o materializado em língua são recortes de conhecimentos processados pelas vivências humanas. Reconstruir por recortes totalidades significativas dessas vivências sempre foi uma tarefa humana. Nessa acepção, “(...) para alargar a história oficial, encerrada na esterilidade da crônica política, de fazer entrar aí outros eventos que não a política e outros atores que não as personagens oficiais” (BRAUDEL, 1992. p. 238), é necessário projetar sobre o presente a compreensão de vivências passadas. Assim procedendo, o homem se torna capaz de construir, interpretar, para além dos limites do aqui e do agora. Desta feita, para estender a compreensão do vocábulo “cultura” – um recorte lingüístico que se remete a uma totalidade significativa para além dos

limites do conteúdo por ele designado – é preciso focalizá-lo na sua relação com o vocábulo “civilização”.

1.2.4 Cultura e civilização

O esforço de Braudel (1992) em compreender de forma crítico-reflexiva o hoje pelo ontem, com vistas a desenhar um amanhã em que a humanidade seja preservada, faz com que ele postule ser necessário reinterpretar o tempo de história do homem. Para tanto, afirma ser necessário situar-se entre o que permanece, a estabilidade dos sentidos institucionalizados, e o que é provisório em cada tempo histórico, referente às vivências dos homens. Situar-se nesse espaço de permanências, inscrito em múltiplas mudanças, é aprender a buscar a história de cada tempo na história da civilização humana: aquela que abarca qualquer tempo histórico, qualquer outra história.

Para esse autor, a concepção de civilização coloca em foco a humanidade na sua totalidade e, ao mesmo tempo, a sua dispersão, ou seja, as várias mobilizações da civilização por diferentes matrizes da cultura. Por conseguinte, a palavra civilização jamais viaja sozinha pelos discursos dos distintos campos do conhecimento humano, pois sempre se faz acompanhar da palavra cultura, mas esta não é o seu “doublé”. Assim sendo,

(...) qualquer que seja a palavra-chave, essa história particular, dita da civilização ou da cultura, das civilizações ou das culturas, é, à primeira vista (...) um cortejo, ou antes, na orquestra de histórias particulares: história da língua, história das letras, história das ciências, história da arte... história dos costumes, história das técnicas, história das superstições, história das crenças, da vida cotidiana... o esmigalhamento da civilização na dupla direção do tempo e do espaço. (BRAUDEL, 1992. pp. 236-237).

A revisão teórica desencadeada por Braudel (1992), leva-o a considerar que a concepção de cultura está mais associada àquela de civilização, de sorte que estas formas vocabulares acabam sendo empregadas uma pela outra, ainda que haja um esforço para diferenciar as duas concepções entre si. Observa que o uso do termo cultura tem seus primeiros registros nos textos de Cícero para se remeter a conhecimentos não materiais, produzidos pela reflexão crítica e que contribuem para os processos de humanização, a serem cultivados pelo homem na sua vida

cotidiana. Já o termo civilização data do século XVI e XVII para designar o progresso técnico, moral e social que se estende sobre a Terra e responde por modelos de formação sócio-cultural que se opõem à barbárie: sociedades que fazem da guerra, da escravidão e da miséria o fundamento do poder e a fundação de suas existências.

Aponta que, em estado de cultura, o homem se faz produtor de bens não materiais e materiais e, assim, reinterpreta, reinventa as artes, a ciência, as técnicas; em estado de civilização, ele se faz consumidor dos produtos criados por esses bens. Logo, a civilização remete-se a movimentos de estabilização desses processos criativos. Por conseguinte, a cultura é a matriz, o fundamento dos processos civilizatórios na medida em que ela responde pela sua dinamização. Nessa acepção, a civilização também não tem fronteiras, vive e sobrevive dos empréstimos de bens culturais:

(...) micro elementos da civilização que não cessam de viajar (...) as civilizações os exportam ou os emprestam. Umas são glotonas. Outras pródigas (...) Certos elementos culturais são mesmo contagiosos, é o caso da ciência moderna, ainda que todas as civilizações não sejam abertas às trocas dessa ordem. (BRAUDEL, 1992. p. 270).

Contudo, segundo o autor, há recursos estratégicos para se emprestar, seja quanto a forma de pensar, ou de crer, ou de viver, ou até mesmo de um simples instrumento de trabalho. Tais recursos tanto podem ser orientados de forma consciente ou inconsciente, mas sempre interditam a passagem do que se busca importar e, por essas escolhas estratégicas, se fixa mais a cultura do importador. Mas de qualquer forma, a civilização ganha corpo nos espaços que ocupa por meio das importações, de trocas culturais, o que faz a grandeza do exportador e dá a ele posição de relevo, de glória no mundo.

É nesse sentido que a cultura cristã, reformada pelo Calvinismo, é recusada por alguns e aceita por outros povos da Europa. Do mesmo modo, a França difunde na América Latina o existencialismo, o positivismo, o romantismo por ela importado da Alemanha e reconstruído por sua cultura. Assim, o importado é produto de escolhas e implica a sua reconstrução pelo importador; razão pela qual não se pode afirmar que o romantismo brasileiro é cópia do francês, na medida em que ele foi reinterpretado por esse povo latino.

Nessa acepção, os bens importados não são apenas a base, o fundamento das civilizações humanas que se tipificam como uma área cultural, pois no interior dessas áreas, jamais estreito, mas sempre mais ou menos vasto, o importado irá coexistir na diversidade de bens,

(...) de traços culturais, tanto a forma, o material das casas, seus telhados, quanto determinada arte da flecha emplumada quanto um dialeto ou em grupo de dialetos, gostos culinários, uma técnica particular, uma maneira de crer, uma maneira de amar, ou ainda a bússola, o papel, o prelo do impressor. (BRAUDEL, 1992. p. 269).

O agrupamento regular, consoante frequência desses elementos ou traços, numa área precisa, é o primeiro signo de uma coerência cultural. A permanência desses traços no tempo dá forma às civilizações, de sorte a ser impossível isolar bens culturais de bens de civilização. Por conseguinte, os processos civilizatórios desencadeiam movimentos cuja força visa à homogeneização; mas a força da cultura, por sua vez, está na heterogeneidade, o que assegura diferentes interpretações desses bens de longa duração; contudo, sempre renováveis.

1.3 As revoluções tecnológicas por palavras testemunhas

Os tópicos antecedentes a este apontam que as civilizações não se deixam explicar como condições, e sim como movimentos desencadeados por forças criadoras, ou inovadoras das culturas de que resultam novas tecnologias, ou a lapidação, a reconstrução daquelas já existentes. Desta feita, por exemplo, a descoberta do arado para lavrar a terra a ser cultivada, a princípio, implicou o uso da força humana – amarrado o arado à cintura dos escravos, a terra era removida e preparada para a sementeira. Domesticados os cavalos e bois, estes passaram a responder pela força de tração necessária ao exercício desse trabalho: descobriu-se, assim, uma nova energia para o trabalho braçal.

Essa transmutação, entre o uso da força humana e a do animal para arrastar o arado, segundo Schulte-Herbrüggen (1967) está inscrita no significado da base vocabular de *otiun*, empregada pelos romanos:

(...) significava no principio (...) “estar vestido”, “andar com sapatos”, em oposição a “nec-otus”, “não vestido. Virgílio nos conta que o lavrador arava e semeava desnudo. *Estar vestido* significava (...) “estar desocupado”; tanto do trabalho do campo, como daquele de cargo público desempenhado na sociedade. (p. 27).

Apontou-se que a propagação dessas tecnologias faz com que as culturas viajem, sem que seus investigadores possam determinar os portos que lhes servem de ancoragem. Contudo, elas sempre viajam em companhia das palavras por meio das quais são designados seus inventos, de modo que a força dessa propagação está inscrita nos seus conteúdos, conforme apontado na citação acima. No fluxo desse movimento de deslocação não só as novas tecnologias, mas também as palavras vão sofrendo adaptações, por meio de reinterpretações que implicam o ato de traduzir de uma cultura para outra, de uma língua para outra. Adverte Câmara Jr. (1972) que tais adaptações, implicando a tradução para a incorporação de novas palavras ao léxico de uma língua, não estão circunscritas apenas às formas de conteúdos léxico-gramaticais, pois elas se fazem extensivas ao plano de expressão de tais conteúdos, formalizados em língua:

Os elementos culturais que servem de maneira mais definida às necessidades mais imediatas da sociedade e entram mais claramente no campo da consciência não só hão de mudar mais rapidamente do que os elementos lingüísticos, mas a própria forma da cultura que dá a cada elemento a sua significação relativa, há de ficar em processo contínuo de remodelação. (p.60).

Nessa acepção, segundo Mattoré (*apud* REY, 1970), os modelos de formações sócio-culturais humanas podem ser focalizados e compreendidos por meio de palavras testemunhas: aquelas que se remetem a tipos de sociedades configuradas por processos civilizatórios, sustentados por revoluções tecnológicas, quando já sedimentados por fatos culturais. Para tanto, é preciso projetar redes semânticas que abarcam campos lexicais, capazes de pontuar inventos e descobertas que serviram (em) de suporte para os fatos relevantes que possibilitam aprender as civilizações pela dinâmica das formações sociais.

A propagação dessas redes semânticas abarca campos lexicais que, estruturados à semelhança de um mosaico, unem palavras lexicais umas as outras, limitando cada uma delas por relações diferenciadas, de sorte a apontar que seus contornos significativos explicitam-se por essas diferentes relações. Entretanto, ao visualizar tais relações como um todo, elas são apreendidas como suporte de uma

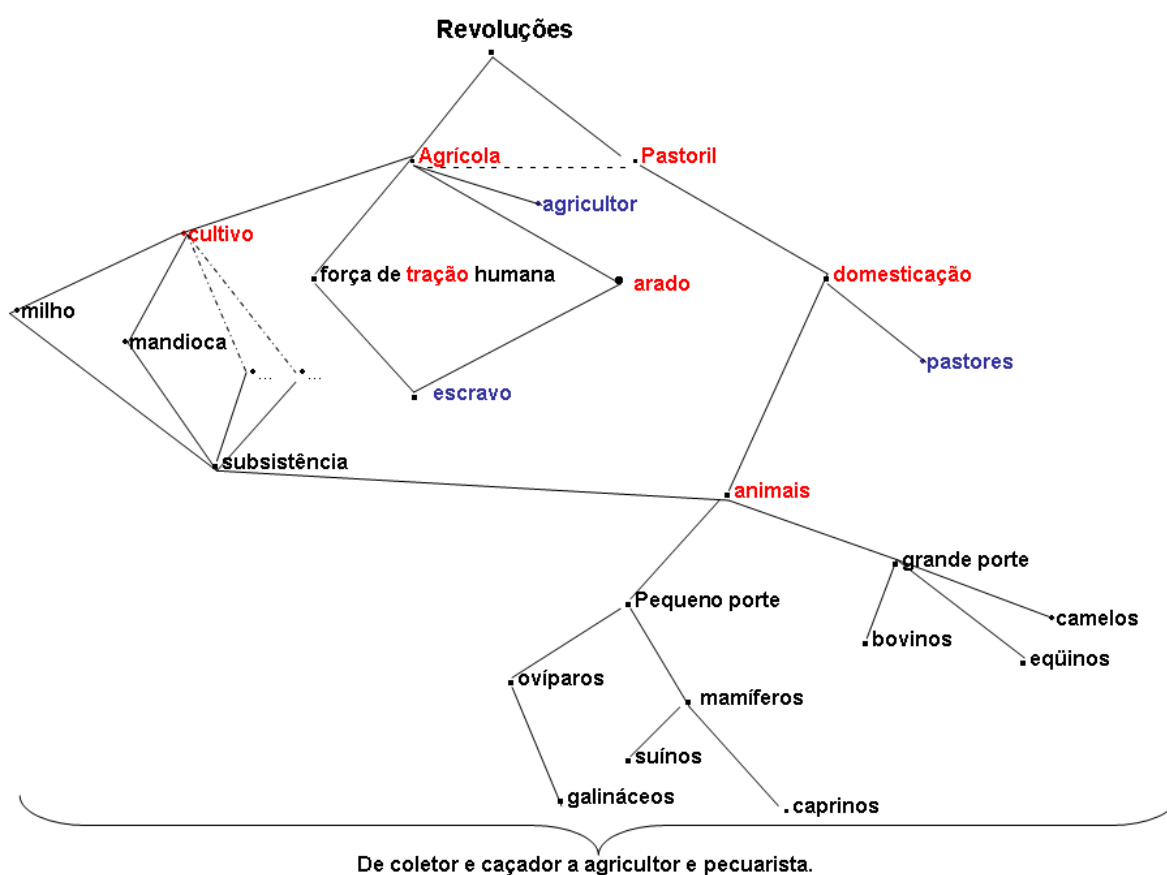
ordenação superior que não a mera abstração. Nessa acepção, as designações lexicais de campos se inscrevem na relação de solidariedade, em que o valor significativo de cada uma delas se estende para além da presença simultânea das demais. Assim, cada lexia é tomada como ponto de uma constelação de significâncias, cuja extensividade é difícil precisar; razão pela qual os elementos de um campo lexical não se apresentam em número definido e tampouco em uma ordem pré-determinada. Logo, a extensividade e a ordem são aquelas que se remetem à compreensão do pesquisador e, nesse caso, consoante interpretação da bibliografia citada. (GECKLER, 1984).

Observam os etnólogos ser necessário considerar que antecede à Revolução Agrícola a descoberta do fogo, a fabricação de instrumentos de trabalho e/ou de ataque e defesa – lanças, arcos, flechas, pequenas canoas... -, bem como o domínio de línguas que facultavam aos homens acumular patrimônios de saber e crenças para orientar suas ações. Nessas sociedades arcaicas também já se haviam criado instituições reguladoras da vida familiar e grupal, além de elas haverem intensificado o sentimento de lealdade étnica. Ressaltam ser esse um tempo de vivência em bandos de caçadores, pescadores e coletores de frutos e raízes, de sorte que suas vidas eram condicionadas ao ritmo das estações da natureza; razão pela qual engordavam ou emagreciam conforme a oferta de alimentos do mundo natural – exceção feita àqueles que ocupavam as costas marítimas porque, ricas em alimentos, eram disputadas e apresentavam maior índice de concentração. Viviam em pequenos bandos e se subdividiam à proporção em que o número de seus membros aumentava.

Por conseguinte, a observação e os experimentos, acumulados por milênios, fizeram surgir as primeiras formas de agricultura de subsistência e também a domesticação de animais, fato que possibilitou o enriquecimento da dieta humana, pela provisão regular de carne, leite e peles. Descobre-se que alguns animais domesticados facultariam o uso de uma nova fonte de energia muscular, ou de tração para operacionalizar os arados. Apresentam-se, a seguir, redes semânticas por campos lexicais, que visam a melhor compreender a transmutação de sociedades arcaicas em históricas.

1.3.1 Revolução Agrícola

A construção da história do homem, no âmbito das ciências sociais ou humanas, tem por ponto de partida a história do desenvolvimento da agricultura, da domesticação dos animais de pequeno e grande porte – neste segundo caso, o cavalo, o camelo e os bovinos. Desse desenvolvimento emergem as chamadas sociedades agrícolas e do pastoreio como marco das primeiras civilizações humanas e estas têm a invenção do “arado” como marco do uso da “força” para lavrar a terra para o cultivo. A rede abaixo, fundamentada em dados da Antropologia, busca focalizar a transmutação do homem “coletor” e “caçador” em “agricultor” e “pastor”: um primeiro estado que faz emergir o homem-faber do homem sábio.



- (preto) – lexia genérica.
- (vermelho) – modelo de organização sócio-cultural, fundamentos tecnológicos.
- (azul) – papel social dos seres humanos no mundo do trabalho e condição de existência de alguns homens no mundo social.

Faz-se necessário considerar, para a leitura da rede acima, que o processo de domesticação de animais é decorrente de descobertas que têm por marco observações e experimentos.

Segundo o testemunho etnográfico, os grupos de caçadores têm gosto em levar para suas moradas, e entregar aos cuidados das mulheres e das crianças, filhotes dos animais que eles caçam para serem criados como brinquedos animados. Essa atividade está na base da domesticação que, começando pelos cães de caça, se estenderia às aves, porcos e muitas vezes outras crias de terreiro e, depois a animais de grande porte, criados em rebanhos, como as renas, os camelos, as ovelhas, os eqüinos e os bovinos, cujas condições de crescimento conduziram ao pastoreio como atividade especializante. (RIBEIRO, 2005. p. 84).

Por conseguinte, tais observações e experimentos, acumulados por milênios, fizeram surgir não só a domesticação dos animais, mas também as primeiras formas de agricultura de subsistência e, ainda, propiciaram a descoberta de que a domesticação de eqüinos e bovinos facultaria o uso de uma nova fonte de energia para operacionalizar os arados: a tração animal.

Essa produção alimentar de caráter regular possibilitou uma maior longevidade e fecundidade, de sorte que a sobrevivência desses grupos deixa de ter como causa principal a carência de alimentos. A maior ameaça à vida passa a ser as enfermidades. Outro fator relevante a considerar é a subdivisão dos grupos de lavradores em outros grupos, pois essas novas tecnologias ainda não asseguram a formação de grupos populosos, responsáveis pela criação de unidades sociais extrafamiliares. Assim, esses lavradores e criadores estavam sempre buscando terras para novos roçados e para pastagem de seus rebanhos, desalojando antigas populações que nelas habitavam, de modo a integrar novos grupos humanos a eles, ou exterminá-los. Dessa integração – desintegração das colônias humanas tem-se o contato entre etnias, línguas e culturas, bem como a propagação de experiências vivenciadas por cada um deles.

A ocupação de novas terras também leva ao aprimoramento ou à criação de objetos para o ataque e defesa dos territórios ocupados – machado, lanças, uso do fogo como arma. Desta feita, a unidade desses grupos humanos, cujo suporte era a língua e a cultura, leva-os a se associarem periodicamente para realizarem essas ações de ataque, defesa e ocupação de novos territórios.

A unidade das aldeias agrícolas indiferenciadas e pastoris era fundada em pactos ordenados por relações de parentesco e as atribuições produtivas eram divididas pelo sexo e idade. Às mulheres cabia cuidar das crianças, semear, colher e preparar os alimentos; aos homens derrubar os bosques e preparar a terra para o plantio, ou cuidar dos animais de criação, domesticá-los, conquistar outras terras para o pastoreio, além de pescar e caçar.

A invenção do arado puxado por animais e a descoberta de fertilizantes naturais – folhas, esterco dos animais, enchentes que estendem as vazantes dos rios depositando húmus em suas margens - aumentam a capacidade de produção desses grupos. Outra descoberta significativa foi a do barro para a fabricação de cerâmica, o que introduz o hábito de comer vegetais cozidos; bem como a fiação, que vem a substituir as roupas de couro por tecidos de fibras vegetais: cânhamo, linho, algodão. A produção de cerâmica, de tecidos e até dos roçados tornou-se tarefa feminina; mas, à medida que a agricultura vai se fazendo extensiva, o homem assume o plantio e a colheita e passa a trocar produtos e serviços entre os grupos. As línguas que criaram e usaram se mantêm como patrimônio comum, bem como lhes assegura a coesão como membros de um desses grupos comunitários e o domínio coletivo dos rebanhos e da terra que ocupam. Cada um aprende a fazer o que todos fazem: produzir e assegurar o crescimento de todos com o desenvolvimento ou aprimoramento dessas outras tecnologias; contudo, já há papéis diversificados como o de chefe e o de sacerdote da comunidade.

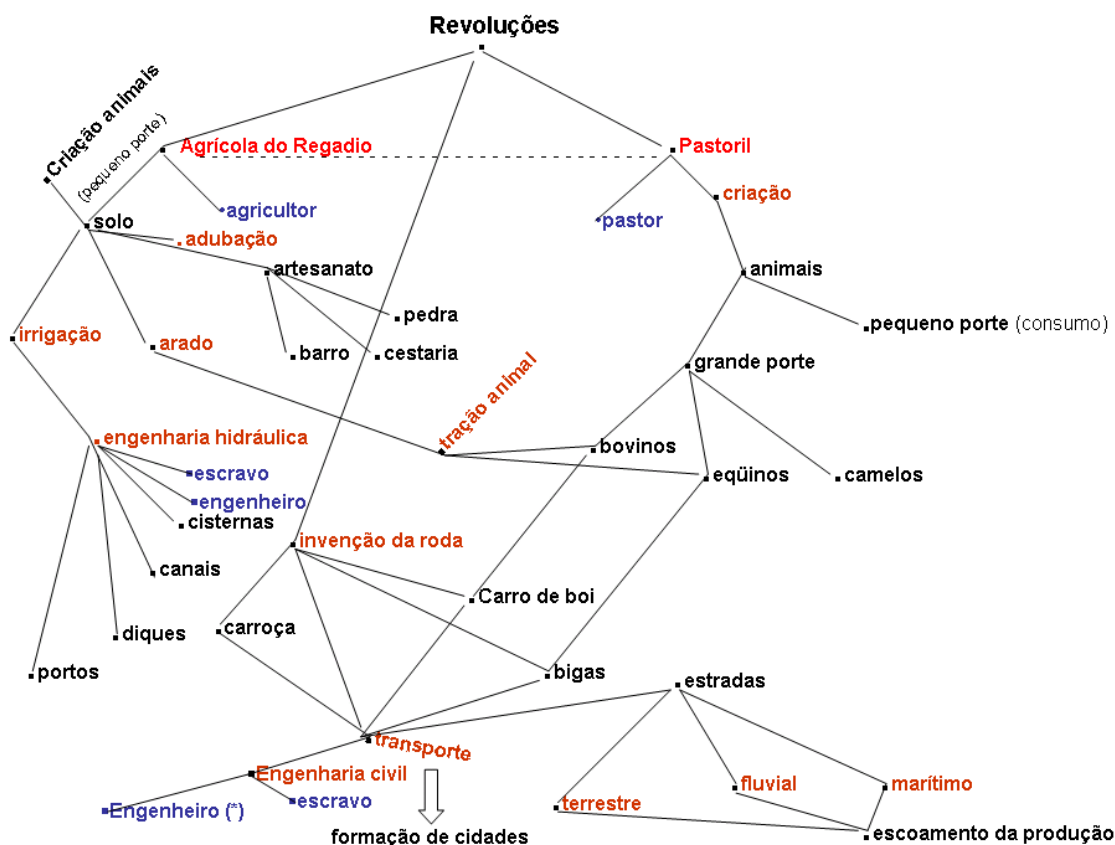
Nessa acepção, a Revolução Agrícola é qualificada pelos antropólogos e sociólogos como um primeiro processo civilizatório, na medida em que responde pela ruptura de um modo de ser e de viver como coletor e caçador transmudado naquele designado por “aldeias agrícolas indiferenciadas”. Conjugada ao processo civilizatório agrícola, tem-se a domesticação de animais de que emerge a formação sócio-cultural designada por “hordas pastoris nômades” principalmente em regiões de desertos. (RIBEIRO, 2005).

Numa síntese, tem-se a Revolução Agrícola como fundação de dois modelos de formação sócio-cultural humana: as aldeias agrícolas indiferenciadas e as hordas pastoris nômades, por um lado. Por outro lado, as tecnologias, embora tenham contribuído para a domesticação e produção de alimentos para subsistência das colônias humanas, não as fixaram a nenhum lugar na Terra, mas as levaram a ocupar todo o espaço geográfico do Globo Terrestre.

1.3.2 Revolução do Regadio

Esse movimento de propagação das colônias humanas, voltado para a acepção “geografia terrestre”, está qualificado por alguns estudiosos como um primeiro processo de globalização que, diferente daquele vivenciado pela modernidade, se qualifica como se fora uma diáspora. (MORIN, 2005). Dessa diáspora, marcada pelo princípio da extensividade, tem-se a criação de uma multiplicidade de línguas e de culturas que documentaram o esquecimento de uma identidade humana comum. Línguas e culturas diferenciadas tornam os homens estranhos uns aos outros. Entretanto, a diversidade cultural se mantém como fonte de inovações e propagações entre essas colônias distintas, de sorte que a Revolução Agrícola, associada a do Pastoreio, é reinterpretada pelos humanos, apesar de suas dispersões pela Terra.

Essa reinterpretação é orientada não mais pelo processo de domesticação, mas pelo processo “de criação” de animais que, associado à descoberta da adubação natural do solo e à invenção da roda, deu origem a um outro processo civilizatório, fundado na chamada Revolução do Regadio, cuja rede semântica está abaixo configurada por relações entre campos lexicais.



(*) o termo “engenheiro” não integrava o vocabulário da época, tratava-se de um ofício. Observa-se que o termo engenheiro tem a sua matriz vocabular fundada no significado: “aquele que construía ou criava engenhos de guerra, além de conceber e executar obras de fortificação e defesa de posições”; razão pela qual as primeiras escolas de engenharia foram as Academias militares. (HOUAISS, 2004).

Faz-se necessário explicitar, ainda, que a leitura compreensiva dessa rede abarca a extensividade de seus respectivos campos lexicais. Assim,

- da criação de animais para consumo, associada à descoberta do sal, ao cozimento da carne e de ervas para tempero, surgem diferentes tipos de carnes salgadas para consumo posterior.
- do leite, surgem queijos, doces, coalhadas...
- da gordura animal, surge o sabão;
- do couro, surgem as selas, cabrestos, vestimentas, sapatos...
- da lã, surgem cobertores, mantas para montaria, vestimentas;

No âmbito das tecnologias, decorrentes do desenvolvimento da força propulsora da engenharia hidráulica, têm-se a descoberta e o uso dos minérios, mais especificamente o ferro e o cobre fundidos, a princípio, por artesãos e que contribuíram para um novo processo civilizatório, fundado na Revolução Metalúrgica. Apesar da precariedade dos transportes terrestres e marítimos esses minérios

passam a ser escoados por esses meios de transportes, favorecendo um comércio bastante incipiente entre povos do Continente Europeu. O azeite, segundo alguns dados, era transportado em jarros de bronze, por exemplo.

Ressalta-se que, no fluxo do tempo que configura a Revolução do Regadio, o lugar ocupado pelo escravo para lavrar a terra passa a ser ocupado por eqüinos e bovinos – substituição da tração humana pela tração animal. Agora, o escravo assume o lugar do proprietário da terra a ser cultivada, qual seja, direcionar o arado puxado pelo animal e semear a terra, de sorte a deixar o proprietário livre. É ainda o escravo que assume o trabalho braçal nas minas de cobre e de ferro, enquanto o artesão responde pela produção de instrumentos fundidos: armas para a guerra, ferraduras para animais e utensílios para montaria e para a vida doméstica em pequenas aldeias e cidades. Estas vão surgindo na mesma proporção em que aumenta o número de escravos, de pequenos artesãos e o número de “homens livres”, de sorte que esse movimento dá origem à chamada Revolução Urbana.

1.3.3 Revolução Urbana

A complexidade da Revolução Urbana, sustentada pela força propulsora das engenharias hidráulica, metalúrgica, eólica, da construção civil e naval e, posteriormente, daquela voltada para o desenvolvimento de sistemas de comunicação à distância, fez-se extensiva à civilização moderna que perdura no fluxo de um longo tempo. Nesse tempo do seu desenvolvimento, alguns etnólogos reconhecem a existência de outros processos civilizatórios cujas matrizes fundadoras têm por ancoragem um conjunto bastante vasto de descobertas e inventos tecnológicos significativos. De forma geral, esses inventos se circunscrevem à agricultura de irrigação, à metalurgia do ferro e do bronze, à invenção dos veleiros e à cartografia, à descoberta e uso do aço e de novas fontes de energia como a elétrica e a atômica.

Entretanto, independente do número de processos civilizatórios, todos consideram que do seu desenvolvimento emergem as formações sócio-culturais diferenciadas, cujas vivências históricas são dinamizadas por inúmeras reinterpretações culturais. Tais reinterpretações, todavia, devem ser consideradas não só como incorporações de tecnologias e saberes herdados do passado e

Desta feita, considerou-se a descoberta de técnicas incipientes de irrigação e de adubagem do solo para controlar fatores essenciais da produtividade agrícola, como sustentáculo da Revolução Urbana. Observa Ribeiro (2005) que, em regiões baixas, se criaram mecanismos para controlar as enchentes e garantir a fertilização do solo; em regiões altas, foram construídos complexos sistemas de captação e distribuição da água por meio de canais artificiais. A esses fatores deve-se acrescentar o uso generalizado do arado e de veículos de roda, ambos movidos por tração animal, bem como o aprimoramento de barcos a vela que facultaram a navegação costeira.

A combinação dessas tecnologias leva à descoberta e/ou aprimoramento não só da pedra como material de construção, mas também à fabricação de tijolo, ladrilhos, azulejos, bem como à arte da vidraçaria, seguida de um maior domínio da metalurgia do cobre, do bronze e produção de cerâmica, que levaram a um domínio cada vez mais apurado das técnicas de construção. No fluxo desse longo tempo de descobertas e invenções, situa-se o uso do alfabeto ideográfico, do sistema de numeração, a construção de silos e de grandes monumentos – pirâmides, templos, palácios, muralhas, por exemplo. Assim, esses são inventos que serviram de suporte para a formação das sociedades modernas.

Para alguns antropólogos, dentre os quais Ribeiro, é preciso considerar que a Revolução Urbana fundada nesses avanços tecnológicos, a princípio, abarca três processos civilizatórios que promoveram dois modelos de formação sócio-cultural: o rural e o urbano. O modelo rural, a princípio, foi configurado por dois estilos de vida: o rural artesanal e o pastoril, muito embora acabem por se unificar no fluxo do longo tempo, de modo a se oporem ao estilo citadino. Desta feita, esses estilos rurais se mantêm disciplinados por tradições milenares, tendo a família e as relações de parentesco como eixo ordenador da vida social, conforme já apontado. Homens e mulheres se dedicam à lavoura, à criação de animais domésticos e à produção de artefatos de barro. Todos conhecem as técnicas de produção e estas são divididas consoante idade e sexo, de sorte a não haver entre os membros dessas comunidades competição e tampouco o despertar do espírito de aventura.

As formações pastoris se desenvolvem no entorno desses estados rurais artesanais como provedores especializados na criação de bovinos, eqüinos, ovinos..., quer para abastecimento de carne, leite, couro, quer para prover animais de tração ou de montaria para as guerras:

(...) documentação arqueológica comprova que em princípios do segundo milênio antes de Cristo alguns desses grupos pastoris já dominavam a tecnologia da metalurgia indispensável à fabricação de freios de cavalos e de grande parte da tralha de uso comum. Começam (...) a lançar-se sobre populações ruralizadas, transmudando-as étnica e socialmente e, mais tarde sobre os próprios centros de civilização urbana... (...) Seu modo de vida, mobilizado por uma economia mercantil lucrativa (...) lhes permite multiplicação constante do gado e dos pastores. Seleccionam o gado e os homens: a estes, pelas altas exigências de tenacidade, agilidade e resistência que a lida pastoril impõe, infundindo atitudes senhoriais, bem como a ambições de riquezas e domínio que os tornariam, mais tarde, os naturais domadores dos povos sedentarizados. (RIBEIRO, 2005. p. 106).

No fluxo desse caminhar em que os desafios apontavam para modelos de ordem de comunidades cada vez mais populosas, a opção pela propriedade privada e pelo escravismo foi um dos critérios de ordenação social; o outro foi manter e preservar o acesso de todos os homens à terra e optar por um modelo de ordenação política de caráter religioso, sem deixar de incentivar a produtividade e o acúmulo de riquezas. Essa ordenação social propiciou a diferenciação entre os grupos sociais produtores e aqueles que têm o controle dos bens e dos excedentes dessa produção e a transformação das pequenas vilas em cidades, tendo esse “velho grupo” nelas atuado como criadores de impostos, ou como intermediários entre os lavradores, pastores, artesãos e a comercialização dos produtos. Os artesãos, à medida que se especializavam na fabricação de objetos de usos comuns, também abandonavam as atividades de subsistência, alocando-se nas cidades.

O Estado emerge nesse modelo de contexto situacional como necessidade para ordenar essa população por vínculos cívicos, implantando o domínio político sobre um território. A escravidão vai assumindo um cunho pessoal e ganha impulso crescente:

(...) estimulando guerras de conquistas que não apenas expandem o domínio territorial, como ensejam a conversão das populações das áreas conquistadas em escravos pessoais apresados como mão de obra tanto para a agricultura como para manufaturas e transportes cada vez mais ativos. (RIBEIRO, 2005. p. 98).

Logo, esses povos escravizados se convertem em condição material de vida desses outros que lhes impõem modos de vida e de ordem social deles desconhecidos, até então. Tal processo desqualifica a semelhança entre os homens das antigas hordas e, ao mesmo tempo, libera os “amos” de trabalharem para seu sustento, de sorte que o valor de “força” e “virilidade” passa a ser atributo dos escravos e o valor de “poder” e “riqueza” são atributos dos senhores.

Desobrigada do trabalho de produção alimentar esta camada da população, donos de propriedades rurais, concentra-se nas vilas e passa, então, a responder pela transformação delas em cidades. Nelas habitam

(...) artesãos profissionalizados (oleiros, tecelões, vidreiros, metalurgistas... dedicados à produção de bens para trocas, e de comerciantes incumbidos do intercâmbio, dedicados à acumulação das safras e produtos artesanais. A essas camadas juntar-se-ão, sucessivamente, novos estratos de especialistas - sacerdotes, funcionários, soldados – encarregados de manter a ordem na sociedade ampliada e enriquecida, de defendê-la contra saques... bem como de abrir espaços à expansão étnica sobre novas áreas, e onde prover massas de escravos para as atividades produtivas. (RIBEIRO, 2005. p. 99).

Observa-se que essa configuração rural e urbana se desenvolve, a partir de então, sempre correlacionada, mas diferenciadas por conjugar tradições culturais e línguas distintas, fazendo emergir a concepção de “território” como fundamento da unidade sócio-político-humana. Desta feita, para dar unidade social e coesão a populações diferenciadas, e agora divididas em estratos sociais distintos e contrapostos, optou-se pelas tradições religiosas. Tais tradições foram recontextualizadas para encontrar uma interpretação que facultasse àquelas dos estratos sociais da base produtiva conviver com a riqueza e a nobreza, de modo a encontrar sentidos para suas existências. Exemplo significativo desse processo é registrado na história da Idade Média, por exemplo.

A invenção da escrita colabora significativamente para resgatar tais tradições e registrá-las nos corpos de variados textos.

A Revolução Urbana, nos seus primeiros milênios, respondeu pela criação de Estados locais que sempre disputavam entre si as mesmas áreas, de sorte a impossibilitar a estabilidade de um único modelo de civilização. Desta feita, a expansão desses Estados se fazia sobre regiões cujos povos viviam em condições pré-agrícolas ou de agricultura incipiente. Assim sendo, o acúmulo de bens produzidos pelos estados rurais artesanais de modelo coletivista dá sustentação à agricultura do regadio que vai aprimorando os complexos sistemas de comportas e canais que se estendem para alguns centros urbanos, os quais, posteriormente, se tornam pontos de ancoragem de extensas redes de cidades.

Inovações tecnológicas e institucionais vão sendo desenvolvidas após a sedentarização das comunidades agrícolas em sociedades estratificadas, como a

engenharia hidráulica que favorece a agricultura artesanalmente irrigada e adubada, agora em alta escala.

Tem-se ainda, a generalização da metalurgia do cobre e do bronze, bem como a criação de novos materiais de construção, além da descoberta e uso da polia, da prensa, dos cabrestantes. Acrescenta-se também o desenvolvimento da escrita etnográfica e de notações numéricas, indicando o início da sociedade da escrita e da sistematização do recursário lógico matemático para controlar o sistema de compra e venda. Esse avanço da metalurgia intensifica as guerras, pois as armas de metal são aprimoradas e os carros com rodas passam a ser reforçados. A intensificação do comércio levaria à cunhagem de moedas metálicas, dando origem ao capitalismo mercantil.

Esse modelo de processo civilizatório, fundado e sustentado pela Revolução tecnológica do Regadio, implicou a edificação de uma organização estatal centralizadora que integra todas as forças sociais, de modo a inibir qualquer oposição aos interesses desse modelo de força pelo controle político, militar, de todo sistema de produção da época e, ainda, tem a religião como modelo de integração. Designadas por impérios teocráticos, essas organizações têm no “faraó” ou no “imperador” a personificação do poder divino ao qual estão subjugados todos os demais, inclusive a propriedade nominal de todas as terras. Exemplo significativo dessas formações sócio-culturais é aquele referente ao Império Romano e Egípcio, dentre outros. (MORIN, 2005).

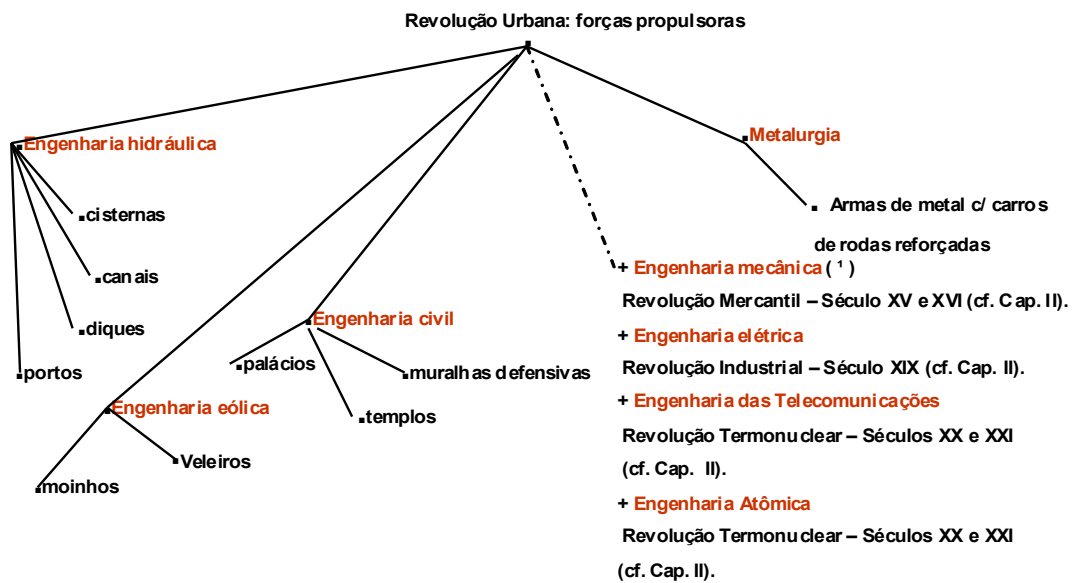
Para Ribeiro (2005) esse modelo de estado levou ao desenvolvimento de um corpo burocrático especializado no planejamento e direção de obras de engenharia hidráulica, de rodovias, bem como para a implantação de sistemas uniformes de pesos e medidas, de tributação, medição de terras, recolhimento de excedentes, registros de bens: criação de procedimentos contábeis. Observa-se, com o advento da escrita, que o saber tradicional passa a ser codificado de modo a levá-lo para todos os tempos, embora ele fique circunscrito a “autoridades” que passam a ser suas guardiãs atribuindo-se tais saberes a divindades.

No corpo social dessas formações de caráter estatal, a legitimação do poder esteve fundamentada em concepções religiosas, militares e cívicas; contudo, “(...) sempre discutíveis pela ambigüidade das tradições culturais contraditórias (...) e por seu caráter de meras justificações do exercício do mando, já conquistado por um grupo contra os demais.” (RIBEIRO, 2005. p.116).

Desta feita, os estados rurais artesanais vão se estruturando como Estado-Igreja que, regidos por monarquias feudais, têm caráter centralizador. Tal poder tinha suporte a figura do rei cuja soberania, identificada com divindades, assegurava a ele a propriedade da terra, a condição da vida religiosa no reino, o comando superior de guerra e a direção da máquina burocrática de arrecadação e serviços burocráticos. Há outros estados que vão se estruturando pelo predomínio da hierarquia guerreira, de sorte a se imporem politicamente sobre seu próprio povo ou sobre aqueles por eles dominados. Exemplo significativo desse modelo estatal é o espartano e o chinês, substituídos pelos quadros de uma economia escravista.

Ressalta-se, ainda, o surgimento de uma terceira configuração de cidade-estado democrático, cuja fundação tinha por suporte um patronato escravista integrado por mercadores, latifundiários e empresários de *ergasterions*: termo grego para se referir às fábricas que reuniam numerosos trabalhadores, grande parte deles escravos, na produção de vidro, ferramentas, armas e móveis, ou seja, manufaturas destinadas ao comércio. Os *ergasterions*, predecessores das fábricas modernas, voltavam-se para a concentração de mão de obra especializada no uso de implementos mecânicos, como o torno de oleiro, o moinho rotativo de tração animal, rodas e martelos hidráulicos...

Modelo dessa civilização mercantil escravista é a greco-romana que surge como desenvolvimento dos estados artesanais de modelo coletivista e privatista, fundamentada na mão de obra escrava e no formato do colonialismo mercantil. Tem-se assim, a extensividade da Revolução Urbana pela Revolução do ferro e do bronze, que servirão de suporte para a Revolução Mercantil. Essa extensividade pode ser considerada pela rede abaixo:



(¹) As engenharias hidráulica, eólica, civil e metalúrgica; fundadas em princípios de caráter empírico até os séculos XVII e XVIII, aproximadamente, são recontextualizadas por princípios científicos e por eles desenvolvidos na mesma proporção do desenvolvimento das ciências físicas, químicas e de suas e outras tecnologias.

I.4 Sociedades arcaicas e históricas: uma síntese

Este capítulo, apesar de seu caráter exploratório, possibilitou ao pesquisador compreender que a concepção de cultura como conjunto de hábitos, costumes, práticas, saberes e “saber-fazer”, normas, regras, estratégias, interdições, crenças, idéias, valores, ritos e mitos – postulada por vários estudiosos – é uma concepção genérica. Saber que ela é transmitida de geração para geração por meio de processos de reinterpretação, mobilizando e desmobilizando os processos civilizatórios humanos e, ao mesmo tempo, que os desgasta, os reconstrói, por meio de descobertas e inventos contribui para a compreensão da formação dos repertórios culturais e da dinâmica inerente à mutabilidade e criação de novas formas vocabulares.

Essa concepção genérica de cultura, implicada naquela de linguagem como força propulsora que dá tangibilidade ao pensamento, por meio das línguas – a sua criação e a sua criatura – inscritas no exercício das atividades de fala, expressa a sabedoria do homem e faculta a compreensão de como essa concepção genérica de cultura se inscreve em diferentes culturas. Tal fato pode ser considerado por se

haver concebido as línguas como produtos da diversidade cultural humana, onde cada povo inscreve, naquela língua que fez uso o modo como apreende e interpreta as mesmas coisas no mundo. Assim, se o homem se identifica e se unifica pela linguagem, ele se diferencia e se dispersa pelas línguas. Entretanto, a assimilação de saberes e técnicas por culturas distintas, por meio de processos de propagação, implica empréstimos lingüísticos.

Ressalta-se que as redes semânticas apresentadas por campos lexicais têm por suporte palavras testemunhas de “saber-fazer” registradas não só no dicionário de Língua Portuguesa, mas também de outras como a francesa, a espanhola e a inglesa. Tal fato comprova a propagação e permanência desses “saberes” e “fazeres” na memória de povos da sociedade moderna.

Nessa acepção, pode-se considerar que se esses vocábulos se mantêm nos registros dessas línguas, e possivelmente de outras, a cultura é um bem protegido, mantido e nutrido pelos humanos, facultando a sua aprendizagem e conhecimento.

O fato de Morin (2005) considerar que a ocupação do solo da geografia terrestre é um primeiro movimento de mundialização, não significa que todas essas colônias humanas tenham vivenciado processos civilizatórios capazes de transformar as sociedades arcaicas em sociedades históricas. As sociedades históricas, conforme apontado, emergem por meio da construção de “estados” e elas têm por marcos não só a força das tecnologias, fundadas por descobertas, invenções e propagações, mas também as guerras, o processo de profissionalização, os mitos e as religiões; contudo, optou-se por considerar a força propulsora das tecnologias. Esta migra de sociedade para sociedade e de continente para continente.

É preciso considerar, ainda, que esse movimento extensionista de ocupação do solo terrestre também se fez acompanhar por aquele que condensa as populações em algumas regiões do mundo, no caso o europeu e o asiático. Tal movimento de condensação, voltado para a conquista de terras para pastagens ou para a agricultura, implicou o domínio de algumas colônias por outras, de alguns povos por outros. Desse domínio emerge, por um lado, a escravidão e, por outro, a destruição de línguas e de culturas; todavia, tal destruição parece sempre deixar marcas no código cultural lingüístico do conquistador: nas matrizes do seu vocabulário.

CAPÍTULO II

REPERTÓRIOS CULTURAIS: MARCOS FUNDADORES DO PORTUGUÊS-ARCAICO E DO PORTUGUÊS-BRASILEIRO

2.1 Preliminares

O vocabulário do idioma português-brasileiro, concebido como uma das arquiteturas do sistema lingüístico do português e um dentre outros elementos formadores do repertório cultural desse povo latino americano, inscreve-se na história de conquistas de que resultaram as Américas do Norte, do Sul e a Central.

O marco dessa história de conquistas é dado pela extensividade do processo de mundialização que, desencadeado pela Europa, colocou os cinco continentes do mundo em relação. Desta feita, os europeus implantaram no continente africano e americano as matrizes de seus processos civilizatórios e com eles as suas armas, suas tecnologias e concepções de mundo em cada feitoria, em cada entreposto comercial, tornando esses dois outros espaços territoriais mundos de suas colônias. Esses mundos coloniais ancoram-se, então, na transposição dos sistemas lingüísticos pelos quais os europeus representavam suas culturas e passaram, também, a representar os habitantes naturais das terras colonizadas.

Esse processo de colonização, iniciado no século XV, começou a se diluir no final do século XVIII e início do século XIX, quando colônias da América conquistaram o direito de se converterem em “estados nacionais”. Entretanto, a África se manteve partilhada entre Inglaterra, França e Portugal, a Índia se fez colônia britânica, nesse mesmo espaço de tempo, de sorte que a emancipação desses povos coloniais só ocorreu no século XX, após as duas grandes guerras mundiais. Esse processo de emancipação tem por fundamento a apropriação da concepção de “direito dos povos à liberdade” e de um modelo de organização social configurado pelo “Estado-Nação” de origem européia. (MOUSINIER, 1995).

Nesse sentido, o processo de mundialização européia, iniciado por Colombo e Vasco da Gama, em 1492, fez-se a primeira hélice da chamada era planetária e carregou consigo os valores da conquista do globo terrestre. Esta conquista,

inseparável do progresso econômico-mercantilista, teve por suporte a imigração desses europeus para as suas respectivas colônias, de sorte que 21 milhões de europeus já estavam instalados em terras das Américas, no século XIX. (MORIN, 2005).

Tal processo — diferente daquele voltado para a ocupação dos diferentes lugares da terra por várias colônias humanas, implicando diversidade de línguas e de cultura — está orientado pela força de movimentos convergentes. Tais movimentos, por um lado, visam a estender o poder de duas jovens nações européias, Portugal e Espanha, agregando novas terras sob seus domínios políticos e, assim, ampliar a pequenez do território sob seus controles. Por outro lado, objetivavam implantar no Novo Mundo a civilização européia, suas tecnologias, suas armas, suas concepções em todas as feitorias, entrepostos e zonas de penetração, nelas fixando seus colonos. Por conseguinte, se por milhares de anos o movimento das colônias humanas se explicou pela força de diáspora que separou os humanos, multiplicou suas identidades lingüístico-culturais, tornando-os estranhos uns aos outros, tem-se, desta feita, um movimento inverso: os diferentes, os estranhos buscam se tornar familiares, descobrindo suas semelhanças.

Observa Morin (2005) ser necessário considerar que, apesar das forças que emergem das ações, qualificadas como “diáspora”, a humanidade não produziu qualquer cessão genética. Tanto é que os dados de pesquisas genéticas, produzidas na modernidade, apontam como resultado não haver “raça” humana, pois brancos, negros, amarelos, pigmeus e índios, todos pertencem à mesma espécie e têm as mesmas características genéticas fundamentais. Diferentes são as línguas por meio das quais se tem a expressão de uma diversidade cultural significativa.

Ferrer (1997) considera que não se pode mascarar o fato segundo o qual a civilização ocidental tem o ano de 1492 como marco fundador do que hoje se designa por “globalização”; postulando que tal designação se remete à era planetária cujo marco é o desenvolvimento de tecnologias que colocam todos os povos do mundo em conexão. Assumir tal posição — mesmo considerando o fato de que o termo “globalização” faça remissão apenas ao comércio mundial, ancorado em um modelo de economia financeira de caráter internacional — é desconhecer, por exemplo, que o açúcar foi o primeiro produto transnacional, visto que sua produção, nos séculos XVI e XVII, em terras do Brasil e do Caribe, já atendia à demanda do

mercado europeu. Observa-se que o atendimento a tal demanda foi sustentado por um sistema de produção que, nas terras das Américas, teve o escravagismo como sistema de trabalho e suporte para a produção açucareira.

Nesse contexto, não se pode ignorar que, sob o uso do termo “globalização” pela modernidade, se oculta uma complexidade de processos sócio-histórico-culturais que se faz necessário desvendar para melhor compreender os significados que esse termo recobre: objetivo deste segundo capítulo desta Dissertação.

Tem-se por pressuposto que a conquista do Território Americano implicou não só o desbravamento, a ocupação e desenvolvimento de um outro/novo lugar no espaço, mas também a sua exploração. Assim, todo ato de conquista de um ou mais povos por um outro arrasta consigo a destruição de culturas; entretanto, qualquer dominação desse tipo suscita comunicação e trocas. Resquícios dessas trocas justificariam, por um lado, a formação do vocabulário do português arcaico transportado para o Brasil com os colonos portugueses e, por outro lado, a fundação do vocabulário do português brasileiro. Ambos carregariam consigo marcos históricos de um substrato cultural de contatos interlínguas e comprovariam que esses contatos se explicam por processos de aquisição de vocábulos estrangeiros, de sorte a assegurar o domínio de uma língua materna.

Esse domínio também implicou inúmeras trocas por meio desse processo interativo, de sorte que também o sarampo, a herpes, a sífilis, a tuberculose chegam à América e à África, desde então.

Essa propagação de vírus e de bactérias, associadas ao poder das armas de fogo e ao modelo escravista, contribuiu para destruir as civilizações dos maias, dos incas e dos astecas.

Os maias e os astecas, diferentemente dos incas, conheciam o sistema da escrita, embora todos eles ignorassem a roda e a abóbada. Os astecas, ao contrário dos maias, conheciam o cobre e com ele fabricavam pontas de lanças, além de foices e outros instrumentos para trabalhar a pedra; já os maias faziam uso desse metal apenas como ornamento; sequer conheciam o prego e, por isso, usavam laços de sisal ou de cipó no lugar daquele. Nenhum deles usava o arado, mas estacas de madeira recurvada para o traçado dos sulcos na terra a ser plantada; conheciam a enxada de madeira dura; facas, lanças, arcos, flechas e espada de madeira guarnecida de sílex afiado. (MOUSINEIR, 1995).

Afirma Mousineir (1995) que os astecas fabricavam cerâmica, teciam fazendas de algodão, de fibras de coqueiro, de pêlo de coelho e davam coloridos a tais tecidos. Os maias teciam o algodão e o sisal e detinham conhecimento sobre o calendário e sobre edificações, de sorte que foram construtores de templos, de palácios e de plataformas destinadas às danças e rituais. As inscrições de sua escrita revelam conhecimentos que tratam da cronologia, da astrologia e religião de caráter

astrobiológico: fase politeísta em que todo objeto, mesmo o céu e os astros, é considerado como ser vivente, o exemplo dos animais e dos homens, mas em que tudo(...) obedece a leis periódicas, concomitantemente leis de necessidade, leis de harmonia, seguida pelos movimentos periódicos da abóbada celeste, pela alternância regulada das estações, pela reprodução animal, das plantas e em tudo, acontecimentos e atos, é considerado como dependente das posições e dos movimentos celestes. (MOUSINIER, 1995. p. 45).

2.2 A construção da identidade lingüística pela identidade cultural

A identidade tem sido concebida pela consciência de pertença expressa pelo enunciado “nós somos portugueses, ou brasileiros, ou africanos, ou...”. Desta feita, afirma-se o fato de se pertencer a uma categoria de indivíduos que se qualifica pela condição de “ser X” – ou português, ou brasileiro, ou ... – diferenciando-se daqueles homens que não “são X”, por serem estrangeiros.

A construção dessa consciência de pertença, na modernidade, está assegurada pela escolaridade obrigatória, pelo serviço militar também obrigatório e por um conjunto de conhecimentos institucionais que, sob a gestão do Estado, possibilitaram presumir que todos os habitantes de um dado território nacional são X. Entretanto, a escolaridade e o serviço militar obrigatório para os jovens do sexo masculino são marcos dos tempos modernos, por meio dos quais se passou a criar um vínculo entre os habitantes de um dado território e os limites geográficos de um território sob o poder do Estado.

Câmara Jr. (1998), ao estudar a questão identitária do povo português, pondera que a construção dessa consciência de identidade não se faz transparente para todos os indivíduos, em cujos registros civis são designados “portugueses”. Observa que a identidade resulta de um processo histórico e não se explica apenas

por fatores de ordem político-social, ou político-econômico, nem mesmo de ordem estritamente cultural, pois ela resulta do modo como tais fatores distintos são conjugados no fluxo de níveis históricos.

Para esse autor, a consciência identitária não tem o mesmo grau e tampouco o mesmo valor para todos os grupos sociais, na medida em que a representação do território, dos seus bens materiais e não materiais difere entre o homem do campo e aquele da cidade, entre os governantes de Estado e aqueles da Igreja, por exemplo. Também se deve ponderar que as questões de identidade não se circunscrevem apenas a um fenômeno mental, do mundo das idéias, pois estas sempre têm por suporte a objetividade.

Assim sendo, se desprovida de alguma forma de expressão política, ou seja, sem a manifestação da apropriação de poder qualificado por um certo grau de autonomia, não se pode tratar dos fatos identitários. Essa modalidade de poder também precisa ser considerada numa esfera territorial e pelo princípio da continuidade e da permansividade, sem o que o sentimento de pertença não se consolida. Já as questões lingüísticas são bastante importantes; entretanto, elas não podem ser dissociadas das demais; pois há identidades cuja construção não são dependentes do uso de uma única língua oficial em um dado território nacional; como a Bélgica, o Canadá, por exemplo.

Nesse contexto, a formação de uma identidade cultural se faz suporte da concepção de “nação” sobre a qual os Estados são edificados, por meio da construção de uma modalidade de “poder” que se concretiza no fluxo de um tempo histórico. Assim, a concepção de nação portuguesa teve por matriz um modelo de exercício político por meio do qual se deu a expansão do galego-português como língua oficial de que resultou o atrofiamento de outros falares naquela região da Península Ibérica. Por conseguinte, o galego português se fez, pelo poder político, fator de identidade nacional de um pequeno e jovem reino edificado por Afonso Henriques, o primeiro rei português.

2.3 A conversão de línguas de cultura ao *romanice fabulare* – origem do galego-português

Buscar a origem do galego-português é retroceder no tempo para focalizar a implantação da primeira língua oficial na Península Ibérica: O *sermo urbanus* ou latim clássico. Esse latim clássico, contudo, não é qualificado pelos historiadores como matriz fundadora das línguas românicas, mas sim o *sermo vulgaris* ou latim vulgar. Esse latim vulgar, matriz fundadora das línguas românicas, designa o uso coloquial da língua latina e, portanto, abarca uma grande variedade de usos por diferentes grupos sociais que, integrados pelo poder político-administrativo do império romano, migraram para terras da Península. Logo, o latim clássico, ensinado nas escolas até o século XIX e empregado na escrita de textos eclesiásticos, dentre outros de caráter oficial, vai se fazendo uma língua estrangeira nas terras peninsulares.

Esse processo de migração, desencadeado pela conquista desse território europeu, explica-se como um dos episódios da Segunda Guerra Púnica, implicando o desembarque dos romanos e a invasão da costa catalã naquele território, no ano 218 a.C., com vistas a conquistá-lo. Se tal invasão teve a força militar como suporte, a ação colonizadora se fez pela força da migração; pois “romanos de todas as classes sociais fixaram-se no território conquistado, criam-se cidades e escolas e os mercadores circulam pelas novas vias imperiais.” (CARDEIRA, 2006. p.20).

Ressalta-se que a esse processo migratório, fundamento da ocupação de um novo território por um estado imperial invadido pela força do seu poder político-militar, conjuga-se um processo de miscigenação. Assim, “em regiões cedo pacificadas e densamente povoadas por colonos romanos, uma política de casamentos mistos” (CARDEIRA, 2006. p. 25) favoreceu a aceitação da língua do colonizador, ainda que o resultado desse processo fosse a existência do bilingüismo.

Nessa acepção, a Península Ibérica se fez multilíngüe, em razão da diversidade de línguas materiais existentes naquela região européia. Contudo, a necessidade de comunicação fez do latim vulgar a língua dominante na medida em que ela passou a ser um meio funcional de interação entre povos distintos, de culturas distintas, pois à variedade étnica dos habitantes peninsulares correspondia a variedades lingüísticas. Desta feita, os fatos políticos afetaram os fatores culturais, pois a eficácia do poder político sempre resulta, em grande parte, da eficácia das

práticas sociais administrativas serem configuradas e/ou vinculadas por uma dada norma lingüística, ou por uma dada língua: garantia da sua difusão. (CÂMARA Jr., 1998).

Para os historiadores dos estudos lingüísticos, a imposição do latim vulgar na Península Ibérica implicou a sua difusão e a adoção da língua dos conquistadores, à exceção do povo basco. Observa-se que a fixação dessa língua, à semelhança com a ocupação e fixação naquele território, dependeu da pacificação dos seus habitantes: fato que não obedeceu a um mesmo ritmo, no fluxo da história. Assim, o processo de romanização se estende ao longo de vários séculos e se dá do Sul para o Norte, avançando em regiões onde a resistência ao invasor é mais atenuada e retrocedendo onde ela se faz mais acirrada.

Desta feita, a pacificação se fez bastante tardia na região da Galécia; razão pela qual a fixação de classes sociais de prestígio se fez em um grau pouco significativo, bem como, o processo de escolarização: fatores que contribuem para uma romanização pouco solidificada. Por conseguinte, apenas no final do século IX d.C., tem-se a pacificação e a prosperidade naquele território totalmente romanizado pela implantação de uma organização político-social sustentada pela legislação do Direito romano inscrita nos registros do latim vulgar, que já suplantava as línguas de cultura ali faladas.

Observa-se, nesse tempo, haver naquela região variedades lingüísticas que, fundamentadas no latim coloquial, são designadas por galego-português, astur-leonês, castelhano, navarro-aragonês e catalão: todas elas produtos de um esforço de comunicação que levou à dialeção dessa modalidade de fala latinizada. Esses falares vernáculos de base latina compreendem núcleos lingüísticos diferenciados que emergem do esforço para se falar “à maneira dos romances”. Tais romances tornam-se línguas dos estados medievais, de sorte que o termo “romance” passa a ser empregado para designar o português e o castelhano entre outras modalidades de línguas, como línguas neo-latinas, ou os gêneros literários criados nesse período da história. (CARDEIRA, 2006. p. 19).

2. 3.1 Processo de dialeção: estratos da língua latina

Coseriu, em seus estudos sobre variações, inerentes às mudanças lingüísticas decorrentes de contatos interlínguas, designa por substrato a recriação que emerge de forças entre hábitos articulatórios de uma dada língua materna e a aquisição de uma outra, nova língua. Assim, esses hábitos facultam que tendências lingüísticas pré-existentes atuem sobre a língua em aquisição. Trata-se de um processo que, embora não se apresente refletido de modo imediato, leva à transformação gradativa da língua que se busca aprender a falar e a ela imprime uma função particular. A essa função particular designa-se dialeção: uma ação que provoca diferenciação de funcionamento de um dado sistema e alteração da estrutura de seus elementos constitutivos, de sorte a surgir como norma, quando a imposição da língua estrangeira se faz enfraquecida, em razão do enfraquecimento do poder político. A assimilação de uma outra língua, conforme apontado, implica não só assimilação de um outro marco cultural, mas também um estado de bilingüismo.

O superstrato também se refere às variações que apontam para vestígios e influências da língua do povo que domina e se impõe sobre um outro pela conquista. Nesse caso, tem-se na região peninsular não só a invasão romana, mas também a dos bárbaros e dos árabes a ser considerada para o tratamento de substratos inscritos na formação do léxico do português arcaico. O termo adstrato remete-se à concepção de variações lingüísticas em que dois estratos de línguas diferenciadas convivem de modo pacífico, influenciando-se reciprocamente, sem que qualquer um deles se modifique de forma radical.

Essas três dimensões propostas para se focalizar as variações acentuam a diversidade fundadora da transformação do latim implantado na Hispânia, mas torna-se bastante complexo considerá-los de forma isolada: razão por que se buscará apenas ressaltar cada uma delas, no contexto dessa investigação. Convém, ainda, ressaltar o uso que se fez da expressão “latim vulgar” como modalidade diferenciada daquela designada por “latim clássico”: modalidade escrita que qualifica os textos literários. Contudo, esse latim dito vulgar possui, segundo os historiadores, inscrições pouco elaboradas em cartas pessoais, tratados técnicos e mesmo em obras literárias, quando autores como Plauto, a ele recorre para qualificar a fala de alguns personagens. Tais fontes, acrescidas do *Appendix Probi* – um manuscrito

datado do século 700 d.C. referente à cópia de um tratado gramatical cuja autoria é atribuída a Valério Probo à qual foram anexados alguns apêndices. Dentre eles, encontra-se na lista de 227 correções de formas “incorretas” em língua falada – têm servido para atestar o uso do latim coloquial diferenciado daquele do latim literário. Assim, esse uso vulgar, pouco elaborado, ainda apresenta registros inscritos nos *graffiti* de Pompéia que têm possibilitado aos historiadores reconstruí-lo como marco do sistema lingüístico português contemporâneo. (CARDEIRA, 2006).

Nesse contexto, os romanos se defrontam, no período da invasão Hispânica, com uma região habitada por colônias ou tribos humanas de origem distintas que haviam chegado àquela Península, quer por via marítima ou terrestre. Essa onda de sucessivas migrações deveu-se à seleção privilegiada da geografia peninsular. Dados fornecidos por historiadores greco-latinos, segundo Basseto (2000), afirmam a existência de povos iberos que, por volta do III milênio a.C., ali se estabeleceram, ao Sul e ao Leste, vindos do norte da África. Povos celtas ocupavam o centro e o oeste daquela região, enquanto os fenícios ocupavam a costa meridional daquela região e os bascos situavam-se na colônia montanhosa ao norte.

Essa distribuição, pressuposta pelos estudiosos do período pré-romanização, tem possibilitado considerar que as línguas por eles faladas teriam funcionado como substrato do latim hispânico. Assim, tem-se postulado uma unidade lingüística protobasca, referente a não distinção entre os fonemas /b/ e /p/ que caracterizara os dialetos setentrionais portugueses, como o galego e todos os falares originários do Norte da Península. Concomitantemente a esse fenômeno não distinto, tem-se, ainda, a queda do /L/ e do /N/ intervocálicos latinos no galego-português (DOLORE > port. *door* > *dor* / cast. *dolor*, LANA > port. *lãa* > *lã* / cast. *lana*), bem como o aportuguesamento do F inicial no Castelhana (FARINA > cast. *harina* / port. *farinha*). Esses fenômenos de caráter fonético-morfológicos, registrados por Cardeira, são designados como **betacismo** e implicam ações de substrato.

O galego-português sofreu diferenciações, em decorrência da unidade lingüística de origem celta, que responderiam pela transmutação dos encontros consonantais latinos “PL, CL e FL” em “ch”, em português (PLICARE > *chegar*; CLAVE > *chave*; FLAMMA > *chama*), diferente da transmutação em castelhano: *llegar*, *llave*, *llama*. Atribui-se ainda ao substrato celta o processo de enfraquecimento das consoantes oclusivas intervocálicas que são sonorizadas no Português, no Galego, no Castelhana, no Catalão, no Francês, no Provençal e no

Franco-provençal. Já o grupo consonantal “KT” do latim evolui por meio da semivocalização: SAPERE; NOCTE > *saber*; *noite*, em Português. Entretanto, na România Oriental – itálico e romeno – as oclusivas são conservadas e o grupo “KT” sofre assimilação: SAPERE e NOCTE > *sapere* e *notte*, em Italiano.

Esses fatos lingüísticos comprovam a importância do substrato celta na dialeção do latim hispânico, comparado ao da região sede do Império Romano. A eles se deve acrescentar a origem social e dialetal dos colonos romanos pela similaridade de alguns traços lingüísticos existentes no Sul da Itália e na região peninsular que também contribuiu com esse processo de dialeção. Considera-se que a quantidade de colonos de origem suditálica e seus hábitos articulatórios muito teriam contribuído com a evolução do “LL” e “NN”, grupos consonantais latinos intervocálicos, para diferenciar o falar Leonês, do Castelhana, do Aragonês, do português e do Catalão. Tem-se, por exemplo: “CABALLU > port. *cavalo* / cast. *cabalo*; ANNU > port. *ano* / cast. *año*. Diferencia-se ainda o “L” inicial em Leonês e em Catalão: LUNA > *lua*, em português, mas *lluna* em Catalão e também a assimilação do grupo consonantal “MB”, em posição medial para todos os falares ibéricos, à exceção do galego-português: PALUMBA > port. *pomba* / cast. *paloma*. Essas mutações teriam como fonte os dialetos falados pelos colonos oriundos do Sul da Itália.

A entrada do vocabulário celta na língua portuguesa se dá por meio da sua acomodação fonomorfológica à língua latina, de sorte a evoluir como se fossem genuinamente latinas. Tal contribuição se fez bastante considerável, conforme os seguintes exemplos: *camisea* > *camisa*; *salmo* > *salmão*; *leuca* > *légua*; *carrus* > *carro*; *carpentarius* > *carpinteiro*; *mantica* > *manteiga*; *cattus* > *gato*; *caminum* > *caminho*; *taratu* > *trato*; *lancea* > *lança*; *vassalus* > *vassalo* (SILVEIRA BUENO, 1955). Dentre esses empréstimos e adaptações, deve-se também considerar mudanças no sistema vocálico e consonantal do latim:

- a) a substituição de um acento tonal por um acento de intensidade e a oposição entre vogal breve e longa por vogal aberta e fechada: uma mudança que se processou bem cedo nos novos romances;
- b) o surgimento de um sistema vocálico em que as vogais breves se deslocam para um timbre mais aberto e as longas para um timbre mais fechado, implicando a fusão do } em /e/: *acētu* > *azedo*; *pāra* > *pera*. O *ā* evolui para /e/ aberto: *pātra* > *pedra* e a

fusão de *o* e *u* resultará em /o/: *am^ore* > *amor*; *l^otu* > *lodo*, sendo que *i* abriu para /o/: *pⁱrta* > *porta*.

c) o enfraquecimento das consoantes oclusivas, em contexto silábico intervocálico, de que resultou a simplificação das geminadas e a sonorização das surdas: *ABBOTE* > *abade*. A apócope ou queda das consoantes sonoras “D” e “G”: *FRIGIDO* > *frio*, bem como a mudança do ponto de articulação da consoante “B” de que se originou uma nova consoante, o /v/, inexistente no latim: *FABA* > *fava*;

d) o reforço na articulação das semivogais, por sua vez, implicou a consonantização delas: *IOCU* > *jogo*; *VACCA* > *vaca*;

e) os encontros vocálicos latinos, por meio da ditongação, resultaram em um maior grau de frequência das semivogais palatais que, devido ao contato com algumas consoantes, implicou na palatização destas: *FILIU* > *filho*; *SENIOR* > *senhor*; *BASIU* > *beijo*; *PASSIONE* > *paixão*. Assim, a consoante e a semivogal se fundiram, originando um novo som.

Há ainda topônimos e hidrônimos portugueses – *Braga, Viseu, Olisipo, Coimbra, Lacóbriga, Tejo*, por exemplo – que são testemunhas de populações anteriores à romanização. Também se integram ao léxico do português designações como: *chaparro, sapo, várzea, meta, sarna, bruxa...*, que atestam a existência das mesmas.

2.3.2 Processo de dialeção: estratos das línguas dos bárbaros

No século V, a Península é invadida por hordas germânicas, de sorte que no ano de 409 os Alamos ocupam a região da Lusitânia e a Cartaginense (cf. mapa, anexo B), os Suevos e os Vândalos ocupam a Galécia e a Bética. No ano 410, exceção feita aos Suevos, todos são derrotados pelos visigodos. Embora o reino Sueco permaneça na região por um século, ele será integrado à monarquia visigoda.

Ressalta-se que a supremacia da cultura romana e suas estratégias de conquista do povo peninsular, após a ocupação gradativa do território, estavam baseadas na simpatia e na construção de obras públicas que a todos beneficiavam. Desta feita, a captação e armazenagem de água passaram a ser um bem comum e chegava a seus usuários por meio de canais. Detentores que eram das tecnologias

que promoveram a Revolução do Regadio investiram na construção de grandes reservatórios e o uso do sifão invertido garantia a água em fontes públicas, em termas, nas saunas e casas de banho. No campo da engenharia civil elas responderam pela edificação de pontes e de estradas pavimentadas que asseguravam, por um lado, a facilidade de mobilidade da população e, por outro, o contato dos colonos com o império. Estas edificações eram objeto de constante manutenção de sorte que, ainda hoje, muitas delas sobrevivem. Como tais serviços eram concebidos como um bem público, não era objeto de cobrança de taxas, cabendo às províncias cuidar do bom funcionamento dos transportes e do abastecimento de água. Assim, além de transformar a arquitetura peninsular, os aquedutos contribuíram para a ampliação do saneamento básico da região.

A essas obras somam-se aquelas que resultaram na construção de teatros, bibliotecas, edifícios públicos, basílicas e outros monumentos em cidades maiores, ainda que, a construção de escolas fosse bastante escassa e voltada para a formação de um pequeno grupo de elite. O serviço da padaria pública se fez presente, desde então, com a construção de fornos aos quais os pães eram levados pelos habitantes de cada província para serem assados. Assim, os povos peninsulares assimilavam, por meio desses bens materiais, conhecimentos e técnicas que neles se inscreviam, bem como suas respectivas designações em língua latina, no esforço despendido para se comunicarem e serem compreendidos pelos invasores e se deixam por eles compreender.

Nesse contexto, é fato que os visigodos, durante suas andanças pela Romênia, antes de se fixarem na Ibéria, haviam se romanizado; razão pela qual, embora falassem a língua gótica, conheciam o latim vulgar. Na Península, fizeram uso da língua latina para se comunicarem com o povo já romanizado e no século VII abandonaram o gótico. É nesse mesmo século que esses povos invasores se convertem ao catolicismo. Assim, as invasões germânicas não promoveram rupturas bruscas na sociedade hispânica, configurada pelo modelo romano e substituída pelos parâmetros do Direito aplicado pelos administradores das cidades e províncias. Mantém-se, portanto, a divisão e gestão administrativa ali implantada pelos latinos de Roma. Desta feita, os visigodos se diluem na população e na cultura hispânica fundada pela romanização.

A influência germânica, por esse quadro, é bastante reduzida, circunscrevendo-se ao enriquecimento do léxico; contudo, vocábulos como guerra,

trégua, guardar, de origem germânica, já pertenciam ao latim vulgar e se acham registrados em todas as línguas da Romênia Ocidental. As contribuições referentes aos empréstimos lexicais dos germanos estão nos nomes patronímicos – nome próprio formados a partir do nome do pai ao qual se acrescentava o sufixo “-ICI” como designativo de origem. São freqüentes em português os patronímicos Gonçalves, Rodrigues, Soares que significava filho de Gonçalo, de Rodrigo e, hoje, conservados como nome de famílias. (CARDEIRA, 2006: 29).

O contato prolongado com hábitos articulatórios das línguas germânicas não deixou de provocar algumas diferenciações fonomorfológicas entre os romances ibéricos, como:

- a) romanização das consoantes oclusivas, em posição intervocálica: RIPA > *riba*; AMICA > *amiga*;
- b) a ditongação das vogais breves da língua latina *â, î* que, devido ao forte acento de intensidade das línguas germânicas, respondeu pela diferença entre PORTA > *porta*; PETRA > *pedra*, em Português, e *puerta* e *piedra*, em Castelhana.

Entretanto, o fato mais significativo da invasão desses povos está no fato de ela haver contribuído para a fragmentação na medida em que provoca o desmembramento do império romano, fracionando a România, de sorte a separar a área ocidental da oriental. Tal separação apontará a Península Ibérica do Império latino.

Para Basseto (2000) e Ferronha (1992) os três séculos de domínio pelos visigodos acentuam as transformações sofridas pelo latim vulgar, em razão dos substratos e devido ao isolamento de algumas regiões ibéricas. Desta feita, na região da Galécia: reino suevo – povoada por colonos dedicados à agricultura e tardiamente romanizada, a língua tomará forma diferenciada.

Assim, o latim vulgar, em contato com as línguas de substrato e superstrato, sofre um conjunto de variações também decorrentes das circunstâncias geográficas, de maior ou menor contato de algumas regiões com o império, e do seu ensino, imposto pela Igreja e por instituições escolares. Tais instituições, alocadas em centros mais urbanizados, contribuíram para acentuar o grau de diversificação da língua latina, acentuando falares regionais hispânicos.

2.3.3 Processo de dialeção: estratos da língua árabe

A invasão da Península pelos árabes tem por marco o ano 711 e, após dois anos, esses conquistadores haviam subjugado todos os habitantes da região meridional até o Mondego e deslocado os hispano-godos para a cordilheira, situada ao Norte daquele território. Tal conquista é marcada por alguns episódios de uma história sangrenta e por uma administração centralizada em Córdoba. A pacificação acaba por situar os cristãos ao Norte da Península, os muçulmanos e os hispano-godos – já convertidos ao islamismo – os moçárabes e os judeus no Centro-Sul. Organizada em reinos, a nobreza visigótica do Norte desencadeia um conjunto de ações com vistas a reconquistar o território peninsular. No Sul, a convivência entre povos de diferentes religiões é tolerada pelos invasores, de modo que os moçárabes – população cristã que vive sob o domínio dos árabes - preservam e mantêm sua identidade cultural e preservam seus costumes e tradições cristãs.

Nesse contexto, os confrontos entre cristãos e árabes tiveram a língua e a cultura dos moçárabes como marco de resistência ao invasor, ainda que a população dessa região Sul se veja compelida a aprender a língua dos árabes. Desta feita, a nova língua de cultura passa a coexistir com aquela do substrato latino e dessa ação do substrato árabe tem-se o enriquecimento do léxico.

Os topônimos, ao Sul do Mondego, têm no árabe a sua matriz designativa: Odemira, Odeceixe, Odivelas, Aljeaur, Alfama – reconhecidas pelas formas “ode” ou pelo antigo “Al”. Entretanto, a extensividade designativa se faz presente no léxico comum, circunscrevendo-se ao campo semântico da administração e da guerra. Vocábulos como alcaide, almirante, alferes, alfândega, algazarra e alarido são emprestados dessa língua de cultura. A eles acrescentam-se aqueles referentes aos campos da arquitetura, da alimentação, da agricultura, da ciência e de instrumentos como, por exemplo: *alpendre, azulejo, andaime, armazém, bairro, aldeia; açude; algarismo, álgebra, cifra, zênite, alecrim, alfazema, algodão, tremoço, azeitona, laranja, limão, xarope, almôndega*. Os portugueses, ainda hoje, usam *ceroulas* e comem *regueifas* e *aletria*.

A extensividade dos empréstimos lexicais aponta a superioridade de domínio de conhecimentos e de técnicas pelos árabes que se sobrepõem àquelas dos povos peninsulares, em vários campos do saber; razão por que instrumentos e produtos desconhecidos invadem a Ibéria e com eles as novas designações. Grande parte

desses empréstimos se integra à fala dos romances moçárabes, apontando o encontro entre invasores e invadidos e revelando a interpenetração da cultura árabe na cristã. Trata-se de questões de superstrato, ainda que elas não tenham modificado as raízes mais profundas da cultura cristã; razão pela qual o mais adequado, neste caso, é considerar tal fenômeno como adstrato. Nesse sentido, tem-se a convivência entre culturas distintas, contudo, aquela do invasor não altera substancialmente a do invadido, ou seja, a Península não chegou a ser “arabizada”. Para Cardeira (2006. p. 33), esses fatores “refletem na estratégia de domínio político-administrativo muito diferente da romana e, até, da germânica. Roma integrou a Hispânia ao Império, romanizando-a; os visigodos integram-na à sociedade hispano-romana”.

Segundo essa autora, os casamentos mistos podem ser vistos como símbolos de miscigenação, resultantes do domínio romano e visigodo, que implicou no bilingüismo: consequência da ação de substratos e superstratos. Entretanto, os casamentos entre árabes e romanos-godos se devem à escassez de mulheres na população invasora; todavia, eles não foram significativos para a construção de variações substantivas que levassem à mudanças das matrizes culturais implantadas na Península. A língua e a cultura árabe, conforme demonstrado, interferiram de duas formas nas transformações do romance moçárabe, quais sejam, no enriquecimento lexical e, ao relegar a língua falada por esta população à intimidade das famílias. Por conseguinte, à medida que se dá o processo da Reconquista, essa modalidade de uso da língua falada, sob o domínio árabe, vai desaparecendo.

Faz-se significativo, nesse período de reconquista, o fato de as ações políticas dele resultantes implicarem a criação de reinos, à proporção que esse momento ia se estendendo pelo território peninsular. Tais reinos não só iam dividindo a sociedade hispânica como também afirmando entidades políticas diferenciadas que passaram a defender o alargamento do território por eles ocupado. Esse expansionismo não se circunscrevia apenas à conquista de espaços ocupados pelos árabes, visava também aos territórios a eles vizinhos.

Nesse sentido, tem-se a busca pela criação de fronteiras políticas e de reinos distintos que se transformarão em fronteiras lingüísticas, em razão da ação dos substratos e superstratos. Surgem, assim, os reinos da Galiza e Portugal, das Astúrias e Leão, de Castela, de Navarra e Aragão, fundados em núcleos lingüísticos

distintos. Trata-se de um tempo em que, na região da Galiza, extensiva até as terras de Aveiro, abarcando uma faixa das Astúrias, predominava um romance com traços de uma fala peculiar: um léxico de base latina ao qual se incorporavam germanismos latinizados, e que apresentava um caráter arcaizante, produto de uma romanização pouco sistematizada devido ao isolamento geográfico, ou seja, ao isolamento em relação aos centros de renovação lingüística.

Trata-se de um espaço muito mais rural do que citadino, cujo dialeto se qualificava pela evolução dos grupos consonantais PL, CL, FL que haviam se transformado em “X”: Plúmbeo > chumbo; clave > chave e a consoante “N” funcionava de modo a nasalizar a vogal anterior, de que resultaria a nasalização vocálica do português. Desses processos matriciais emergirá a língua portuguesa, pelo alargamento do reino de Leão ao qual foram incorporados Santarém, Coimbra e Faro.

No fluxo desse tempo de vivências, o latim vulgar vai se fazendo uma língua sintagmática e perde aos poucos o caráter paradigmático. Assim, os morfemas de “casos” agregados, ou articulados às palavras que indicavam, ao mesmo tempo, o gênero, o número e as relações gramaticais, no contexto frasal, são substituídos por morfemas flexionais e a ordem das palavras no contexto frasal vai se fazendo fundamento de um novo modelo de organização e estruturação das funções sintáticas, tendo as preposições como um desses marcos mais significativos. A sinalização dessas transformações terá na obra de Luiz Vaz de Camões, o primeiro registro escrito da língua portuguesa, no século XVI. Datam dessa época as primeiras gramáticas voltadas para esse processo de sistematização, cuja autoria é de Fernão D’Oliveira e João de Barros. Assim, entre a criação do Condado de Portucale, em 1143 e o século XVI, é que se deu a constituição do português com o sistema lingüístico autônomo. Esta autonomia e sistematização têm como suporte a força política de que resultou a formação do Estado Português como nação autônoma.

2.4 Formação do Estado Nacional português e os marcos da Revolução Mercantil

A formação do Estado Moderno Português está inexoravelmente associada ao processo da Reconquista, no esforço despendido por forças políticas da época para traçar limites territoriais entre diferentes reinos, à chamada “guerra santa” – causada pela descoberta do túmulo do Apóstolo Thiago de Compostela. A esses fatos acrescenta-se a força de crenças que impediam a exploração dos caminhos do Oceano Atlântico, limitando o espaço ocupado pelo pequeno reino português à costa marítima da Península Ibérica. Destruir as forças dessas crenças foi uma das grandes estratégias que levou o rei Afonso Henriques a fazer de Portugal um marco da Revolução Mercantil, cujo domínio implicou grandes investimentos no campo de descobertas, propiciando a produção de novas tecnologias no campo da engenharia náutica.

2.4.1 A criação do Condado Portucalense

A constituição progressiva de grupos políticos, situados ao Norte da Península Ibérica e responsáveis pela Reconquista, leva o exército hispano-godo a derrotar os muçulmanos em Cavadonga. Essa batalha comandada por Pelágio torna-se o primeiro símbolo da reitoria cristã e se faz lendária nas regiões peninsulares. Ao longo do século IX, o vale do Douro e a região do Mondego foram o palco de lutas de que resultou a expulsão dos muçulmanos ali alocados.

A transformação da Reconquista em Guerra Santa ocorre com a descoberta do túmulo de Thiago de Compostela, deslocando nobres da Europa para a Península, envolvendo as Cruzadas e a Igreja nesse processo de expulsão dos “não cristãos”. Afonso III, das Astúrias, nesse mesmo século IX, cria o Condado de Castela que, limitado da região de Burgos, teve território estendido e sua autonomia política mantida.

Esse mesmo rei atribui o título de Conde de Portucale a Vilmara Peres – um antropônimo que se converteu no topônimo Vimarais > Guimarães – e a ele coube organizar a defesa e o povoamento entre o Douro e a região de Lima. Entretanto, nos idos do ano de 981, um ataque comandado por Almansor desencastela a

dinastia dos condes portugalenses, de sorte que a sua retomada só ocorre sob o comando de Henrique de Borgonha.

No século XI, o rei Afonso VI, do reino de Leão e Castela, reúne sob o seu comando os territórios de Portucale e Coimbra e os concede ao Conde Henrique, casado com sua filha Teresa. A D. Raimundo, casado com sua outra filha, concede o condado da Galiza. A fronteira entre os dois condados, traçada pelo Rio Minho, mantém a divisão administrativa estabelecida pelos romanos em conventos jurídicos.

Afonso Henriques, filho de D. Henrique e Dona Teresa, encorajado por uma pequena aristocracia que buscava se tornar uma corte régia, passa a se opor à sua mãe e a reclamar a autonomia do Condado Portucalense. Associado ao poder político instituído na Galiza, conquista esse objetivo por meio da Batalha de São Mamede, de sorte que, em 1143, se institui rei, pelo tratado de Zamora.

O papa Alexandre III, em 1179, reconhece a independência do novo reinado, cujo território fica limitado à reconquista das regiões Norte e Leste e o desenvolvimento e repovoamento dos reinos vizinhos. Assim, em 1147, vive-se a reconquista de Santarém e de Lisboa e, avançando para o Sul, em 1249, Faro é libertada, mas sob o reinado de Afonso III. Cria-se, desta luta, umas das fronteiras mais estáveis da Europa.

O último reduto mouro a ser reconquistado é o reino de Granada, o que ocorre no século XV sob o comando dos reis católicos de Castela, assegurando-lhes o avanço em direção ao Sul da Península e a sobreposição sobre reinos vizinhos. Castela se esforça por criar uma hegemonia política na Península e, como consequência desse esforço, Portugal fica subordinado a esse poder político entre o final do século XVI e meados do século XVII. Essa afirmação do reino de Castela se faz extensiva,

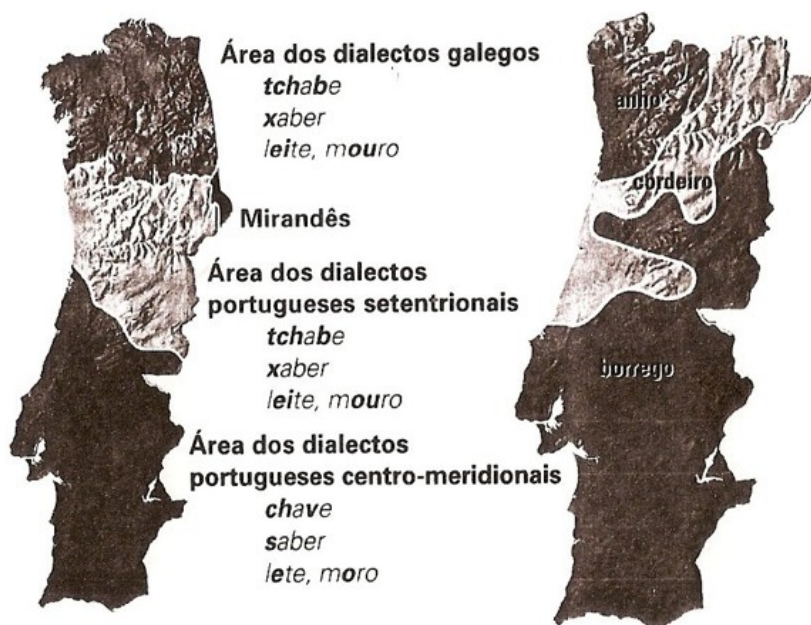
(...) de norte para o sul e do centro para este e oeste, resulta uma diferenciação lingüística nítida, uma vez que o romance castelhano, inovador em virtude de circunstâncias que favoreceram o seu desenvolvimento em regiões em que o contato com substratos (nomeadamente o Basco) e superstrato significativo, se expandiu geograficamente, reduzindo a área anteriormente ocupada por outros romances ibéricos. (CARDEIRA, 2006. p. 40).

Afirma Cardeira (2006) e outros historiadores (cf. bibliografia) que o avanço desses movimentos de reconquista esteve conjugado com a migração de

mercadores da região Norte para aquelas do Sul da península. Contudo, a região Norte fora povoada quando ali se formara o poder político que desencadeou a reconquista, de sorte que à população rural se somaram novos senhores. Estes se apropriaram das terras e deram início à criação de vilas, o que configurou a implantação da Revolução urbana em terras da Hispania portuguesa. (cf. Capítulo I). Nesse mesmo espaço de território tem-se a fundação de igrejas e mosteiros que, por um lado, atrai mais habitantes para formar uma densa rede populacional, por outro lado, tem-se apropriação das terras e das pessoas.

Na região situada entre o Mondego e o Tejo, o repovoamento se reveste de um caráter municipal, conciliando-se em torno das cidades e dos principais rios que a ela dão acesso, resultando em um baixo grau de povoamento das terras do interior. As ordens militares – Templários-Cristo, Calatrava, Santiago – por sua vez responderam pelo repovoamento do vale do Tejo para o Sul e este se traduziu em vastas propriedades e baixa densidade populacional.

A necessidade de repovoar a região portuguesa leva o rei a instituir conselhos do tipo “prefeito”, por meio da outorga de um foral que modela uma administração municipal. Ao sul do Mondego, a abundância desses conselhos são indícios da necessidade e urgência dessa prática de povoação. A distribuição dessa população, formada por migrantes de diferentes origens, quer do Norte, do Sul, do Nordeste,... e que carregam consigo suas falas dialetais, acaba por configurar, ao Norte, uma área de dialetos galegos, ao centro, uma área de dialetos portugueses setentrionais e, ao Sul, de dialetos portugueses centro meridionais, conforme mapa abaixo. (CARDEIRA, 2006. p. 43).



Observa-se que a produção de documentos escritos, desde a criação do Condado Portucale, tinha o latim como língua oficial, contudo, era uma modalidade de registro muito próxima do romance falado. Assim, os falantes, mesmo que não soubessem se expressar usando o latim, compreendiam o conteúdo desses textos notariais. É no século XIII que a chancelaria régia, durante o reinado de D. Diniz, adotaria o português como língua oficial muito embora alguns estudos recentes no campo da historiografia moderna apontem a existência de documentos escritos datados de 1173 e 1175. Tais estudos têm considerado a necessidade de se diferenciar o português antigo - iniciado com os 1º documentos escritos em latim vulgar, cuja norma se aproxima do romance português – do galego-português em que se registrava a produção poética dos trovadores.

2.4.2 A Revolução Mercantil e as grandes descobertas

A formação do estado português, em meados o século XII, consolidada pela dinastia de Borgonha, teve por marca a decadência de um modelo de formação sócio-cultural em que prevalecia uma vida política regida por uma economia rural de subsistência.

Observam os historiadores que este modelo de política econômica de subsistência começou a emergir no território europeu à medida que o Império Romano entrava em decadência, acentuando o fortalecimento de diferentes grupos

étnicos e as rebeliões escravas. Assim, muitos escravos, ao se tornarem “colonos”, passam a pagar pelo uso da terra por meio de tributos que resultaria no campesinato rural, por um lado. Os chefes bárbaros, por outro lado, ao conquistarem as terras da Europa, vão se tornando aristocratas e passam a constituir a realeza de antigas províncias imperiais. Vive-se, portanto, um tempo de regressão ou de estagnação do comércio, circunscrevendo-o a uma economia local e auto-suficiente.

Nesse contexto feudalizado, a Igreja torna-se monopolizadora da economia e, aos poucos, apropria-se dos excedentes desse sistema de produção, cobra dízimos, obtém legados e doações. Esses bens são investidos nas construções de catedrais: únicas criações arquitetônicas da Idade Média; pois o desenvolvimento técnico e a criatividade intelectual ficam circunscritos ao fortalecimento da teologia. Desta feita, a Igreja se tornaria a única fonte geradora de empregos, monopolizando a economia e ordenando a vida social sob a forma de disciplina, compromisso e obediência. Trata-se de um modelo de formação sócio-cultural que tem por suporte o uso da tecnologia do ferro, aplicada à cavalaria de guerra, com armas, lanças e armaduras, mais eficientes. Entre os séculos X e XIII, as ambições de conquista, o enriquecimento dos senhores feudais e esforços de revitalização salvacionista, formam o contexto de criação e sistematização da nação portuguesa.

É nesse mesmo tempo que passam a emergir vales e cidades que, habitadas por burgueses, colocam em circulação os produtos da terra no mercado. Assim, entre o Senhor feudal que usufruía os rendimentos da terra e o servo que a custeava, emergem novos grupos sociais, quer vinculados ao trabalho rural – “pequenos proprietários e rendeiros livres – quer vinculados às novas atividades econômicas: mercadores e negociantes do dinheiro.” (LOPES e SARAIVA, apud NICOLA, 1997. p. 10).

Mousinier (1995) atribui a essas razões político-religiosas o fato de os portugueses serem os primeiros dos povos europeus a se ocuparem com as chamadas grandes descobertas, seguidos pelos espanhóis e pelos ingleses e franceses, posteriormente. Para esse historiador não só o ardor apostólico, a vontade de converter outros povos longínquos ao ardor católico, mas também questões de ordens econômicas levariam aquele povo a planificar o projeto político do príncipe Henrique: o navegador (1394 – 1460).

2.4.3 O Projeto de D. Henrique

O infante D. Henrique é o autor do projeto expansionista português para a exploração do “mar tenebroso” – designação do Oceano Atlântico, nos idos do século XV – que estenderia os limites do território português e, conseqüentemente, o poder daquele pequeno reino. A conquista desse objetivo se justificava, ainda, como solução para problemas vivenciados pelo povo daquele reino, quais sejam: o abastecimento, visto que as terras férteis, naquela região eram bastante reduzidas; a falta de metais preciosos - para assegurar um comércio em expansão - é insuficiente para satisfazer à nobreza e ao clero.

A África e a Ásia eram lugares povoados por tesouros a que narrativas lendárias fazem referência; buscar esse ouro por iniciativa própria se faz o grande sonho dos europeus. Nesse sentido, perseguir essas metas também será uma exigência do novo modelo econômico e de organização de um novo modelo social que se institui com o fim da Idade Média. Tal necessidade é intensificada, quando se dá o fechamento dos caminhos para o comércio com o mar Mediterrâneo com a conquista turca:

(...) as especiarias, indispensáveis ao Ocidente, sem grande consumidor para fins farmacêuticos e culinários; atingiram preços (...) exorbitantes em Constantinopla e Alexandria, praças onde os genoveses e venezianos iam buscá-las. (...) impôs-se naturalmente a idéia de procurar diretamente as especiarias nas regiões de origem, evitando-se os onerosos intermediários dos turcos e venezianos. (MOUSINIER, 1995. p. 24).

O olhar de D. Henrique recaía sobre o mar Tenebroso: grande obstáculo para empreender as navegações que projetava, pois as lendas existentes registravam ser ele o habitat de seres marinhos gigantes que devoravam aqueles que ousassem navegá-lo para além da linha do horizonte. Assim, era preciso transpor aquela linha imaginária produzida pelo imaginário do povo português por meio de novos /outros conhecimentos capazes de o impedirem de cair no abismo devorador de homens e embarcações. (SILVEIRA BUENO, 1998).

Consciente de serem as lendas produtos cristalizados de modelos criados para explicar o desconhecido, o infante D. Henrique ordena a seu irmão D. Pedro que vasculhe todas as bibliotecas existentes para coletar conhecimentos sobre o mar Tenebroso. Assim, são deslocados para a corte portuguesa livros e mapas, inclusive os de Marco Pólo que registravam descrições de suas viagens pelo mundo

de sua época. D. Pedro também foi incumbido da vila de Sagres: sábios, astrônomos, astrólogos, cartógrafos – especialmente os de origem judaica que fugiam de perseguições desencadeadas pela corte espanhola. Funda a escola de Sagres, oficinas para a construção de embarcações, salas de estudo e um observatório astronômico. Desta feita, esses estudiosos foram assegurando um conjunto de conhecimentos náuticos que garantiriam explorar os caminhos do mar Tenebroso, à medida que os galés portugueses foram sendo transformados em caravelas.

No reinado de D. Henrique, Portugal se fez um dos centros de eclosão da arte náutica capaz de vencer distâncias entre territórios separados pelos mares – um outro, situava-se entre Madagascar e a Ilha de Páscoa, cujos habitantes dominavam a construção de pirogas com balanceiro e o outro se situava nos mares do Oriente. Entretanto, em Sagres renasciam os conhecimentos sobre matemática, geometria, e astronomia que, gradativamente, possibilitaram não só traçar a cartografia do mundo, como também à Europa entrar em contato com o novo mundo até o século XIX, por meio de embarcações com quilha e leme axial. (MOUSINIER, 1995). Contudo, os avanços promovidos por D. Henrique facultaram a esse rei explorar a costa do Continente Africano e descobrir ilhas como a de Cabo Verde e dos Açores. Desta feita, a descoberta de outros povos, outras terras deslocava para Portugal bens que nelas se produziam e se faziam necessários para a Coroa Portuguesa.

Observa-se que a participação da Igreja nesse processo expansionista se voltava para a conversão de novos habitantes ao Cristianismo; a Coroa, por sua vez, os convertia em escravos. Assim, a escravidão tribal – aquelas tribos que perdiam o combate com tribos inimigas e eram por elas escravizadas são negociadas com os portugueses para lhes servirem de mão-de-obra – se torna matriz de formação do Estado Português moderno.

É nesse sentido, segundo Mousinier (1995) e outros historiadores, que a aquisição de escravos era obtida por meio de forças bélicas, ou pelo uso estratégico do próprio modelo cultural de organização das estruturas sociais tribais.

Nesse contexto, a origem das grandes navegações está no projeto de D. Henrique: um monge guerreiro, cavaleiro da Ordem de Cristo, herdeiro da tradição e conhecimentos dos Templários. A planificação desse seu projeto garantiu a descoberta do Continente Americano, no reinado de D. Manuel, o Venturoso, o que coloca Portugal e Espanha em contato com íncolas desconhecidos na Europa e

assegura a expansão dos reinos português e castelhano. Essa expansão tem por fundação os negócios da Coroa e os da fé cristã que fazem, então, das terras e dos povos do Brasil território colonial português.

Ressalta-se que a transmutação desses dois reinos ibéricos em impérios mercantis salvacionistas tem como suporte o desenvolvimento da engenharia náutica de que resulta o aperfeiçoamento de instrumentos de navegação e de orientação como: a bússola magnética montada em balancins, o quadrante, a balestilha, o astrolábio, as cartas celestes, os portolanos, e os cronômetros,... Também responde por essas conquistas, o aperfeiçoamento das embarcações - naus e caravelas – bem como a vela latina, o leme fixo, as carretilhas e os barcos de guerra. O aperfeiçoamento da engenharia e os avanços no campo da metalurgia contribuíram para recontextualizar ou inventar armas de guerra como canhões, morteiros, espingardas que instituíram a chamada artilharia naval. A combinação dessas tecnologias permitiu o domínio de novas terras por meio da navegação. A essas novas técnicas associam-se aquelas que resultaram na invenção da imprensa, em 1438, e implicaram a produção de papel e a instalação de tipografias, de que advém a impressão de livros.

Tem-se como testemunha desse novo processo civilizatório os campos semânticos abaixo registrados por meio das “palavras testemunhas” que figuram em dicionários da língua portuguesa.



Todos esses avanços respondem pelo desenvolvimento expansionista da história humana e, segundo Ribeiro (2005), tal desenvolvimento implicou a tendência de unificar o mundo em um só sistema de intercâmbio econômico, de onde emerge um movimento oposto àquele de segmentar os povos em entidades étnico-nacionais marcadas pela hostilidade umas com as outras. Por conseguinte, o mesmo processo civilizatório que responde pelo alargamento do mundo, colocando os povos dos cinco continentes em contato, não só pela ampliação do âmbito interno de cada sociedade “devido ao rompimento de barreiras regionais”, tem os limites geográficos dos territórios nacionais como marco de identidade cultural, mas o sistema econômico se estende para além delas e tem o próprio planeta como limite.

2.5 Formação do Estado brasileiro pelos marcos da colonização: matrizes lexicais

Na história do mundo ocidental, o Estado Nacional brasileiro se constituiu pelos marcos que identificaram o Estado Nacional português: o cultivo de um patrimônio cultural inscrito nos registros de uma norma padrão, instituída como língua oficial por um poder político centralizador. Observa-se que a força desse padrão lingüístico de prestígio tem por suporte a produção literária, imitada e enriquecida no fluxo de vivências históricas de um povo. Outro fator relevante para a planificação desse padrão lingüístico de prestígio é a sua descrição por meio de gramática(s) normativa(s) e por meio de dicionários. Se as gramáticas se ocupam de descrições fonomorfológicas e sintáticas, os dicionários se voltam para explicitar, por meio de predicções analíticas, o conteúdo das formas vocabulares, tendo por critério a expansão de seus conteúdos semânticos, tomando por parâmetro a frequência de uso desses vocábulos, em diferentes práticas discursivas (TURAZZA, 2005). Tais obras servem de suporte para o ensino institucionalizado da norma padrão.

Nessa acepção, no tempo da descoberta do Brasil, Portugal já se fizera um Estado Nacional independente, consoante parâmetros acima explicitados. Publicaram-se duas gramáticas – *Gramática da Linguagem Portuguesa*, de Fernão D'Oliveira e *Gramática da Língua portuguesa*, de João de Barros – e já havia dicionários bilíngües. A esses dicionários se segue a publicação daquele elaborado por Jerônimo Cardoso: o primeiro a ser organizado em ordem alfabética na Europa. Tal dicionário traz o registro do vocabulário do português arcaico e expressa uma escassa receptividade a inovações latinizantes, segundo bibliografia desta pesquisa. Justifica-se o fato dos vários dicionários latinos, ou bilíngües até o século XVIII, em razão de o latim ser ensinado como língua estrangeira de prestígio, nesse tempo em que a vida eclesiástica ou laica tinha o seu prestígio assegurado pelo seu uso escrito.

2.5.1 O aportuguesamento dos habitantes do Brasil: a constituição de um vocabulário brasileiro

A chegada dos portugueses em Terras de Santa Cruz, posteriormente Vera Cruz e Terra dos Papagaios, antes de ser designada “Brasil”, coloca-os em contato com diferentes tribos de caçadores e coletores, com línguas desconhecidas e uma fauna e flora jamais vista. Designar essa nova realidade e interagir com povos nativos cujos hábitos e costumes se perderam no longo tempo de vivências de uma Europa mercantilista foi um trabalho árduo voltado para o esforço do exercício de comunicação.

O processo de descobrimentos, como se sabe, implica o de conquista e este foi acompanhado pela evangelização e pela migração:

(...) o intercurso comercial e a ação evangelizadora tornam o português um símbolo da cultura cristã e língua franca dos marinheiros, mercadores, missionários europeus e não europeus. Lisboa transformada em empório comercial torna-se um centro difusor do vocabulário asiático, africano e americano. Com os produtos exóticos Portugal importava também, os termos que os designavam. E, ao exportar para toda a Europa esses produtos, Lisboa exportava vocabulário exótico. É assim que, por intermédio do português, as línguas européias adquirem termos como cabra, zebra, coco, manga, ananás, banana... (CARDEIRA, 2006. pp. 67-68).

O domínio desse rico e gigantesco comércio “mundial” sob o domínio da nobreza e da alta burguesia é intensificado com o plantio da cana de açúcar, tornando Portugal o seu fornecedor mundial. As fortunas individuais se avolumavam; contudo, os rendimentos ficavam concentrados nessas camadas sociais superiores que sufocavam a agricultura com altos impostos. No final do Século XVI, após a batalha de Alcácer Quibir e a invasão das Coroas Portuguesa e Espanhola – domínio político da dinastia dos Felipes – a carga tributária se torna elevadíssima e insustentável.

É nesse mesmo tempo que se iniciam as perseguições aos judeus, o confisco de suas fortunas do qual resulta a fuga de bens do capital financeiro para a Inglaterra e a migração desse povo para terras das colônias portuguesas. O agravamento dessa crise se fez agudo nos anos finais do século XVII; entretanto, a descoberta de minas de ouro e pedras preciosas no Brasil criou novamente o sonho da riqueza e levou a Coroa a abandonar propostas referentes a reformas político-econômicas. Intensifica-se a migração para o Brasil. (CARDEIRA, 2006).

Esse contexto político-econômico justifica o fato de a Coroa Portuguesa haver se ocupado da colonização brasileira até os idos de 1530, aproximadamente, de forma exploratória para comércio do pau-brasil, madeira avermelhada da qual se extraía corante avermelhado para tecidos e móveis, era conhecida desde a Idade Média. Designada pelos nativos por *ibirapitinga*, era usada para colorir penas brancas das aves para enfeitar o próprio corpo: tangas, cocares, colares, braçadeiras e, ainda, para uso medicinal. Tal designação se fazia acompanhar de vários parassinônimos – *arabutã*, *arubatã*, *ibira-piranga*, *ibirapatá*, *ibirapuitá*, *muirapiranga* – em razão das variações da língua do tronco tupi-guarani, falada pelas diferentes tribos de nativos. Contudo, para os portugueses era apenas “pau-de-tinta”. (HOUAISS, 2004).

Transportados para Lisboa, os troncos dessas árvores eram reembarcados para Amsterdã e reduzidos a pó por prisioneiros holandeses, antes de serem vendidos na França e na Itália. Proibida a importação dessa tintura do Oriente, garantia-se o consórcio e o monopólio do negócio a Portugal. Assim, o direito de sua exploração era concedido pela Coroa Portuguesa, mas os riscos eram dos donatários; logo, sem qualquer investimento, a Coroa recebia parcelas do lucro advindo desse negócio. O trabalho de corte e embarque dos troncos era feito pelos índios por meio do escambo: troca de serviços prestados por espelhos, miçangas, enxadas, martelos, machados, facas, anzóis, tesouras... E a alegria e a felicidade dos nativos despertadas por esses objetos de troca levariam os portugueses a descobrirem como converter o interesse dos indígenas em seus próprios benefícios.

Desse contato, sustentado por um modelo colonizador exploratório e alicerçado pela escravidão – quer indígena, quer africana – os portugueses buscam aprender “as línguas da terra”, de onde vão surgindo as chamadas “línguas travadas”, designadas genericamente por “língua geral”. Observam Silveira Bueno (1998) e Silva Neto (1951) que a língua geral, em verdade, se explica por falares já diferenciados do tupi, do guarani e do nhengatú. Afirma Silveira Bueno:

(...) por tupi entendemos exclusivamente a língua dos tupis, como as registraram os jesuítas nos séculos dezesseis e dezessete. Ao lado dessa língua policiada, desenvolveu-se uma fala popular, deturpada pela ignorância e pelos vícios de pronúncia dos mestiços e alienígenas, que devia diferir ainda um pouco de Sul a Norte. Que nos impede de dar a esse tupi mestiço o nome de brasileiro? Ao descendente amazônico do brasileiro conservamos o eufemismo usual de nhengatú. (1998. p. 667).

Logo, a própria língua geral se explicaria por duas variantes: uma alocada ao Sul; outra ao Norte do país, já no século XVI.

2.5.2 A dialeção do português arcaico pelos empréstimos lingüísticos dos ameríndios

A sistematização lingüística do tupi é um trabalho que se deve aos jesuítas, principalmente ao Padre José de Anchieta que se propôs a construir uma gramática e um dicionário com vistas não só a melhor compreendê-la, mas também para subsidiar a sua aprendizagem por outros missionários que chegavam à colônia para a missão evangelizadora. Anchieta entendera que para evangelizar os ameríndios era necessário conhecer a língua por eles falada e, assim, poder também ensinar a eles o português.

A bibliografia utilizada aponta o empenho de novos habitantes para aprenderem a língua falada na costa atlântica, de sorte que a população buscava aprender o nome dos peixes, das carnes de caça e de alguns produtos como milho, mandioca, batata-doce, amendoim, cultivadas pelos indígenas como agricultura de subsistência. Assim, tudo o que comiam para sobreviver implicava a aprendizagem e uso de novas designações. Essa aprendizagem se fazia extensiva às denominações dos inúmeros e variados acidentes geográficos que as águas do Atlântico e dos grandes rios desenhavam na terra habitada e funcionavam como ponto de referência para localização. Nesse processo de aprendizagem, o uso de analogias não era desprezado: se *igara* era canoa; *igaraçu*, canoa grande, as naus portuguesas nos ancoradouros eram designadas por “*igaraçu*”, ou “*guaraçu*”.

Segundo Drumond (1953), Anchieta observou, valendo-se do critério da comparação e da deriva, que os novos habitantes fazem uso do vocabulário que conheciam para designar o que desconheciam e, assim procedendo, dominar o novo espaço ocupado. Assim, o plano da expressão e o do conteúdo são recontextualizados, reorganizados, ao mesmo tempo em que o vocabulário dos indígenas vai sendo emprestado e aportuguesado.

Ouvir e falar nhengatú e tupi é o critério selecionado por Anchieta para produzir o primeiro dicionário de equivalências entre o português e o tupi. Nele o

jesuíta se esforça para registrar por aproximação os significados das palavras portuguesas e aquelas da língua geral, conforme exemplo abaixo:

- Palma ou palmeira não tem gênero – As espécies são muitas, mas nenhuma se nomeia senão póla fruta, salvo a principal delas com que se cobrem às casas q. se chama Pindoba. E o fruto dela yanajá. As mais são jaraigbã, cujo fruto arreda às tâmaras. Marajaigbã. Airig, que tem espinhos, etc. Nomeia a folha ou ramos, a de ser por seu próprio nome q. çoba é folha comü, a toda a folha, posto q. comumente o nome da fruta serve pa. Tudo máxime por q. a cousa; ou propósito pa. Q. se nomeão distingue hũa cousa e outra, porq. Se em digo q. tenho hũa linha de pescar de tucum, claro esta q. não he da fruta pois não tem estopu; abastado estar de qualquer coisa – xerecemõ, vel xepoecemõ, etc. (DRUMOND, 1953. p. 63).

Tal dicionário não traz registros gramaticais da língua descrita, ainda que sejam possíveis palavras da classe dos substantivos, adjetivos, verbos e advérbios. Também não se faz remissão à origem das palavras, pois o objetivo era conhecer e dominar as palavras da língua estranha. Observa-se que o esforço do jesuíta estava em traduzir e interpretar o vocabulário da língua estrangeira.

2.5.3 O aportuguesamento dos habitantes do Brasil: a construção da gramática anchietana

As dificuldades vivenciadas por Anchieta para descrever a língua estrangeira dos brasilíndios são de diferentes ordens. Conforme bibliografia estudada, tanto a língua tupi, quanto a guarani, não tinha os fonemas /r/, /f/, /l/, e para cada palavra pronunciada em português se faziam corresponder várias em língua geral. Assim os missionários iam registrando o que ouviam e iam adaptando aos conhecimentos da gramática da língua portuguesa. Desta feita, tem-se, por exemplo:

- A vogal “ã” era mais nasalizada do que a sua correspondente em língua portuguesa;
- Não havia ditongo “ao”, mas “on”: *yaguraron*, que os portugueses falavam *jagurarã*;
- A vogal “e”, semelhante à do português, sempre é pronunciada “e”, jamais “é”.
- Não havia “ó” com valor de “u”: *bororo*, *pororo*, não *bororu* ou *pororu*;

Não havia no tupi os sons representados por /f/, /j/, /l/, /lh/, /rr/, /s/; o /v/ e o /z/ e o /r/ eram sempre fracos. O /s/, entre duas vogais, sempre era sibilante: easy (yassy); guasu (guassu). O “g” é sempre gutural: mo- ingé. Assim, tem-se:

- yaguar, pronunciado djaguar – cachorro, onça;
- yasy, pronunciado “djassi” – lua;

Depois de algum tempo, os indígenas fazem acomodações do tipo:

- cavalo – cabaru;
- filho – fiyo;
- mulher – muyé;
- palha – paya;
- alma – arma;
- palma – parma;
- animal – animar.

Tais acomodações deixam traços bastante vivos, ainda hoje, na pronúncia do português brasileiro.

Língua aglutinante, o tupi e o guarani marcam o conceito de masculino e feminino pelas palavras, respectivamente. Assim:

- mambyra apayaba – o filho;
- mambyra cunha – a filha.

No caso de animais tem-se: *yaguara s-acuãa-baé*, para se referir ao masculino de onça e *uaguara-cunha apis*, para onça. O plural era formado pelo acréscimo da palavra *etá*: *perá* = peixe; *perá etá* = peixes. Também não havia, nessas línguas, concordância no nome e no gênero, de sorte a se ter registros das seguintes construções: “o pé meu é fria”, “a mão meu é fria”. (SILVEIRA BUENO, 1998).

No que se refere ao gênero e ao grau, este era marcado pelo acréscimo de:

“mirim” : *etá mirim* = pedra pequena;

perá mirim ou *pirain* = pescado ou peixe pequeno;

- *peráguassu* - peixe grande
- *minboi + ussu* = *minboiussu* = cobra grande
- *tin + ussu* = *tinguassu* = nariz grande

- *yaguar* + *eté* = *yaguareté* – muita onça
- *porang* + (c) *atú* = *porangatú* – muito bonito

Não há flexão de pessoa para os verbos, ainda que eles sejam indicados por meio de pronomes, como por exemplo:

- Che marangatú – Eu é bom (Eu sou bom).
- Nde marangatú – Tu é bom (Tu és bom).
- Y marangatú – Ele é bom (Ele é bom).
- Yande marangatú – Nós é bom (Nós somos bons).
- Pe marangatú – Vós é bom (Vós sois bons).
- Y marangatú – Eles é bom (Eles são bons).

Essas variações fonomorfológicas são focalizadas como substratos indígenas que vão mesclando o português arcaico e diferenciando-o daquele de Portugal. No interior das terras do sertão, em que a população portuguesa foi sendo diluída pela indígena, o número de vocábulos da língua tupi é mais extenso. Nesses espaços, observa-se o convívio de fones lexicais do tipo: *Araci*, *Iracema*, em que o nome próprio aportuguesado convive com aquele indígena (adstrato). A incorporação do léxico indígena ao vocabulário do português possibilitou a criação de nomes compostos: *sabiá*, *sabiá-da-praia*, *sabiá-laranjeira*, *sabiá-da-mata*, *jabuticaba*, *jabuticabeira*, *capim*, *capinzal*. O mesmo se dá com a criação de expressões *idiomáticas*: *viver na pindaíba* = viver sem dinheiro (pindaíba = palmeira usada pelos indígenas para fazer anzol, em que pinda = estar no gancho, pendurado). Quando o anzol não está preso à pindaíba não há pesca, e se pescado não há como sobreviver.

Aos substratos indígenas - que vão respondendo pela dialeção do português arcaico, acelerando a sua pronúncia, enriquecendo a sua morfologia, modalizando a sua sintaxe, ora estudando, ora introduzindo novas/outras concepções de mundo, recontextualizando a visão de mundo do colono e dos indígenas – têm-se os substratos africanos.

Os africanos decorrem das levas de escravos que, trazidas para o Brasil desde a fase colonial até a independência da colônia, também contribuíram com adaptações fonomorfológicas e constituíram os brasileirismos. Para Renato Mendonça (apud ELIA, 2003), a influência africana já se fazia presente no Brasil

desde o século XVI, ainda que dela não se tenham registros. Tal influência estaria nos campos da:

- Culinária: *quindim, acarajé, vatapá, angu, abarê...*
- Religião: *lemanjá, Orixá, Ogum, Xangô, babalaô...*
- Objetos e/ ou instrumentos musicais: *cachimbo, berimbau, calunga, tanga, miçanga;*
- Animais e vegetais: *chuchu, quiabo, mandioca;*
- Dança: *samba, maracatu;*
- Bebida: *aluá, cachaça;*
- Lugares: *cacimba, senzala, quitanda;*
- Doenças e/ ou defeitos físicos: *banguela, corcunda, caxumba;*
- Verbos: *engambelar, xingar, aquilombar, batucar;*
- Acontecimentos sociais: *calundu, muamba, dengue;*

Na derivação e composição a construção social se faz bastante significativa: *anguseiro, angu-de-carçoço, angu de vespas, angu de chuva, banguê, andar de banguê, bangueludo, esbanguelado, feitiço, feitiçaria, enfeitiçado, enfeitiçar, moleque, molecagem, molecada...*

O abrandamento amolecido de certos sons e a forma sincopada dos verbos portugueses, como “*dá, fazê, tocá, aprendê*”, em vez de dar, fazer, aprender são heranças do falar africano.

Nesse contexto, a idiomatização do português arcaico vai sendo sistematizada, de sorte que, na primeira metade do século XIX, a sua arquitetura já fora edificada e, distinta daquela existente em Portugal, levava os brasileiros a saberem que não eram “portugueses”. Esse sentido de brasilidade já fora percebido tenuamente por Gregório de Matos e registrado em sua poesia satírica, no século XVII. No século XVIII ele se fez inscrito no movimento dos Inconfidentes mineiros e na primeira metade do século XIX levou Alencar a designar e chamar à existência “uma língua brasileira” para apontar a existência de uma colônia que, formada por imigrantes portugueses e outros poucos europeus em contato com os ameríndios e milhares de escravos africanos, queria se tornar um novo Estado.

2.5.4 A formação do Estado Nacional brasileiro

O estado político, gestado pela força da brasilidade e sustentado pela formação de um novo idioma do sistema lingüístico do português, é instituído em 1822. Nesse tempo, admite-se o fato de a língua da nova nacionalidade ser a portuguesa por meio da qual se tem o registro do patrimônio cultural e literário, armazenado desde o século XIII, em código escrito. Entretanto, nos registros de Gregório de Matos, Antonio Vieira e dos poetas neoclássicos da escola de Minas, já se faziam incorporadas as matrizes da cultura brasileira. Assim como o português arcaico corresponde a um processo de dialeção do latim coloquial, o brasileiro, o do Timor-Leste, o de Angola, de Moçambique... se explica como dialeção deste sistema lingüístico: o português. Desta feita, os modelos de estrutura fonomorfológico-sintática não divergem entre si, assegurando um grau de simetria significativo para a concepção de sistema, cuja variação se explica por substratos e adstratos inerentes a matrizes culturais distintas, mas recontextualizadas pelo ponto de vista do colonizador, inscritos nos registros da sua matriz lingüística, cuja origem é o latim coloquial.

Nesse contexto, o novo Estado Nacional da América do Sul oficializa a norma literária como padrão para o bem falar e o bem escrever, a ser ensinada nas escolas e para o registro dos documentos oficiais. Desde então as aulas de Português tiveram orientação normativa rígida, buscando preservar a norma literária dos clássicos portugueses, ou de escritores brasileiros como Machado de Assis. No tempo presente, tem-se procurado rever essa posição, em razão dos avanços no campo dos estudos lingüísticos.

Fato é que a planificação de uma política lingüística nacional tem resultado na produção de gramáticas e dicionários do português-brasileiro, de sorte a facultar a recontextualização do padrão pelas matrizes da cultura nacional desse novo Estado, que também se fez republicano, na 2ª metade do século XIX. Diferenças léxico-gramaticais registradas nessas matrizes possibilitaram afirmar a idiomatização do sistema lingüístico do português em terras do Brasil. Uma localização histórica, como a apresentada por esta pesquisa, possibilita afirmar que esse processo de dialeção ou vernaculidade é assegurado por processo de aculturação entre povos, usuários de línguas distintas que, em esforço de comunicação, constroem padrões com alto grau de similaridade sem que neles se deixe de inscrever as diferenças

idiomáticas que lhes asseguram singularidade ou identidade. Por conseguinte, o léxico do português brasileiro aponta, por um lado, para um modelo de estruturação de visões do mundo constituídas na Velha Europa, em que se prefiguram povos distintos, de culturas distintas; por outro lado, para visões de um mundo de caçadores e coletores das terras americanas e de pequenos reinos tribais africanos, perdidos nas savanas daquele território de um outro continente.

É nesse sentido que o Brasil, dentre outros países que fazem uso do sistema lingüístico do português, faz-se um território inter-territórios, habitado hoje por todos os povos do mundo conjugados por uma modalidade de fala oral e escrita que se sobrepõe a todas as línguas estrangeiras: o português-brasileiro. Perpassam o vocabulário dessa modalidade da língua portuguesa, inúmeros empréstimos das mais diferentes línguas que, acomodados pela sua estrutura morfo-fonológica-sintática-semântica, deixam de ser vocábulos estrangeiros.

Na atual contemporaneidade, esses empréstimos que têm origem principalmente na língua inglesa remetem-se aos campos das ciências, das tecnologias, da alimentação, do vestuário, dentre outros. Nesse sentido, com vistas a demonstrar o processo de criação e de derivação de palavras testemunhas, apontado no capítulo anterior, retoma-se o pressuposto de que são a ciência e as novas tecnologias responsáveis pela propagação de estrangeirismos no seio de comunidades que ainda não as possuem. Para tanto, focalizam-se, a seguir, as revoluções tecnológicas e termonucleares no fluxo do tempo histórico e as implicações do uso destas inovações na sociedade.

2.5.5 Revolução Industrial e Revolução Termonuclear: impulsos à criação de novas tecnologias e terminologias

A Revolução Industrial que eclodiu no século XIX, desencadeada inicialmente em áreas que sofreram uma renovação estrutural imposta pela Revolução Mercantil — Inglaterra e Estados Unidos, seguidos em menor escala pela França, Alemanha e países escandinavos — propiciou a multiplicação da produtividade do trabalho humano. Desta nova revolução emerge uma classe dirigente denominada burguesia urbana, composta por aqueles indivíduos que, desde o Mercantilismo, vinham se

fortalecendo, pois atuavam como antigos mercadores, na exploração da usura, no monopólio de certas mercadorias e nos riscos marítimos.

Esses burgueses, a partir da Revolução Industrial, dedicam-se a sistemas fabris de produção em massa, tornando a mão-de-obra, inclusive a escrava, posteriormente erradicada, em assalariados, liquidando as formas de produção artesanais.

A Inglaterra torna-se o marco da Revolução Industrial, pois havia ampliado seu poder naval e o sistema capitalista mercantil de base mundial, além de acumular tecnologias de princípios científicos produtivos aos processos, implantando uma economia industrial urbana. (RIBEIRO, 2005. p. 193).

O acúmulo de riquezas advindas com o mercantilismo foi aplicado nos sistemas fabris de produção em massa, os quais utilizavam fontes de energia inanimadas. De forma que as tecnologias foram aplicadas nos processos produtivos tanto nas fábricas como na exploração mineral. Para suprir tal demanda de produção foi necessário contar com a mão-de-obra dos antigos artesãos desempregados e de trabalhadores do campo, remanejando-os para as fábricas. Nesse processo, implantou-se uma economia industrial essencialmente urbana de forma a provocar o êxodo rural.

Segundo Ribeiro (2005), três fatores contribuíram diretamente para o desenvolvimento industrial: primeiro a invenção e difusão das máquinas a vapor, as quais utilizavam o carvão como combustível; segundo a queima do carvão para a produção de vapor — final do século XIX e início do século XX — e terceiro, os motores a explosão que utilizavam o petróleo como combustível, logo após a Primeira Guerra Mundial.

A produção industrial cresceu muito entre 1860 e 1950, e a esses processos de inovações tecnológicas utilizados na industrialização, soma-se também o aperfeiçoamento dos processos produtivos agrícolas e pastoris viabilizando um aumento na distribuição de alimentos para as áreas em expansão populacional devido aos processos de modernização.

Cresce também a disponibilidade de bens de consumo, bem como há um aumento no poderio militar, surgem então os países chamados “desenvolvidos” – aqueles que expandem suas riquezas; elevam a produtividade do trabalho; obtêm lucros altos e dominam os mercados mundiais. Esse sistema tem por característica uma necessidade de progresso técnico continuado e o acúmulo de capital,

desencadeando um crescimento global no qual cada um tem o seu papel prescrito entre dominados e dominantes, ou seja, economias industrializadas contra economias baseadas no sistema de produção movido pelo trabalho humano.

O interesse dos países ricos em relação aos países menos desenvolvidos está no fornecimento de matérias primas destes, como, por exemplo, minérios, petróleo, borracha, algodão, couros, lãs, entre outros, para suprir as indústrias daqueles. (RIBEIRO, 2005. p. 199). Concomitantemente, os países ditos em desenvolvimento têm produtos considerados de “exportação”, a saber: cacau, café, carne bovina, frutas tropicais, entre outros, que também são matérias primas para os mercados industrializados. Tal exportação reflete diretamente na economia rural, do pastoreio e extração mineral dos países periféricos.

Nesse sentido, nestes países crescem outros tipos de serviços com o intuito de industrializar e prover as regiões produtivas de canais de escoamento da produção como, por exemplo, sistemas modernos de ferrovias, portos comunicação e maquinário especializado. Como consequência dessa evolução pós-capitalista, ocorre um processo de industrialização na agricultura, percebe-se uma tendência da redução de mão-de-obra humana no campo e uma aproximação entre o estilo de vida rural e o urbano.

Esta mão-de-obra do campo passa a ocupar postos diferenciados na indústria, no comércio, na educação, entre outros importantes setores da sociedade. Ocorre também, neste período, um aumento no número de profissionais liberais, granjeiros, além de um crescimento no setor de terceirização de serviços, o que diminui a mão-de-obra dentro das grandes indústrias.

Outro fator, apontado pelo autor, que vem contribuindo para a diminuição da mão-de-obra humana nas linhas de produção das grandes indústrias é o desenvolvimento da tecnologia de base eletrônica, a qual propiciou a automação dos processos produtivos.

Atualmente, passamos por mais um processo civilizatório sustentado por uma Revolução termonuclear e eletrônica, que vem se desenvolvendo com maior intensidade desde a Segunda Guerra Mundial.

Segundo Ribeiro (2005), o desenvolvimento das ciências básicas e suas aplicações tecnológicas resultaram em: armas termonucleares, aviões a retropulsão, baterias solares e dispositivos baseados em transistores, propiciando a produção de radares, computadores, reatores nucleares, projéteis espaciais, meios modernos de

comunicação em massa, além do desenvolvimento da área química. O uso dessas tecnologias afetou diretamente a rotina dos homens, ampliando seus espaços e sentidos, sejam eles de forma real ou virtual - por meio de computadores, Internet, celulares, *bips*, *paggers*, *gps*, entre outros produtos que circulam livremente, nos grandes centros urbanos e financeiros mundiais.

A criação de tais inventos implica também a renovação do léxico das línguas e a sua propagação, pois as palavras utilizadas para nomeá-los, quando registradas no vocabulário destes povos, funcionam como palavras que testemunham essa nova era de aceleração da economia mundial.

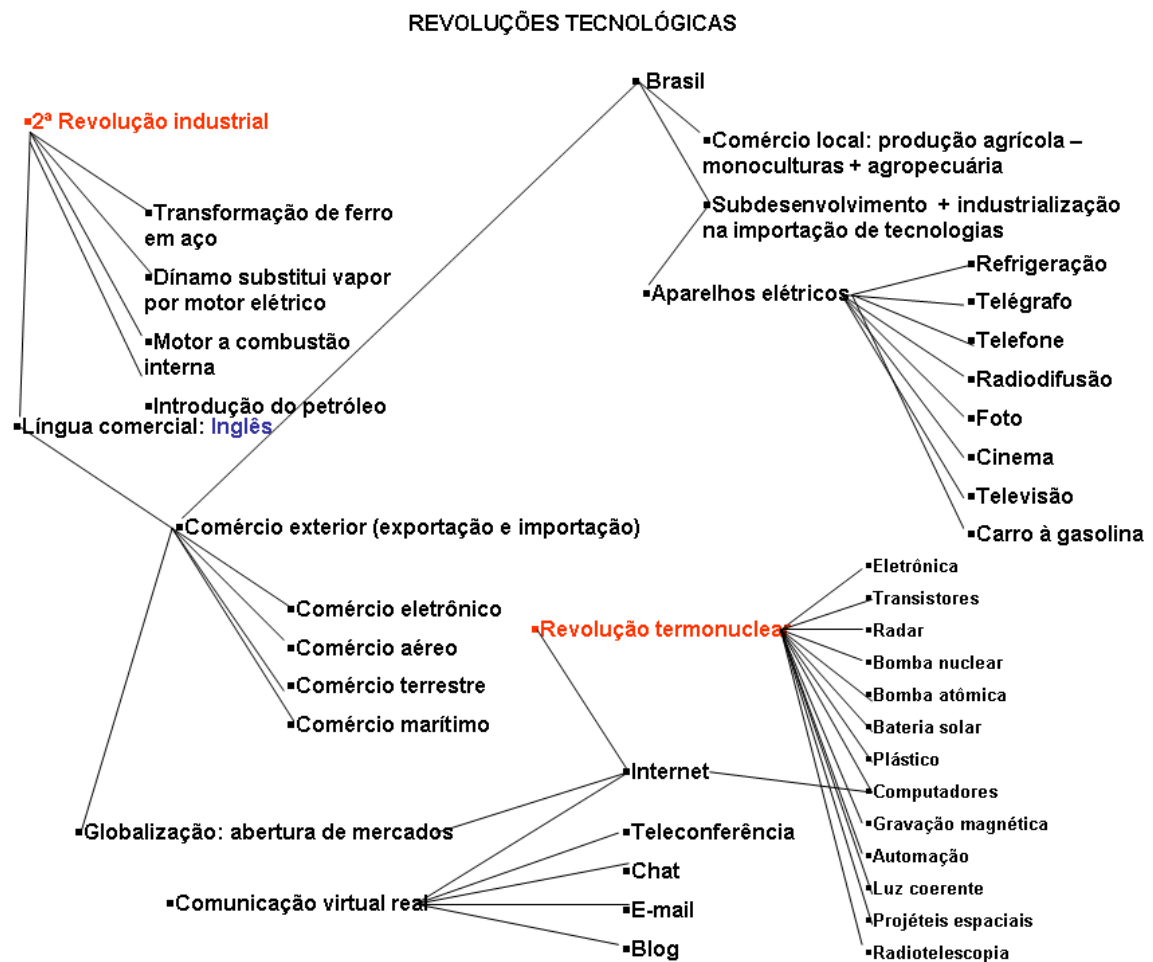
A propagação destas novas palavras implica empréstimos lingüísticos, de um sistema “A” para um sistema “B”. Tal propagação tem se dado mundialmente por meio do idioma inglês, visto terem sido Inglaterra e Estados Unidos os detentores das ciências e das novas tecnologias a partir do primeiro processo da Revolução Industrial, no século XIX. Segundo Ribeiro (2005), a segunda fase da Revolução industrial deu-se quando se implantaram aos processos produtivos inovações como a transformação de ferro em aço; o uso do dínamo em substituição do vapor por motor elétrico, motor a combustão interna e a introdução do uso de petróleo como fonte geradora de energia.

Contudo, adverte o autor, que as grandes mudanças e avanços tecnológicos estão na área da tecnologia militar, tão desenvolvida a ponto de poder provocar com uma só arma a destruição mundial. Decorre que, o impulso para esta explosão de pesquisas científicas e tecnológicas se deu a partir da Segunda Guerra Mundial, período em que se investiu muito financeiramente em pesquisas, de forma como nunca se havia investido antes, implicando uma abundância de novidades, frutos destes investimentos, que hoje povoam o nosso cotidiano.

Entretanto, postula o mesmo autor que a atual Revolução Termonuclear só se fará sentir como força de transformação histórica quando todos os equipamentos industriais de hoje – máquinas, instrumentos de uso limitados – forem substituídos por produtos que ainda estão apenas como projetos ou potencialidades a serem desenvolvidas.

A Revolução Termonuclear tornou-se sinônimo de inovações tecnológicas, tal fato se deve a uma nova fonte energética diferenciada que modificou e modernizou a história da evolução humana chamada de energia atômica. Por hora, esta nova fonte de energia foi responsável, no século XX, por conflitos entre grandes potências

como Estados Unidos da América e a antiga União Soviética, durante um período da História chamado de Guerra Fria. Nessa época, os países não guerrearam, mas só o fato de eles possuírem bombas nucleares que poderiam ser disparadas a qualquer momento provocava um clima de tensão na população mundial. Sendo assim, os investimentos financeiros em pesquisas tecnológicas e científicas em prol de armamentos de defesa das nações — mísseis com ogivas nucleares, miras telescópicas a laser, aviões supersônicos e até aviões que não são detectados por radares, submarinos nucleares, entre outros — cresceram muito, gerando novamente novos produtos e palavras, conforme podemos verificar na teia abaixo:



Atualmente, os investimentos na área das pesquisas tecnológicas e científicas não estão mais voltados apenas para armamentos a serem utilizados em uma guerra atômica, já que há uma previsão de que as próximas guerras envolvam armas químicas, bacteriológicas e radiológicas. Embora, tenha sido o medo de uma guerra nuclear que acelerou a revolução tecnológica de hoje.

Nesse contexto, os processos de evolução sócio-cultural não serão mais pautados na ação do homem sobre a natureza, mas sim num processo de condução racional das sociedades futuras que determinarão e estabelecerão os caminhos do desenvolvimento técnico-científico de acordo com as suas conveniências e necessidades. Sendo assim, a ciência, antes pautada como fator cultural, passa a um plano de adaptação ideológica que reordenará e configurará as personalidades humanas, tornando-se fundamental na ação do homem sobre a própria natureza humana.

Todavia, o uso de novas tecnologias nos processos produtivos tem provocado uma desconexão entre: *mão-de-obra x novas tecnologias x antigas matérias primas*, provocando o desemprego em várias áreas fabris e produtoras de matérias primas. Esse desarranjo pode causar o caos e até gerar conflitos armados entre as nações, conflitos tais que já vêm ocorrendo em muitas localidades, devido a mão-de-obra estrangeira. Entretanto, os processos produtivos de hoje não exigem mais do homem a força humana, mas sim a formação profissional e investimentos na qualificação educacional.

Para Ribeiro (2005) a Revolução Termonuclear desencadeará a integração dos povos sob o uso de tecnologias que tornarão suas formas de viver idênticas, global. Talvez, venha desta conclusão o uso do termo *globalização* com um sentido de ligação técnico-social-cultural igualitária entre as nações, que as tornam dependentes umas das outras; homogeneização e/ou cristalização da humanidade:

As profundas defasagens de tempos evolutivos que hoje medeiam entre os povos poderão ser, assim, paulatinamente reduzidas. Para isso conta-se com a unidade psíquica essencial da espécie humana, que a toda ela torna suscetível de progresso, e com a natureza mesma da evolução cultural que, ao contrário da biológica, processando-se por transmissão simbólica, se faz rapidamente difundível sobre todos os contextos humanos. Para tanto, ter-se-ão de criar sistemas adequados de difusão e de educação de base mundial, capacitados a socializar cada nova geração de acordo com os mesmos conteúdos e as mesmas diretrizes. (RIBEIRO, 2005. p. 246).

Contudo, de acordo com Sene (2003. p. 159), “não são todos que vão se beneficiar da atual onda da globalização, como a maioria não se beneficiou da mundialização da produção”. Observa-se, ainda, que o fenômeno da globalização parece ser um fator de ordem econômico-político-social excludente que atinge apenas grandes centros, pois nas localidades longínquas onde impera a pobreza e a miséria humanas ainda há coletores e caçadores que sequer dispõem de energia elétrica para utilização desses novos equipamentos e inventos - frutos de tecnologia – que, hoje, ainda estão ao alcance de poucos. Estes continuarão preservando suas culturas locais, bem como suas línguas, recontextualizando-as e inovando-as, na medida em que tenham acesso a estas inovações.

2.6 Português-arcaico e português-brasileiro: uma síntese

O processo de romanização, barbarização e islamização que forma a história de Portugal foi recontextualizado em terras da América pelo processo de aportuguesamento de seu território. Esse aportuguesamento se explica por um ato de conquista fundado em ações centradas na extensividade, ou na recontextualização de conhecimentos que foram sendo sistematizados a partir do século XVII. Essas ações, conforme apontado, têm a energia do mito como força propulsora e animadora de ideologias, de sorte a facultar que monstros submarinos se enfraquecessem para surgir o Estado-Nação, habitado por um povo que aprende a navegar por precisão, pois “navegar é preciso”. Essa necessidade é fortificada pela criação de uma consciência religiosa que não só criou o Deus único dos cristãos, mas também combateu e destruiu os deuses pagãos greco-romanos. As guerras entre esses deuses estão ligadas àquela da Reconquista, entre outras, quando o Deus dos católicos ofereceu aos homens a salvação, por meio da ressuscitação de seu filho único. É em nome desse Deus e da busca do Eldorado que a América foi conquistada pelos reis católicos de Portugal e Espanha. Assim, “o mito e a religião, infiltrados na razão e na ciência (...) garantiram o progresso da humanidade” (MORIN, 2005. p. 216). Logo, não se pode atribuir este ato de conquista apenas à força propulsora de novas tecnologias como suporte das transformações sociais.

Apontou-se, nas páginas que antecedem a estas, que, embora os romanos fossem os senhores da guerra, dos cavalos, dos carros de combate e de armas capazes de lhes assegurar supremacia sobre os bárbaros, o poder político daquele Império foi destruído pelo uso de estratégias mais eficientes. Por conseguinte, as estratégias dos comandantes e/ou chefes bárbaros compensaram a força das tecnologias romanas. (BASSETO, 2000).

Assim, desses movimentos orientados pela força da conquista, a América portuguesa, bem como a castelhana, passa a vivenciar formas de ocultamento de suas diversidades culturais, à medida que a força das tecnologias descritas e das armas avançadas institui o modelo de Estado colonizador, sustentado pela escravização. Entretanto, desse ocultamento emergem simbioses de civilizações, de mestiçagens impulsionadas pela imigração que formam um caldeamento de culturas cujo exemplo mais significativo é o povo brasileiro. Tal formação tem por suporte um novo processo de dialeção do português arcaico que viajou para o novo território com esses imigrantes europeus, arrastando consigo a própria história de formação dos reinados portugueses povoados pelas vozes de tantos povos aos quais se fez referência neste capítulo desta Dissertação.

Nesse contexto, a formação do sistema lingüístico português contemporâneo tem como matriz uma das arquiteturas do latim coloquial explicitada por empréstimos de povos que, estrangeiros entre si, se fizeram familiares por recontextualizarem suas línguas maternas que, estranhas, impediam a comunicação entre eles. Eleger a língua do dominador como língua oficial faculta um maior grau de comunicação e de compreensão, mas não impede a transformação dessa mesma língua pela força dos substratos, dos superstratos e dos adstratos. Da força dessas variações emergem processos de dialeção ou idiomatização do português arcaico de que o idioma brasileiro se faz um dos exemplos.

Do contato dos portugueses com os índios brasileiros, sustentado por um modelo de colonização exploratório, surge a língua geral, utilizada pelos jesuítas no processo de evangelização dos nativos. Mais tarde, com a chegada dos escravos africanos, o português falado no Brasil, ou língua geral, enriquece-se com mais este contato sócio-cultural, embora sustentado pela escravatura apesar da proibição, século XVIII, imposta pelo Marquês de Pombal, quanto ao uso da língua geral o substrato indígena e africano já faziam parte das matrizes fundadoras do léxico do idioma português.

A transmutação do território brasileiro como extensão do território português, sob a condição de colônia, para a de Estado nacional, em 1822, implicou a planificação de um projeto lingüístico com vistas a eleger uma das “normas” dessa nova “arquitetura idiomática” como “padrão oficial”. À semelhança de outros estudos edificadas na Idade Moderna, essa norma seria aquela empregada por “homens doutos” e, registrada em língua escrita, representaria o grupo social de maior prestígio. Nesse tempo, o novo Estado já dispunha de produção literária própria; entretanto, a diversidade do sistema léxico-gramatical, comparado ao do povo português propriamente dito, abarcava a constituição de um outro repertório cultural. Tal repertório se explicava e se explica pelo uso de categorias de interpretação de mundo, de práticas sócio-culturais e valores que, se por um lado, apresentavam graus de similaridade com aquelas empregadas pelo povo português, por outro, delas se diferenciavam.

Nessa acepção, a identidade do sistema lingüístico estava preservada; contudo, a identidade cultural era fator de ruptura, razão pela qual as obras de José de Alencar, impugnadas de brasileirismos, são rejeitadas em Portugal. Todavia, a proclamação da Independência e a permanência de um modelo estatal monárquico, cujo poder governamental é assegurado pela permanência no trono de imperadores portugueses – D. Pedro I e D. Pedro II – leva o congresso a instituir a “língua portuguesa” como “língua oficial” do novo Estado Nacional.

Esse acordo tácito, afirma Biderman (1973), leva à incorporação do patrimônio literário que fora armazenado pela nação portuguesa desde o século XII – cantigas, novelas de cavalaria, outros textos produzidos por escritores que antecedem a Camões e posteriores a ele – à literatura brasileira, concebida como literatura luso-brasileira. Tal concepção, segundo a autora, se deve ao fato de se haver enxertado no tronco da literatura portuguesa produções literárias da nova nacionalidade que emergia e se expressava desde alguns textos produzidos já no século XVI. Entretanto, esse enxerto ganha particularidades com a produção satírica de Gregório de Matos, os sermões e cartas de jesuítas, principalmente de Vieira, no século XVI e XVII e os poetas da escola mineira, no século XVIII. No século XIX, com os românticos vive-se a primeira crise de consciência nacional, referente a um padrão lingüístico próprio, cujo marco é a posição de Alencar em defesa de uma “língua nacional” distinta daquela de Portugal.

Os estudos filológicos que sustentam o segundo capítulo apontam, entretanto, que as estruturas fonomorfológica-sintático-semânticas do português-brasileiro não diferem daquelas do português de Portugal. Logo, o que difere são as arquiteturas que esse mesmo sistema possibilitara edificar. Assim, o idioma brasileiro não equivale àquele do português propriamente dito, quer na esfera lexical, quer na gramatical, implicando modelos de expressividade de mundos representados que se fazem semelhantes nas diferenças culturais que unem e separam esses dois povos, cuja identidade lingüística não tem equivalência unívoca com a cultural. Assim, o novo Estado Nacional optou pela equivalência lingüística e a norma padrão do português-brasileiro se manteve semelhante àquela de Portugal e como tal continuou a assegurar o ensino escolar, até que surgissem gramáticos e lexicógrafos do português brasileiro propriamente dito.

Observa-se assim que, a língua falada no Brasil é enriquecida ainda mais com inúmeros empréstimos vindos das mais diferentes línguas, com a chegada de imigrantes de todas as partes do globo a partir do século XIX, tais empréstimos são recontextualizados pelo falante brasileiro. Nacionalizados deixam de ser vocábulos estrangeiros.

As palavras que designavam crenças, objetos, hábitos e costumes tanto dos escravos negros, como dos índios e dos novos imigrantes contribuíram para a transformação, formação e ampliação do léxico nacional, hoje, conhecido como português-brasileiro, por diferir no vocabulário, não na estrutura, daquele falado atualmente em Portugal.

CAPITULO III

A CRIATIVIDADE LEXICAL PELOS EMPRÉSTIMOS NA SOCIEDADE MODERNA BRASILEIRA

3.1 Preliminares

Os registros da pesquisa realizada e organizada no capítulo II, tendo por parâmetro o contexto desenhado por aquela registrada no capítulo I, possibilitam afirmar que a pureza não é uma predicação adequada para se atribuir aos idiomas e tampouco às estruturas dos sistemas lingüísticos que servem de suporte para suas criações.

Produto de trocas lingüísticas, referentes a encontros entre povos distintos, usuários de línguas distintas que carregam consigo cargas sócio – histórico – culturais diferenciadas entre si (cf. cap. I), os empréstimos lingüísticos se inscrevem nos registros de diferentes vocábulos, cujas origens nem sempre são fáceis de serem identificadas. Conforme apontado, tais empréstimos têm como fonte os deslocamentos humanos entre vários lugares no espaço da geografia terrestre, nesses lugares por onde os homens transitaram e transitam, ou em que se fixaram, quer por curto ou longo tempo, foram e são deixadas marcas dessas passagens, de suas falas, matizadas nas designações das formas vocabulares.

Observa-se que entre o tempo de partida e o de chegada, de fixação, ou de retorno, eles também carregam consigo esses mesmos matizes daqueles que ficaram. E assim, as palavras viajam no mundo. Tais viagens – motivadas por razões distintas: desterro; pagamento de penas, de promessas (romarias); negócios; guerras; escravidão; busca do paraíso perdido, aventuras e conquistas, por exemplo – criam a possibilidades para a construção de identidades, ou para acentuar diferenças entre seres que sempre foram semelhantes, jamais iguais.

Nessa acepção, as línguas se qualificam por graus de semelhanças, em relação aos quais elas se fazem estrangeiras entre si. Esse estranhamento se faz mais acentuado quanto maior a distância histórico-cultural entre os povos que dela fazem uso, afirma Silveira (1998). Assim, para a autora há línguas de interface

cultural como a portuguesa e a espanhola, em razão da convivência em um único território, cuja história foi parcialmente partilhada e em suas raízes está o registro de matrizes culturais também partilhadas por ambos os povos. Entretanto, o mesmo não ocorre entre o português e o inglês que se qualificam por um grau de estranhamento mais acentuado, quer pela origem dos povos e cultura — anglo-saxônica, distinta da greco-latina — quer pela história vivenciada por esses povos.

Pôde-se observar o quanto são restritos os empréstimos lingüísticos que contribuíram com a formação do vocabulário constitutivo da matriz lexical do português arcaico, transportado para terras do Brasil. Entretanto, a partir da segunda Guerra Mundial, o território americano, conquistado e ocupado por colonos ingleses e convertido em estado nacional, torna-se relevante no campo da ciência e das tecnologias e o inglês estadunidense é propagado no/pelo mundo. Essa propagação, na medida em que o Estado conjuga sob o seu poder esses dois campos do saber, assegura aos Estados Unidos da América um grau significativo do controle político mundial, disputado com outros países do globo terrestre. Tal controle, segundo Santos (2001) e Morin (2005), nem sempre é exercido pela força da palavra, aliás o seu exercício se faz muito mais por meio de armas que têm por suporte pesquisas desenvolvidas no campo da física e da química. (cf. cap.II, revolução termonuclear, p. 87). Esse poder, exercido em consonância com a Inglaterra fez do inglês a língua “chave” da comunidade Européia, suporte do mundo do mercado Internacional.

Acrescenta-se o fato de esse mercado ter por ancoragem as novas tecnologias de transmissão de sinais e, conseqüentemente, de informações vitais para o seu funcionamento em tempo recorde. Operando noite e dia, de forma intermitente, esse mercado financeiro contemporâneo, oriundo da tecnociência, é concebido por Morin (2005) como “globalização técnico-econômica” institucionalizada, realizada, bem organizada, movida por um pensamento homogêneo, dito “único”. (p. 234).

Segundo o autor, há duas globalizações³ que, embora antagônicas, são inseparáveis. A primeira, a técnico-econômica, fundada no pensamento tecnocrático, cuja finalidade está voltada para o desenvolvimento da economia. A segunda busca ultrapassar os limites traçados pelo cálculo, vive ainda em estado de efervescência e

³A mundialização teria decorrido do feito português - hispânico que colocou os cinco continentes em contato, pelos caminhos do mar e assim prevaleceu até o século XX, com a invenção do avião.

se esforça por resgatar valores humanísticos do passado capazes de responder aos problemas criados pela primeira: concentração de riquezas em mãos de poucos, excesso de guerras, de fome, de doenças... . Esta segunda, também se esforça por encontrar parâmetros capazes de dar forma a uma “consciência de pertença a uma pátria terrestre que prepara na cidadania planetária” (p. 235). Uma progride na mesma proporção da outra, de sorte que a segunda está sendo gestada em meio à organização e sistematização do mercado mundial financeiro, que responde pela desumanização, vivenciada pela maior parte dos habitantes desse mundo planetário.

Adverte Morin (2005) que nas bordas destas duas globalizações surge aquelas que são parasitas e corrosivas:

(...) a das máfias, especialmente a da droga, a da evasão e da sonegação fiscal; enfim, a de uma rede de terror sem Estado, nem fronteiras que, visando à hegemonia do Ocidente, tende a arruinar globalizações principais.(.....). Continuamos na idade do ferro planetário. (p.235).

Nesse contexto em que o inglês se faz língua oficial do mundo globalizado, os anglicismos povoam as demais línguas do mundo. Com elas se designam os novos conhecimentos e técnicas bem como “as coisas do mundo”, inclusive aquelas que se integram como produtos da globalização marginal; “crack”; “ecstasy”. E, assim sendo, as matrizes do sistema do português arcaico, idiomatizadas em terras do Brasil, têm a ela incorporada empréstimos de todos os povos do mundo. Todavia, aqueles provenientes do inglês têm sido cada vez mais intensivos. Tal intensividade se faz mais significativa, principalmente no campo da tecnociência, das finanças e comércio.

Essa intensividade reflete a dinâmica dos processos de renovação e produtividade do sistema lexical do idioma português. Compreender esses processos renovados e produtivos, por um procedimento teórico-analítico, e pelos fundamentos da Lexicologia, é o objetivo deste terceiro capítulo.

3.2 Estrangeirismos e empréstimos

Os estudiosos dos fatos de linguagem apontam ser necessário diferenciar e precisar que os vocábulos “estrangeirismo” e “empréstimos” não são designações que mantêm entre si equivalência de sentidos, como muitos acreditam. Câmara Jr. (1975), por exemplo, designa “estrangeirismo” apenas aos vocábulos emprestados de línguas estrangeiras, mas que não se integram ao vocabulário da língua nacional, visto não serem idiomatizados pelos usuários dessa mesma língua. Nesse sentido, embora empregados por um ou alguns grupos sociais, eles se mantêm e se revelam estranhos quanto à dimensão fonética, quanto à flexão e grafia, na medida em que suas significações e/ou sentidos não são considerados como necessários, ou úteis pelos novos usuários. Todavia, em ocorrendo o contrário, eles são reinterpretados pelas matrizes fundadoras do vocabulário geral desses usuários, de sorte a se adaptarem ao sistema lingüístico de uso, quer fonomorfologicamente, ou sintático–semanticamente.

Para Guilbert (1975), esse processo de adaptação, implicando a interpretação dos vocábulos estrangeiros, abarca a criatividade lexical, visto ser a nacionalização não só uma questão de caráter formal, ou gramatical, mas também semântica, pois se emprestam formas vocabulares que se remetem a signos lexicais e estes não são desprovidos de conteúdos sêmio–lingüísticos.

Os conteúdos sêmio–lingüísticos dos vocábulos estrangeiros carregam consigo carga histórico–cultural e, portanto, modelos diferenciados de interpretação de mundo e, conseqüentemente, de organização e ordenação de tais conteúdos, neles inscritos. Tais diferenças, nem sempre perceptíveis em um primeiro momento, são designadas por Silveira (1998) “implícitos culturais” e sobre eles há poucos ou esparsos estudos no campo da lexicologia. Entende-se, contudo, serem esses implícitos uma das razões, se não a prioritária, que dificulta a aprendizagem de línguas estrangeiras, pois eles impõem uma fronteira discreta, mas eficaz, entre aqueles que compreendem e os que não compreendem os sentidos locais e globais dos textos que circulam em língua estrangeira.

Segundo Carvalho (2003), é preciso considerar que as mudanças culturais não podem ser focalizadas como marco diferencial entre os povos e nações distintas, visto que elas também existem entre membros de uma comunidade, habitantes de um mesmo território nacional, usuários de uma mesma língua. Neste

caso, referente a mudanças de focalizações grupais e/ou regionais, deve se considerar que os implícitos culturais têm por marco não só a geografia diferenciada, o território, o clima, a fauna, a flora e o tipo de solo que assegura a produção de alimentos diferenciados, mas também o grau de letramento das populações. Conforme Chaves de Mello (1967), situam-se ainda, no caso do Brasil, questões relativas ao seu povoamento que devem abarcar não só a ocupação do território pelo português, mas se estender a dos povos invasores que aqui estiveram e, mesmo por um curto espaço de tempo, foram agentes do processo de miscigenação genético-cultural. As ondas migratórias de europeus, mais especificamente após a 1ª e 2ª Guerra Mundial, também devem responder pela produção desses implícitos, sempre controlados por uma única língua oficial.

O processo de socialização que faculta a construção de diferentes versões do mundo real, afirma Turazza (2005), qualifica-se pela intersubjetividade e, assim sendo, a liberdade da subjetividade é marcada pela responsabilidade social e compromisso com os bens culturais da comunidade. Assim, as representações dessas versões de mundo sempre têm por parâmetro os marcos fundadores da memória de longo prazo e esta é antro-po-sócio-cultural, conforme demonstrado nos capítulos que antecederam a este. Tal memória assegura a identidade cultural formalizada pela identidade lingüística; contudo, essas identidades são dinâmicas e não estão circunscritas apenas aos empréstimos, pois são extensivas às intenções entre os usuários de uma mesma língua.

3.3 Os empréstimos e a falsa concepção de pureza

Afirma Cunha (1981) ser possível considerar, em um mesmo território, regiões arcaizantes e inovadoras, sendo que estas dão forma política à nação e respondem pela norma lingüística de intercurso: aquela que orienta e dirige a vida pública e cultural de uma nação. Essa norma é pouco inclinada a novidades, “porém com agudo espírito de seleção adianta-se em adotar aquelas formas ou maneiras mais convenientes a todos, mais vitais e difundíveis dentro da própria tradição.” (p.31).

Logo as inovações em termos de linguagem pressupõem necessariamente inovações das relações sociais e a dinâmica cultural e, em se tratando dos empréstimos, assinala Cunha

(...) não se resolve com atitudes reacionárias, como estabelecer barreiras ou cordões de isolamento a entrada de palavras e expressões de outros idiomas. Resolve-se com o dinamismo cultural, com o gênio inventivo do povo. Povo que não forja cultura dispensa-se de criar palavras com energia irradiadora e tem de conformar-se, quer queiram ou não seus gramáticos, à condição de meros usuários de situações alheias. (1981. p. 32).

Para o autor é preciso considerar o fato de os comportamentos sociais serem regulados por normas as quais orientam a conduta das comunidades humanas e respondem por sua adequação/inadequação, à semelhança do que ocorre com a linguagem. Entretanto, as normas que orientam os procedimentos verbais são, de modo geral, complexas e coercitivas, afirma Cunha. Assim, as inadequações são consideradas desvios da(s) norma(s) aceitos pelas comunidades, de sorte que eles são avaliados em relação a um ideal lingüístico. Logo, para se saber o que é adequado/inadequado é preciso saber qual é esse ideal: uma busca a que inúmeras pesquisas lingüísticas têm se dedicado, para saber o que é tolerável e o que não é, ou seja, qual é (são) o(s) parâmetro(s) capaz(es) de assegurar os graus de aceitabilidade.

Nesse contexto, o autor coloca em revelo o fato de que os estrangeirismos, quando nacionalizados, não podem ser submetidos a uma deficiente visão histórica dos gramáticos, ou de políticos que acreditam poder controlar, através das regras e decretos, pois os empréstimos não são coisas

(...) facilmente extirpáveis de um idioma, (...) que nele entraram por necessidade, para suprir um déficit cultural. Desde épocas antigas numerosas palavras têm saído do seu domínio original para regiões distantes. Vendryes lembra o fato de as palavras tomadas de empréstimo ao latim pelos povos setentrionais foram quase sempre as mesmas, e dentre elas um bom número correspondia a palavras tomadas, anteriormente, pelo latim ao grego. Também a maioria dos estrangeirismos incorporados ao português são palavras que igualmente ingressaram em outros idiomas — por 'barbarismo universais de que fala Manuel Bandeira'. (CUNHA, 1981. p. 35)

Essas considerações de Cunha, por um lado, reforçam os estudos apresentados nos capítulos I e II e, por outro, apontam para o mesmo ponto de vista que se buscou reforçar: nenhum empréstimo lingüístico provocou anarquia idiomática e tampouco decomposição de idiomas, apenas enriquecem o campo lexical e o sintático—estilístico. Os idiomas têm recursos de autodefesa e, segundo Cunha, o mais produtivo é analisar as condições e processos que acarretam a nacionalização dos empréstimos, em vez de se prender a questões puristas. Para

tanto, é preciso considerar que as diferenças entre homens e línguas sempre existiram e existirão e elas são desejáveis. Mas é preciso se esforçar para que “elas não ultrapassem aquele matiz ideal preconizado por Jorge Luis Borges: um matiz que seja bastante discreto para não entorpecer a circulação total do idioma e bastante nítido para que nele ouçamos a pátria”. (CUNHA, 1981. p. 85).

O “ouvir a pátria”, quando se trata de palavras de origem estrangeira, parece ser a razão ou a força motriz que desencadeia os processos de nacionalização delas; entretanto, para nacionalizar vocábulos estrangeiros, o usuário se depara com duas dificuldades: a pronúncia e os implícitos culturais. A pronúncia decorre da não equivalência do sistema fonológico da língua portuguesa em relação ao da inglesa; os implícitos, conforme já apontado, do foco com que cada um desses povos recorta e interpreta conhecimentos do mundo.

3.4 O uso de estrangeirismos e estratégias de exclusão

Os estudos acima possibilitam afirmar que não se podem associar os empréstimos à mudança de código lingüístico que, conforme apontado no capítulo II, pressupõe um modelo de contexto sócio–histórico–cultural distinto. Assim, a mudança de código tipifica-se por situações de bilingüismo que pressupõe a justaposição de um modelo de fala segundo o qual o usuário opera com os dois sistemas léxico– gramaticais: aquele da sua língua materna e aquele da língua estrangeira.

A proficiência do uso de cada um deles está diretamente associada ao domínio da língua estrangeira e pressupõe alternância no uso de um e outro desses códigos, em relação a situações distintas e, por isso, se referem a funções ou práticas discursivas diferenciadas.

Para os estudiosos do bilingüismo, a troca de sistemas de codificação, implicando a criação de nova(s) língua(s), ou idiomas — um falar próprio de um povo que faz uso de um mesmo sistema estrutural; contudo, modalizado por marcos culturais próprios, de que resulta uma arquitetura lingüística diferenciada, quando comparada a outros povos que fazem uso desse mesmo sistema — é um fato

histórico de longa duração⁴ e sempre implica a imposição e aprendizagem da língua estrangeira como língua oficial. As línguas oficiais têm a função de impedir a troca de sistemas de sinais lingüísticos como suporte do processo de comunicação em um dado território nacional, mas não impedem a idiomatização e tampouco os contatos e, com eles, os empréstimos:

a mudança de código caracteriza-se por mudança completa para outra língua (...) enquanto o empréstimo é uma palavra ou expressão fonológica e morfológicamente adaptada à língua que está sendo falada (...) os elementos em questão são incorporados ao sistema gramatical da língua que os toma emprestado. Eles são tratados como parte seu sistema lexical (...) adotam suas características morfológicas e entram nas suas estruturas sintáticas. (BRITO DE MELLO, 1999. pp. 95 e 96).

Para Brito de Mello é preciso considerar duas situações distintas, quando se estuda a troca de sistemas de codificação: aquela referente ao longo tempo em que a focalização incide sobre o processo histórico, cujo resgate explicita a criação de uma nova língua ou idioma, e aquela referente ao curto tempo, em que se podem registrar situações reais de interação discursiva. No primeiro caso, afirma Pereira (2006), a necessidade de comunicação em uma comunidade bilíngüe sempre conduz à escolha da língua dominante, visto ser ela a mais funcional. Em vastas extensões territoriais, devido ao fato de os falantes de outra(s) língua (s) estarem nelas dispersos e terem pouca oportunidade de se comunicar entre si, a língua do colonizador, no caso a portuguesa, acabou por ser a mais funcional, principalmente, quando imposta oficialmente por Pombal.

Outro fator aludido por Brito de Mello (1999) e focalizado por Pereira (2006) remete-se ao processo de miscigenação que leva as crianças mestiças, durante o processo de aquisição lingüística, a acelerarem as mudanças de codificação. Tal situação contribui significativamente para a reinterpretação do material lingüístico que se faz novo para a comunidade, no caso o português. É dessa reinterpretação que nasceram as línguas gerais, matizadas pela cultura dos escravos africanos, ou as chamadas línguas crioulas, também designadas “pidgin” pelos lingüistas contemporâneos.

Afirma Brito de Mello que essas novas línguas são produtos de práticas discursivas em que se observa a proficiência dos dois sistemas de codificação, em

⁴ A romanização da Península Ibérica se estende por três séculos; a colonização brasileira por, aproximadamente, três séculos e meio.

contexto diferenciado da aprendizagem da língua materna, propriamente dita. Tal contexto pressupõe o uso alternado de ambos os sistemas por um usuário que os domina de forma proficiente, com outros dois, no mínimo, que apenas dominam cada um deles, respectivamente. Nesse contexto de conversação, a mudança no uso dos dois códigos decorre das funções discursivas e se qualifica por uma busca de sintonia com os interlocutores - ouvintes, conforme exemplo abaixo:

interlocutor 1 = Patrícia (P): domina ambos códigos;

interlocutor 2 = mãe de Patrícia (M): domina apenas o sistema de codificação da língua inglesa:

interlocutor 3 = Aninha: amiga de Patrícia, domina apenas o sistema de codificação da língua portuguesa.

P: - Mommy, Aninha veio aqui para tomar banho na piscina.

M: - What ? (O quê?)

P: - Eu falei assim: Aninha came here to swim. (Aninha veio aqui para nadar)

A: - Patrícia, eu falei assim, ó: vamos brincar primeiro?

M: - What do you want ? (o que vocês querem?)

P: - Swim ... came here to swim, tomar banho na piscina. (p.154)

Observa-se no fragmento da *corpora* analisada por Brito de Mello, o uso dos dois códigos como estratégia de negociação: a língua inglesa entre mãe e filha; e a portuguesa entre Patrícia e a amiga, para não excluí-la da conversação. Tal estratégia, implicando o uso do discurso direto de Patrícia com a mãe e do indireto com a amiga, de sorte a justificar para a mãe a razão de Aninha estar na casa, visa a realizar o propósito da visita da amiga: brincar e tomar banho na piscina e, para tanto, usa o inglês para conseguir a adesão ou autorização da mãe; o português para que a amiga possa aderir a sua fala e garantir seus argumentos. Logo, a mudança de codificação tem função pragmática: por um lado, informar à mãe que ambas estão compreendendo o que ela diz; por outro lado, apontar para amiga o que está sendo negociado entre mãe e filha.

O fato de ambas quererem brincar, tomar banho de piscina e brincar na sua água, podendo implicar ou não a prática de natação, leva Patrícia a explicitar para mãe a finalidade do encontro com a amiga. Mas para a mãe, piscina é “para nadar”; contudo, Patrícia sabe que para os brasileiros o encontro na piscina tem outras finalidades: brincar e tomar banho. A transposição inter-códigos, na esfera da

conversação, entretanto, é revestida de uma função maior: manter a comunicação com ambas e, assim, não marginalizar a amiga: procedimento comum entre crianças que buscam e priorizam a socialização. Esse procedimento é diferente daquele do adulto que, na maioria das vezes, faz uso de outro código para marginalizar, ou impedir a participação do outro, no processo de interação.

Nesse contexto, pode-se considerar o uso de estrangeirismo por grupo(s) de uma dada comunidade, como recurso estratégico de exclusão, na medida em que o discurso não cancela as influências do contexto social imediato, tampouco as competências do usuário nos processos de interação. Assim, a maior parte do povo brasileiro, mesmo aqueles que habitam grandes metrópoles desconhece a língua e, conseqüentemente, o vocabulário do inglês; por conseguinte, para que se use essa língua como recurso expressivo é preciso que o usuário se apóie no discurso codificado pela língua que domina.

A falta desse apoio, segundo os estudos de Brito de Mello (1999), implica a exclusão e, para Guilbert (1975), impossibilita o processo de reinterpretação dos vocábulos estrangeiros pelo repertório cultural desse usuário. Nessa acepção, os vocábulos ingleses em anúncios publicitários, ou registrados nas vitrines de lojas que expõem seus produtos em liquidação, mantêm-se estrangeiros para grande parte da população brasileira.

A análise dos conteúdos das formas vocabulares “sale”, “on sale”, “off” e “out”, em dicionários de língua inglesa (MICHAELLIS, 2002) aponta haver no português brasileiro formas equivalentes na área do comércio. Aurélio, ao definir o conteúdo do vocábulo “liquidação” indicia o significado genérico a que ele faz referência para designar “a venda de mercadorias a preços abaixo do normal, para renovação de estoque ou extinção do negócio”. O vocábulo saldo faz remissão a “resto de estoque de certa mercadoria vendida com maior desconto pelos negociantes”. Assim “saldo” tem, para o brasileiro, maior grau de intersecção semântica com “bota-fora”: venda por um preço até mesmo abaixo do custo, quando o comerciante quer ou precisa se desfazer da mercadoria. E, nessa acepção, “saldo” e “bota-fora” carregam consigo valores de um certo grau de depreciação, principalmente quando a mercadoria é sazonal.

Observa-se que segundo Michaelis (2002)

- *sale*: tem por conteúdo o sentido de liquidação
- *on sale*: refere-se a venda não só em liquidação, mas também a saldo.

- *off*, tem carga significativa que se remete a “fora de”, mas, diferente de *out* também “fora (de)”, faz remissão a anulado, cancelado.

Trata-se de formas estrangeiras que concorrem entre si no uso escrito, contudo não concorrem com os vocábulos nacionais — “liquidação”, “bota-fora” ou “saldo” — em língua oral. Ressalta-se, ainda, que esses vocábulos estrangeiros não são de uso generalizado em todo país, circunscrevendo-se a vitrines de lojas de shopping center de bairros nobres, ou situados em corredores de butiques de luxo. Quando grafados em vermelho, a população traduz por “liquidação”, visto que a cor vermelha associada à letra **X** colocada sobre “preços antigos” registrados nas etiquetas das mercadorias, significando “corte ou rebaixamento de preço” é sinal de liquidação. Tal associação levou comerciantes a criarem a chamada “promoção do lápis vermelho” em shoppings da cidade de São Paulo mais freqüentados pela classe média.

Esses estrangeirismos, surgidos na década de 1980, ainda não se incorporaram ao léxico do idioma nacional, quer pelas razões acima expostas, quer por serem mais utilizados em lojas cujos produtos mais sofisticados não estão ao alcance de todos freqüentadores desses espaços. O uso deles tem a função de reiterar o sentido do *status*, da superioridade das mercadorias e clientes que adquirem as mercadorias.

Guilbert (1975) designa tais empréstimos por “conotativos”: aqueles que implicam ou resultam de uma certa adaptação a um dado conceito já existente na sociedade e importado de uma outra sociedade economicamente influente, funcionam para simbolizar “prestígio”. Utilizados por pequenos grupos, dentro de um campo restrito, tais vocábulos não se enquadram como empréstimos propriamente ditos e tendem a desaparecer com o passar do tempo. Para o autor, nesse caso, a concepção de “liquidação”, “bota-fora” e “saldo” é mais intensiva no idioma português; razão pela qual o uso de “off”, por exemplo, registrado sobre os botões de aparelhos de som, ou televisores importados, já foi nacionalizado: “aperta o off, para mim”, “dá um off nesse som, por favor”, “você está mais perto clica o off”, “apertar o off” é igual a desligar, “deixar fora de sintonia”.

O uso desses vocábulos em língua oral indica, contudo, o seu aportuguesamento pelos usuários do idioma brasileiro, na dimensão referente à pronúncia: [ɔf], logo, poder-se-ia considerar pelos marcos da pronúncia que eles sofreram apenas adaptação fonéticas, mas não morfológica e tampouco sintático—

semântica. O mesmo ocorre com o vocábulo “weekend” (= final de semana), aportuguesado apenas na dimensão fonológica e de pouco uso no Brasil.

Conclui-se, deste modo, que todos os estrangeirismos tornam-se empréstimos, à medida que são aportuguesados. No caso de empréstimos que mantêm a forma original, por não sofrerem alteração na grafia, ocorre o aportuguesamento, devido à adaptação por parte do falante de certos fonemas. Este aportuguesamento remete-se apenas à pronúncia, o falante brasileiro não consegue pronunciar as palavras da mesma forma que o falante do Inglês. Esta é uma das formas pela qual se percebe o domínio que o falante brasileiro tem da língua inglesa.

3.5 Alguns fundamentos teóricos para o tratamento dos estrangeirismos

Os lingüistas têm dispensado aos vocábulos estrangeiros tratamento fundamentado em princípios da lexicologia, cujo objeto de estudos é o signo lingüístico: unidade de significação que se explica por uma dupla lateralidade: significante–significado. Tal unidade, segundo Turazza (2005), reveste-se de alto grau de complexidade e deve ser considerada como produto das atividades de fala e, ao mesmo tempo, como processo que assegura tais atividades.

Segundo essa autora, a relação indissociável entre significante–significado é necessária, pois arbitrária é a relação que se estabelece entre o signo — uma imagem acústica ou gráfica — conceito — e “as coisas do mundo” por ele designadas. Diferenciar também o sinal do signo é outra necessidade para o tratamento adequado das questões lexicais. Postula, para tanto, a distinção entre lexia, vocábulo e palavra, na medida em que não há entre eles uma correlação unívoca.

Nessa acepção, o sinal é compreendido como marcas escritas ou sonoras que funcionam como registro do signo, ou seja, a sua dimensão física, visto que ele se tipifica como “psíquico” e está armazenado na memória social semântica de longo prazo. Assim, focalizado na sua materialidade sonora ou gráfica, o signo é designado pela autora “palavra”. Se focalizado no exercício das práticas discursivas, o signo se faz vocábulo.

Essa distinção leva Turazza (1998) a afirmar ser necessário considerar que um signo por ser materializado por formas vocabulares distintas, como por exemplo

“guri(a)”, “piá”, “curumim”, menino(a)” que se remetem ao signo “criança” homem de pouca idade. O contrário também é uma realidade, qual seja, na mesma forma vocabular podem-se materializar diferentes signos, como por exemplo “botão” que tanto pode se remeter a uma fase em que a flor ainda não desabrochou, quanto ao produto manufaturado - de plástico, de madeira, de madrepérola ... - usado nas vestimentas para fechar ou enfeitar blusas, vestidos, calça, camisa... . “Botão” é ainda a forma vocabular por meio da qual se designam pequenas partes de um artefatos mecânicos, - campainha de elevadores, por exemplo, - que acionados pela pressão do dedo da mão funcionam para chamar pessoas ou para fazer um elevador subir ou descer.

Nessa perspectiva, quando se toma um vocábulo isolado, fora do contexto do uso dos processos de produção discursiva, isto é, na dimensão da palavra, ele representa para seus usuários:

- 1) uma unidade de significação, cujo feixe semântico se define pela experiência de uso, pela cultura, pela ideologia;
- 2) uma unidade morfológica, por possibilitar a ativação de traços categoriais semânticos que implicam a possibilidade de estabelecer diferentes encadeamentos, estando assim subordinada ou configurada pelas categorias da frase e também às do enunciado, por isso se qualifica por diferentes possibilidades de uso, visto que seus usuários conseguem projetar as mais diferentes combinatórias para a palavra descontextualizada, em diferentes espaços discursivos e/ou tipos de discursos, isto é, diferentes contextos. (TURAZZA, 1998. p. 110)

Segundo a autora, a aquisição e uso de novos vocábulos, como é o caso dos estrangeirismos, sempre se dá no fluxo dos processos de discursivização e tem por ancoragem os conhecimentos prévios do aprendente, lingüisticamente designados em sua língua materna. Tal conhecimento, arquivado na memória de longo prazo sob a forma de esquemas de compreensão, faculta ao usuário interpretar o “novo”, “o desconhecido” pelo “velho”, pelo “conhecido”:

(...) incorporados desde o nascimento a uma comunidade antro-po-sócio-cultural, os homens dela recebem um repertório de palavras que, se por um lado, são portadoras de conteúdo pré-estabelecidos, por outro, essas palavras veiculam ou ativam esquemas que possibilitam combiná-las em unidades mais abrangentes: os quadros da discursividade”. (1998. p. 111).

Por conseguinte, ainda que desprovido da configuração espaço-temporal modalizadora das práticas discursivas e de seus sentidos, os vocábulos sempre

ativam marcos de conhecimentos em possíveis quadros de práticas discursivas nas quais podem ser empregados; razão pela qual eles carregam consigo a textura de diferentes possibilidades de uso.

Observa, ainda, que nenhum falante domina a totalidade de um vocabulário da sua língua materna, mas sim o “vocabulário básico” dessa mesma língua que lhe serve de suporte para o exercício de suas atividades de fala. Esse vocabulário básico abarca todos os vocábulos que ele já usou, que usa, ouviu e/ou leu nas páginas de diferentes e variados tipos de textos e estão integradas ao seu léxico ativo e/ou passivo. Assim, esse usuário, por dominar sua língua materna, também domina suas regras estruturais e funcionais, bem como as estratégias de produção de novas formas vocabulares que têm por suporte “velhas” organizações estruturais e funcionais. Tal domínio lhe faculta reconhecer novos vocábulos e, conseqüentemente, a reorganização de velhos conteúdos que, reinterpretados para indexar novos matizes de significação, passam a se remeter a novos signos.

Para Turazza não se pode negligenciar, ainda, o fato de o vocabulário de um usuário ou grupo de usuários de uma dada língua, quer na dimensão de suas formas de expressão, quer na de seus conteúdos, nunca ter caráter essencialmente individual, pois ele sempre está em conformidade com o vocabulário de outros grupos e, necessariamente, com aquele da língua geral. Desta feita, as unidades vocabulares de domínio geral são empregadas respectivamente com certo grau de frequência, em diferentes gêneros discursivos ou tipos de textos que estão em circulação nos espaços sociais.

Nessa perspectiva, os esquemas organizadores e ordenadores que respondem pela estruturação dos conhecimentos em língua, emergem dessa repetição ativa, inerente a condutas verbais, sempre modalizadas por matizes sócio-cultural-ideológicas. Justifica-se, portanto, o fato de as formas verbais serem repetitivas e, por isso, ativadas por sinais (palavras) que possibilitam, no fluxo dos processos interativos, fazer emergir os conhecimentos socialmente partilhados — significado = sentidos sedimentados pelo uso — modalizados por aqueles que emergem dos novos/outros contextos situacionais; sentidos = significações que apontam para novas interpretações, outros pontos de vista. Assim sendo, as palavras sinalizam para esses esquemas ou modelos de organização sócio-cultural. A organização do vocabulário por esquemas de compreensão, postula a autora, é sempre cultural; razão pela qual a aquisição de novas formas vocabulares implica a

apreensão, compreensão e interpretação de marcos de contextos de grupos de uma comunidade, ou seja, das matrizes antro-po-sócio-culturais. Essas matrizes respondem pela identidade dessa mesma comunidade:

Aprender novas formas vocabulares é aprender o conteúdo criado coletivamente pelas mãos do passado, mas continuamente redimensionado pelas mãos do presente, o que implica, necessariamente, adquirir novas formas esquemáticas de organização de conteúdo e/ou contextos de mundo. (1998. p. 109-111).

Esses fundamentos teóricos possibilitam considerar que o homem jamais aprende ou aprendeu palavras isoladas, bem como uma língua estrangeira, lendo as páginas de sua gramática ou de seus dicionários, visto que essa aquisição não se reduz a simples armazenagem de repertórios culturais para atividades verbais futuras.

A compreensão e interpretação dos elementos desse repertório implicam projeções de sentidos que, se aceitos pela comunidade, são convertidos em significados porque adotados e empregados de modo freqüente; logo, incorporados pelos seus usuários, ou grupos: Ao aprender a nomear as coisas no mundo aprende-se a nomear conhecimentos mediados pelas palavras, afirma Turazza (1998. p.113).

O ato de nomeação, para essa autora, implica o domínio de habilidades de observação, análise, comparação e síntese, de modo que pela ação de caráter sintético, uma dada forma vocabular condensa um conjunto de predicções, designado por “conteúdo” e, pela ação de caráter analítico, tais conteúdos são expandidos por formas de enunciados frásticos. Por conseguinte, as designações vocabulares podem nomear “as coisas do mundo” tanto pela condensação quanto pela expansão.

No corpo de um texto lexicográfico, dicionário, os conteúdos das formas vocabulares são expandidos por predicções analíticas: paráfrases, definições que se remetem ao saber socialmente construído: “menino => criança, ser humano de pouca idade, do sexo masculino”; por exemplo. Nesse caso, essas paráfrases se tipificam como metalingüísticas e se remetem à chamada “verdade por definição”, na medida em que seu valor de verdade não é questionado por qualquer usuário, em qualquer tempo ou lugar; entretanto, no espaço das práticas discursivas, quando tais paráfrases definicionais servem de suporte para a produção de sentidos, a essas

definições lógicas são indexadas significações que emergem do contexto situacional de uso:

- chuva = água que cai do céu (relação metalingüística de caráter lógico);
- chuva => boa colheita que, vendida, possibilitará o pagamento de empréstimos bancários feitos para a compra de trator para cultivar a terra plantada (relação analógica).

Observa-se que toda definição lógica (x é y) é reconstruída por definições analógicas (x não é apenas y, mas também z). Logo, as formas vocabulares funcionam como suporte fundador de paráfrases lógicas e analógicas; razão pela qual a sua aprendizagem implica a produção dessas modalidades de paráfrases, que não podem ser focalizados pelo princípio da oposição e sim pelo da complementaridade. (TURAZZA, 2005.).

Nessa mesma acepção, para se compreender a nacionalização de estrangeirismos, faz-se necessário postular como essa autora, que tal processo implica a interpretação do “novo”, do não familiar pelo “velho”, pelo familiar, pois é o familiar o suporte fundador dos processos interpretativos dessas formas vocabulares desconhecidas.

Segundo Butti (2007), esse processo de interpretação, mesmo circunscrito à nomeação, implica a analogia e esta se explica pelas categorias da projeção, da transferência e da identidade. Essas categorias não se explicam por uma ordem lógica seqüencial, pois são estrategicamente aplicadas pelo homem, de forma concomitante, ao se deparar com fatos e/ou objetos que lhe são desconhecidos. Observar e analisar o estranho pelos recursos que se dispõe, projetando e comparando o que sabe pelo que busca conhecer, encontra similaridades nas diferenças e vice-versa. Pelas similaridades, identifica, transfere categorias prototípicas de um campo do saber para outro e busca, nas matrizes do vocabulário que domina, formas capazes de designar o “novo”.

Afirma Morin (2005) que os processos analógicos se explicam por duas perspectivas: uma surgida entre os gregos, de caráter abstrato e racional que faculta designar procedimentos analíticos fundados no princípio da proporcionalidade, da semelhança entre duas relações matemáticas. A outra se estende de semelhança a semelhança e funciona de modo a estabelecer parentescos ou identidades entre o dado e o novo. Contudo, afirma o autor, a analogia funciona de sorte a estabelecer ligações e identificações, onde a lógica separa; logo, o analógico tem a finalidade ou

a função de unir o separado, por um lado e, por outro, complementar, fecundar o conhecimento.

A seleção desses fundamentos teóricos justifica-se para o tratamento dos estrangeirismos, em relação do baixo grau de similaridade entre o sistema lingüístico do idioma português brasileiro e aquele do sistema da língua inglesa, o que as faz línguas estrangeiras. Entende-se que esse grau de estranhamento exige do usuário não falante do inglês maior esforço de interpretação e, conseqüentemente, de compreensão, mesmo quando a seletividade incide sobre o vocábulo do repertório cultural da língua inglesa, empregado pelo seu interlocutor em enunciados estruturados pelas categorias frasais da língua portuguesa. Muito embora, nesse contexto, ele poderá atribuir a esse vocábulo sentidos valendo-se de um procedimento indutivo.

3.5.1 Procedimento analítico

A análise do corpus, selecionado a título de exemplificação, privilegiará a comparação com o marco fundador das categorias: projeção, transferência e identidade. Busca-se focalizar os processos que respondem pela transmutação de “estrangeirismos” em “empréstimos” lexicais, para melhor compreender a nacionalização dessas formas vocabulares e de seus respectivos conteúdos. Nessa acepção, não se fará distinção entre forma e conteúdo dos mesmos, na medida em que uma não existe se desprovida da outra. Por conseguinte, as formas vocabulares e seus respectivos conteúdos serão considerados em sua dimensão fonológica, morfo-sintática e semântica; logo, não se propõe a diferenciar “decalque” de empréstimos semânticos.

Essa não distinção justifica-se, por um lado, frente aos pressupostos teóricos propostos e, por outro lado, devido à grande diferença de estrutura e pronúncia das línguas em questão: fato que dificulta o aportuguesamento e adaptação do termo estrangeiro ao português. Afirmam Santos (2001) que muitos jamais serão aportuguesados, razão do pouco consenso entre estrangeirismo e empréstimos, além do uso do termo “anglicismo” como designação hiperonímica para se referir a qualquer termo da língua inglesa, no Brasil.

Na análise do corpus, será utilizado o alfabeto internacional para registrar a pronúncia em língua inglesa e em língua portuguesa da forma vocabular. Para apontar a pronúncia diferenciada dos usuários da língua portuguesa, será utilizado o alfabeto da Convenção Brasil – Portugal, pois o objetivo é registrar o aportuguesamento da cadeia sonora pelos usuários do idioma português brasileiro, o que já é um sinal de nacionalização. Essa pronúncia diferenciada, segundo Silveira (1998), interpretada como “sotaque” já aponta para as matrizes sócio-culturais dos novos usuários e, nesse sentido, se poderia afirmar que todos os vocábulos estrangeiros se qualificam como empréstimos. O fato de eles terem longa ou curta duração, serem ou não serem incorporados do sistema lexical do idioma português, depende do grau de aceitação de seus usuários.

As análises realizadas apontam, ainda, que os vocábulos aportuguesados, quando integrados ao sistema vocabular da língua geral, tornam-se produtivos, de sorte que a nova matriz lexical funciona como suporte de novos processos de deriva. Apresentam-se, abaixo sob a forma de quadros, as análises realizadas pelo pesquisador.

Processos de transmutação dos estrangeirismos em empréstimos lingüísticos				
a) Mudança fono-morfológica-sintático-semântica com produtividade lexical				
PROCESSOS	Dimensões da base lexical	Em língua escrita = gráfica	Inglês	Português-brasileiro
			Hot dog	Hot dog
			Comparação: não houve alteração na formatação gráfica.	
		Em língua falada = fonética	Alfabeto fonético Internacional ['hot 'dɒg]	*Alfabeto fonético Internacional [ʔɒtʃɪ 'dɒgɪ]. Alfabeto fonético da Convenção Brasil-Portugal [rɒtʃi dɔgʲ]
			Comparação: entre a pronúncia internacional e a empregada no português do Brasil, verifica-se o uso da pronúncia fricativa chiante na realização sonora do fonema [t] > [tʃ], bem como acréscimo do fonema vocálico [ɪ] reduzido, uma vez que a base silábica portuguesa fundamenta-se no uso de vogais.	
			Morfossintática (transmutação da Língua "A" para a Língua "B")	Hot dog (adjetivo + substantivo)
		Semântica	Comparação: Palavra composta em ambas as línguas, composição por justaposição; todavia a ordem das palavras não é a mesma nas duas línguas, na gramática do português o adjetivo vem posposto ao substantivo: sistema morfossintático parcialmente semelhante.	
			Hot dog = alimento do homem estadunidense que, concebido como lanche ou pequena refeição, é constituído de um pão de banha longo, de formato horizontal que cortado ao meio é recheado com uma salsicha e, às vezes, temperado com molho de mostarda e chucrute (repolho). O relevo é dado na salsicha, em analogia com a forma do cachorro "bassê".	Cachorro-quente = alimento do homem brasileiro que, concebido como lanche ou grande refeição, é constituído de um pão de banha longo, de formato horizontal que cortado ao meio é recheado com uma salsicha, purê de batatas, vinagrete com tomate, cebola, pimentão e repolho picados bem miudinhos, temperado com molho de mostarda, catchup, maionese e por cima batata palha. Mantem-se o relevo quando se trata de hot dog; cachorro quente, mas no caso de "dogão" e "cachorrão" o relevo recai sobre a quantidade.
			Comparação: Tradução não literal do conteúdo: pequena refeição X grande refeição = mudança de referência. Extensão da referência no campo semântico da alimentação.	
		Criatividade em Língua Portuguesa	Denominação 1 = dogão ↔ Denominação 2 = cachorrão Obs.: dois vocábulos e uma só designação. Criatividade por meio do processo de derivação sufixal = "grau aumentativo" por meio do sufixo "-ão" = grande refeição. Dog do Inglês derivou dogão; cachorro do Português derivou cachorrão.	
Síntese	A denominação estrangeira "hot dog" tornou-se empréstimo; para tanto foi reinterpretada pelo sistema fono-morfológico e sintático-semântico do idioma português-brasileiro e integrado ao seu léxico, fez-se produtivo. Apenas "hot" aparece registrado no dicionário VOLP.			

Processos de transmutação dos estrangeirismos em empréstimos lingüísticos				
a) Mudança fono-morfológica-sintático-semântica com produtividade lexical				
PROCESSOS	Dimensões da base lexical	Em língua escrita = gráfica	Inglês	Português-brasileiro
			Cheeseburger	X-burger
		Comparação: houve alteração na grafia, sob a influência da similaridade sonora.		
		Em língua falada = fonética	Alfabeto fonético Internacional ['tʃi:z'bɜ:ɡɜ]	*Alfabeto fonético Internacional [ʃis'burgɪ]. Alfabeto fonético da Convenção Brasil-Portugal [ʃisbúrg ^h]
			Comparação: * Pronúncia aportuguesada, implica a transformação de "cheese" em "X(is)" = letra do alfabeto convertida em morfema com o significado de "lanche" e não de queijo. Tal modificação, justifica a nova grafia baseada na pronúncia, ou seja, "cheese" > "X"; logo, há: a) uma queda da consoante [t]; b) emprego da consoante [s] no lugar do prolongamento [i:]; c) emprego da vogal [u] no lugar da vogal médio palatal fechada [ɔ], cuja ocorrência no português-brasileiro só se dá em decorrência de nasalização (ex.: cama, banana...); d) emprego da vogal reduzida [ɪ], marcando a sílaba final átona.	
		Morfofssintática (transmutação da Língua "A" para a Língua "B")	Cheese+ hamburger (subst. adjetivado + subst.)	X(is)+ hamburger (substantivo composto)
Comparação: palavra composta em ambas as línguas, mas em port.-brasileiro há criação. O sistema morfofssintático é parcialmente semelhante. No Inglês têm-se a aglutinação; no português, a justaposição, construída a partir da aglutinação.				
	Semântica		Cheeseburger = lanche feito a partir do hamburger, uma espécie de bolinho de carne picada ou moída - quase sempre bovina, cozida, frita ou grelhada - servido entre duas metades de um pão redondo, formando um sanduíche, pode ou não ser acompanhado por condimentos e outros ingredientes colocados no meio do pão, como: cebola, alface, queijo fatiado, bacon, etc, contudo jamais desprovido de queijo.O relevo é dado na conjunção entre o queijo e a carne.	X-burger = lanche feito a partir do hamburger, uma espécie de bolinho de carne picada ou moída - quase sempre bovina, cozida, frita ou grelhada - servido entre duas metades de um pão redondo, formando um sanduíche, pode ou não ser acompanhado por condimentos e outros ingredientes colocados no meio do pão, como: cebola, alface, queijo fatiado, bacon, etc, contudo jamais desprovido de queijo.O relevo é dado entre o queijo e a carne: hamburger; apenas no queijo: X-catupiry e X-cheddar; o relevo é dado no bacon que é conjugado com o hamburger e com o queijo fatiado: X-bacon; o relevo é dado nas fatias de picanha ou na lingüça do tipo calabresa feita de carne de porco e de vaca: X-picanha e X-calabresa.
Comparação: "X" para o brasileiro tornou-se hiperônimo para lanche, não implicando, no Brasil, queijo em sua composição, e sim o formato do pão redondo.				
	Criatividade em Língua Portuguesa	Denominação 1 = X-burger; Denominação 2 = X-egg; Denominação 3 = X-bacon; Denominação 4 = X-salada; Denominação 5 = X-picanha; Denominação 6 = X-calabresa; Denominação 7 = X-cheddar; Denominação 8 = X- catupiry. Todas estas denominações derivam de cheeseburger do Inglês; todavia, picanha e calabresa não podem se encaixar nesta denominação, cheeseburger é o sanduíche de queijo com hamburger = carne moída +, idem para X-burger, já as formas onde o hambúrguer é substituído por outros ingredientes como calabresa e picanha ocorre uma variação no modo de preparo do lanche, fruto da criatividade do brasileiro que adequa o lanche ao paladar nacional.O lanche do tipo "X" é o mesmo, mas, há uma alteração no ingrediente principal.(cf. ANEXO C).		
Síntese		A denominação estrangeira cheeseburger do Inglês tornou-se empréstimo: foi integrada ao léxico do português-brasileiro, onde se fez produtiva.		

Processos de transmutação dos estrangeirismos em empréstimos lingüísticos				
a) Mudança fono-morfológica-sintático-semântica com produtividade lexical				
PROCESSOS	Dimensões da base lexical	Em língua escrita = gráfica	Inglês	Português-brasileiro
			Scanner	Scanner
			Comparação: não houve alteração gráfica.	
		Em língua falada = fonética	Alfabeto fonético Internacional [ˈskæna]	*Alfabeto fonético Internacional [ɪsˈkænɐ]. Alfabeto fonético da Convenção Brasil-Portugal [ˈskáɲɐ]
			Comparação: pronúncia aportuguesada, há: a) emprego da vogal reduzida [ɪ], uma vez que a vogal forma base silábica no português; b) Emprego da vogal médio-palatal fechada [ɛ], no português-brasileiro, em decorrência da nasalização na sílaba seguinte.; c) realização sonora de [er], acompanhando a grafia da palavra.	
		Morfossintática (transmutação da Língua "A" para a Língua "B")	Scanner (substantivo)	Scanner (substantivo)
			Comparação: Palavra simples e de mesma classe gramatical em ambas as línguas. Em inglês "scanner" deriva do verbo "scan": escanear; em português tem-se "escanear" derivado do substantivo "scanner" e também o adjetivo "escaneado" para designar o documento que foi reproduzido por processo de digitalização.	
		Semântica	Scanner = aparelho que reproduz imagens ou documentos, digitalizando-os. O relevo é dado na reprodução.	Scanner = aparelho que reproduz imagens ou documentos, digitalizando-os. O relevo é dado na reprodução.
			Comparação: "scanner" do Inglês, vem da deriva do verbo scan; em português, o verbo e o adjetivo são produzidos a partir da deriva de "scanner", para designar o processo desencadeado pela máquina e o tipo de documento que não é mais o original.	
		Criatividade em Língua Portuguesa	Denominação = Scanner, se remete a um objeto - máquina digital - reprodutora de imagens e/ou documentos digitalizando-os. A designação estrangeira "scanner" tornou-se empréstimo, integrou-se ao idioma português-brasileiro e designa o mesmo referente em língua inglesa. Contudo, tornou-se produtiva em Língua Portuguesa com o verbo <i>escanear</i> e o adjetivo <i>escaneado</i> .	
Síntese		A denominação estrangeira "scanner"- produto de tecnologia - é aportuguesada e se fez produtiva no português-brasileiro com a criação de adjetivo, por isso é um empréstimo. Embora, apareça registrada a forma "scanner" no dicionário VOLP como palavra estrangeira.		

Processos de transmutação dos estrangeirismos em empréstimos lingüísticos				
b) Mudança fono-morfológica-sintático-semântica sem produtividade lexical				
PROCESSOS	Dimensões da base lexical	Em língua escrita = gráfica	Inglês	Português-brasileiro
			Fast food	Fast-food
			<u>Comparação:</u> houve alteração na grafia com o acréscimo do hífen no português-brasileiro.	
		Em língua falada = fonológica	Alfabeto fonético Internacional ['fæst 'fu:d]	*Alfabeto fonético Internacional [fɛstʃɪ'fudʃɪ]. Alfabeto fonético da Convenção Brasil-Portugal [fɛstʃɪ' fúdʒɪ]
			<u>Comparação*</u> Pronúncia aportuguesada: a) [æ] transmuda-se na vogal aberta [ɛ]; b) emprego da fricativa chiante [tʃ] na realização sonora do "t"; c) acréscimo da vogal reduzida [ɪ], base silábica do português; cancelamento do prolongamento da vogal [u:] do inglês para [u] simples, no português; emprego da fricativa chiante [dʒ] na realização sonora do [d]; acréscimo da vogal reduzida [ɪ], base silábica do português, no final da palavra.	
		Morfofssintática (transmutação da Língua "A" para a Língua "B")	Fast food (advérbio adjetivado + subst.)	Fast-food (substantivo composto)
			<u>Comparação:</u> Palavra composta e de mesma classe gramatical em ambas as línguas.	
		Semântica	Fast-food = comida rápida e/ou restaurante que tem um serviço de atendimento rápido: geralmente serve refeições do tipo lanche + fritas + refrigerante. Este tipo de refeição é sempre associado a alimentos muito calóricos com muita maionese, molhos e queijos. O relevo é dado na rapidez com que é preparada e servida a refeição.	Fast-food = comida rápida e/ou restaurante que tem um serviço de atendimento rápido, que geralmente serve refeições do tipo lanche + fritas + refrigerante. Este tipo de refeição é sempre associado a alimentos muito calóricos. Os restaurantes existentes no Brasil qualificam-se como franquias; logo, tem-se a manutenção do produto. O relevo é dado na rapidez com que é preparada e servida a refeição + lanche interpretado como pequena refeição.
			<u>Obs.:</u> Mantém-se o script para refeições rápidas do tipo lanches (bem como o modelo arquitetônico dos prédios e fachadas); Todavia apenas jovens ou adolescentes, habituados pelos pais, recorrem a esse tipo de restaurante. Há adultos que deles fazem uso esporádico, ainda que o lanche tenha sido adptado ao paladar do brasileiro. Nos pequenos centros, mantém-se a tradição do almoço e do jantar: arroz + feijão + carne + salada. Observa-se que, no Brasil, foi incorporado uma salada em substituição à batata frita e salada de frutas ou frutas e não mais sorvetes e tortas quentes como sobremesa..	
		Criatividade em Língua Portuguesa	Denominação: "Fast-food" é empregada no Brasil por membros de pequenos grupos; pois, para o povo em geral este tipo de restaurante só é utilizado em situações emergenciais de quando se está longe de casa para fazer sua refeição costumeira na hora do almoço - refeição principal do dia - que não é a base de lanches, como a do americano, razão pela qual algumas destas franquias têm tentado adptar seus cardápios ao paladar nacional.	
Síntese		A denominação estrangeira "Fast-food" mantém-se como estrangeirismo para a maior parte da população, pois, aparece no campo das idéias e/ou na escrita, e não faz parte da fala usual dos brasileiros que, chamam estes restaurantes pelo nome referente às suas marcas e/ou franquias, por exemplo: Mc Donald's, Bob's entre outros, portanto, não houve produtividade lexical a partir dele. A denominação tornou-se empréstimo devido ao aportuguesamento gráfico, semântico e da pronúncia. Este modelo de restaurante tem crescido no Brasil principalmente nas grandes capitais, mas algumas redes já fecharam, pois, seus produtos não agradaram ao paladar nacional. Embora, a forma "fast-food" esteja registrada no dicionário VOLP como palavra estrangeira, além de vir grafada com hífen.		

Processos de transmutação dos estrangeirismos em empréstimos lingüísticos				
a) Mudança fono-morfológica-sintático-semântica com produtividade lexical				
PROCESSOS	Dimensões da base lexical	Em língua escrita = gráfica	Inglês	Português-brasileiro
			Self service	Self-service
			Comparação: houve alteração na grafia com o acréscimo do hífen no português-brasileiro.	
		Em língua falada = fonética	Alfabeto fonético Internacional ['self s'ɑ:vis]	*Alfabeto fonético Internacional ['sewft 'servɪs]. Alfabeto fonético da Convenção Brasil-Portugal [sêwft sêrvɪs]
			Comparação:* Pronúncia aportuguesada: a) ditongação em português [êw] na realização da consoante [l] do Inglês; b) acréscimo da vogal reduzida [ɪ], base silábica do português; c) abertura, sem prolongamento [ê] para o uso Inglês de [ɑ:], d) realização sonora da consoante [r], no lugar do prolongamento, seguindo a escrita da palavra; e) acréscimo da vogal reduzida [ɪ] base silábica do português no final da palavra.	
			Self service (pronome adjetivado + verbo)	Self-service (substantivo composto) ou Restaurante por "quilo" ou simplesmente "quilo" (subst.)
		Morfossintática (transmutação da Língua "A" para a Língua "B")	Comparação: Self service = lexia composta por justaposição em ambas as línguas, porém, em português-brasileiro tem-se também a composição com a lexia simples: "quilo".	
		Semântica	Self-service = 1. diferentes alimentos oferecidos aos clientes do restaurante em balcões geladeiras ou aquecidos; 2.Os clientes pegam os pratos e talheres dispostos em uma mesa próxima aos balcão; 3. Os clientes se servem de porções de alimentos frios ou quentes; 4. Os alimentos são pesados e pagos; 5. Os clientes dirigem-se às mesas para comer.	Restaurante a "quilo" = 1. diferentes alimentos oferecidos aos clientes do restaurante em balcões geladeiras ou aquecidos; 2.Os clientes pegam os pratos e talheres dispostos em uma mesa próxima aos balcão; 3. Os clientes se servem de porções de alimentos frios ou quentes; 4. Os alimentos são pesados e pagos.5. Os clientes dirigem-se às mesas para comer.
			Comparação: O script é o mesmo nos dois países, tanto nos E.U.A. como no Brasil.	
		Criatividade em Língua Portuguesa	Denominação 1 = self-service, para o estadunidense o recorte da designação é dado no processo concebido na sua totalidade: "ato de o cliente servir-se por si mesmo", ou seja, não ser servido por um garçom (à francesa). Denominação 2 = "quilo", no Brasil o recorte é dado em uma das ações do processo: o ato de pesar, na parte pelo todo (metonímia) atribuindo relevo a quantidade de alimentos pesados em quilogramas: "quilo". Verificou-se o emprego de outras novas formas de grafia "selv serfice" e "serve selvice" o que demonstra baixo grau de letramento do Inglês, fundamentando-se na pronúncia aportuguesada.	
Síntese		A denominação estrangeira "self-service", não passou por processo de deriva. Contudo, houve um aportuguesamento gráfico, com o acréscimo do hífen; fonético, que também implicou em outras/novas formas na escrita (cf. ANEXOS D e E) e um recorte diferente no contexto que, por criatividade denominou-se restaurante por "quilo" e não "sirva-se a si mesmo", como se era de esperar em uma tradução literal.Tornou-se um empréstimo, entretanto, a forma "self-service" está registrada no dicionário VOLP como palavra estrangeira.		

Processos de transmutação dos estrangeirismos em empréstimos linguísticos				
b) Mudança fono-morfológica-sintático-semântica sem produtividade lexical				
PROCESSOS	Dimensões da base lexical	Em língua escrita = gráfica	Inglês	Português-brasileiro
			City tour	City tour
		Comparação: não houve alteração na formatação gráfica.		
		Em língua falada = fonética	Alfabeto fonético Internacional ['siti t'ua]	*Alfabeto fonético Internacional [sitʃi'tur] . Alfabeto fonético da Convenção Brasil-Portugal [sítʃi'túr].
			Comparação: * Pronúncia aportuguesada: a) a consoante [t] do inglês realiza-se como fricativa chiante [tʃ] no português; b) a vogal [i] do inglês fica reduzida [i̯] no português-brasileiro; c) [ə] realiza-se [r] no português, por influência da grafia "tour".	
		Morfofossintática (transmutação da Língua "A" para a Língua "B")	City tour (subst. + subst.)	City tour (substantivo composto)
			Comparação: Lexia composta e de mesma classe gramatical em ambas as línguas.	
	Semântica		City tour = viagem ou visita de turismo em cidades.	City tour = viagem ou visita de turismo em cidades.
			Comparação: O script de visita a título de turismo a uma cidade, geralmente em ônibus de turismo ou vans é o mesmo em ambas as línguas. Contudo, o vocábulo "tour" está registrado no dicionário Volp como palavra de origem francesa.	
	Criatividade em Língua Portuguesa		Denominação 1 = city tour, a lexia estrangeira é utilizada no Brasil por grupos de turistas e ou agências de turismo.	
Síntese			A denominação estrangeira composta "city tour" sofreu aportuguesamento fonético. Por ser uma idéia ou conceito que não existia no Brasil e por não ter similar nacional (regra da falta) tornou-se empréstimo, com mudança fonética.	

Processos de transmutação dos estrangeirismos em empréstimos lingüísticos				
b) Mudança fono-morfológica-sintático-semântica sem produtividade lexical				
PROCESSOS	Dimensões da base lexical	Em língua escrita = gráfica	Inglês:	Português-brasileiro
			Telemarketing	Telemarketing
			Comparação: não houve alteração na formatação gráfica.	
		Em língua falada = fonética	Alfabeto fonético Internacional [tel'ma:kitiŋ]	*Alfabeto fonético Internacional [tɛle'marketʃ]. Alfabeto fonético da Convenção Brasil-Portugal [tɛlemárketʃ]
			Comparação:* Pronúncia aportuguesada: a) acréscimo da vogal [e] na ausência dessa realização sonora no Inglês; b) realização sonora do [r], por influência da grafia, no lugar do prolongamento [a:] em Inglês; c) realização da vogal [e] no lugar do [i] estadunidense; d) emprego da fricativa chiante [tʃ] na realização sonora do "t"; nasalização vocálica em [ɪ] para o sufixo "-ing" do Inglês.	
		Morfossintática (transmutação da Língua "A" para a Língua "B")	Tele + marketing (subst. + subst.)	Tele + marketing (substantivo composto)
			Comparação: Lexia composta e de mesma classe gramatical, em ambas as línguas. "Tele" de telefone + "marketing" de venda = venda por telefone.	
		Semântica	telemarketing = serviço de vendas direta pelo telefone, produtos e serviços são oferecidos aos clientes que podem ou não efetuar a compra dos mesmos, sempre entregues em casa do cliente, o pagamento é feito com boleto bancário ou via cartão de crédito.	telemarketing = serviço de vendas direta pelo telefone, produtos e serviços são oferecidos aos clientes que podem ou não efetuar a compra dos mesmos, sempre entregues em casa do cliente, o pagamento é feito com boleto bancário ou via cartão de crédito.
			Comparação: O script é o mesmo em ambas as línguas. 1. O dono do produto adquire a lista de telefone de possíveis clientes; 2. Compra a lista; 3. contrata funcionários para vender ao telefone; 4. O funcionário oferece ao produto ao cliente; 5. O cliente compra o produto ou serviço; 6. É emitida uma nota fiscal do produto vendido; 7.É emitido o boleto bancário para pagamento ou a cobrança é feita pelo cartão de crédito; 8. O produto é entregue na casa do cliente.	
		Criatividade em Língua Portuguesa	Denominação 1 = telemarketing, a denominação e o conceito deste tipo de negócio e/ou comércio via telefone só foi possível a partir da cópia deste modelo americano pelos brasileiros, quando se deu o desenvolvimento das comunicações e se criou infra-estrutura para operacionalizar esse modelo de vendas	
Síntese		A denominação estrangeira "telemarketing" foi adotado no uso pelo falante brasileiro, por não existir palavra sinônima para este tipo de situação no vocabulário nacional (regra da falta), portanto tornou-se empréstimo.Houve aportuguesamento fonético, entretanto, está registrada no dicionário VOLP como palavra estrangeira.		

Processos de transmutação dos estrangeirismos em empréstimos linguísticos				
b) Mudança fono-morfológica-sintático-semântica sem produtividade lexical				
PROCESSOS	Dimensões da base lexical	Em língua escrita = gráfica	Inglês	Português-brasileiro
			Workshop	Workshop
			Comparação: não houve alteração na formatação gráfica.	
		Em língua falada = fonética	Alfabeto fonético Internacional [w'ə:kʃɔp].	*Alfabeto fonético Internacional [wɔrk'ʃɔpi] . Alfabeto fonético da Convenção Brasil-Portugal [wɔrkiʃɔp ⁱ]
			Comparação: * Pronúncia aportuguesada: a) realização do grupo sonoro [ɔr], em português, por influência da grafia, no lugar do uso [ɔ:]; b) acréscimo da base vocálica [i], obrigatória no português, no lugar de uma não realização na língua inglesa; c) acréscimo da vogal reduzida [i], no final da palavra, para formar a base silábica portuguesa.	
		Morfossintática (transmutação da Língua "A" para a Língua "B")	Work + shop (subst. + subst.)	Work + shop (substantivo composto)
			Comparação: Lexia composta e de mesma classe gramatical, em ambas as línguas.	
		Semântica	Workshop = oficina, seminário ou curso intensivo.	Workshop = oficina, seminário ou curso intensivo.
			Comparação: Não há qualquer mudança no que se refere ao conteúdo da designação.	
		Criatividade em Língua Portuguesa	Denominação 1 = workshop, a denominação estrangeira é utilizada no Brasil em paralelo com as formas sinônimas para esta atividade: oficina, seminário ou curso intensivo.	
Síntese		A denominação estrangeira "workshop" sofreu aportuguesamento fonético, mas mantém a forma inglesa em língua escrita. É empregada em sistemas de ensino por professores e alunos de diferentes modalidades de cursos para designar um espaço pedagógico de ensino-aprendizagem, distinto de aulas centradas na mera transmissão. trata-se de um recurso didático. Tais recursos são também empregados em empresas para formação ou capacitação de funcionários. Tornou-se empréstimo devido ao status que a palavra estrangeira confere a um pequeno grupo de usuários. Entretanto, está registrada no dicionário VOLP como palavra estrangeira.		

Processos de transmutação dos estrangeirismos em empréstimos lingüísticos				
b) Mudança fono-morfológica-sintático-semântica sem produtividade lexical				
PROCESSOS	Dimensões da base lexical	Em língua escrita = gráfica	Inglês	Português-brasileiro
			On sale	On sale
			Comparação: não houve alteração na formatação gráfica.	
		Em língua falada = fonética	Alfabeto fonético Internacional [ɒn 'seɪl]	*Alfabeto fonético Internacional [ɔw'sæjju]. Alfabeto fonético da Convenção Brasil-Portugal [ɔwséyyu]
			Comparação: * Pronúncia aportuguesada: a) ditongação nasal [ɔw] da sequência vogal aberta [ɒ] mais consoante nasal [n] do Inglês; b) ditongação [éy] com prolongamento [yu] para a realização sonora final da palavra "sale".	
		Morfossintática (transmutação da Língua "A" para a Língua "B")	On sale (prep. + subst.)	On sale (prep. + subst.)
			Obs: Lexia composta e de mesma classe gramatical, nas duas línguas.	
		Semântica	On sale = é designação genérica para remeter-se a qualquer produto que esteja à venda.	On sale = é designação específica para remeter-se a produtos do campo do vestuário vendidos a preços reduzidos. Nesse sentido, compete com os vocábulos "liquidação" ou "queima de estoque". Nesse mesmo caso tem-se diferentes modos de anunciar a liquidação: a) on sale: significando liquidação; b) queima de estoque: significando preço baixo; off 70%: significando redução de preços das mercadorias no valor de 70 % do custo das mesmas. O termo "off" que significa fora em Inglês é acompanhado da preposição "até" para remeter-se ao teto do valor do desconto das mercadorias. (cf. ANEXO F).
			Comparação: O termo "on sale" é utilizado no Brasil em vendas sazonais, logo ao final de cada estação ou, devido a mudança da moda. Em Inglês a designação é genérica, visto que o relevo é dado na "venda" de qualquer produto. O modelo situacional fará remissão ao fato de o produto estar ou não sendo liquidado. No português, não há falta vocabular, razão pela qual o uso fica restrito a grupos de maior poder econômico, ou a lojas de grife.	
		Criatividade em Língua Portuguesa	Denominação = "On sale", não há criatividade no português-brasileiro, pois o termo estrangeiro não recobre novo conceito, mas convive com aqueles já existentes.	
Síntese			A denominação estrangeira "on sale" concorre com "liquidação", "oferta", "bota-fora", e se apresenta registrado em língua escrita, nos grandes centros urbanos, em vitrines de lojas de grifes, situadas em shoppings Centers e/ou jardins, cujos clientes são membros de uma elite financeira. Como não há falta vocabular e, no Brasil, há parassinônimos significantes para cobrir o conceito, o uso se faz marco de estilo de um grupo social. Embora tenha sofrido transmutação fonética não foi incorporado ao vocabulário geral do idioma português-brasileiro.	

Processos de transmutação dos estrangeirismos em empréstimos lingüísticos				
a) Mudança fonomorfológica-sintático-semântica com produtividade lexical				
PROCESSOS	Dimensões da base lexical	Em língua escrita = gráfica	Inglês	Português-brasileiro
			Start	Start
			comparação: não houve alteração na formatação gráfica.	
		Em língua falada = fonética	Alfabeto fonético Internacional [sta:t]	*Alfabeto fonético Internacional [ɪs'tɑ:tʃɪ]. Alfabeto fonético da Convenção Brasil-Portugal [ˈɪstɑ:tʃi]
			Comparação: * Pronúncia aportuguesada, há: a) emprego da vogal reduzida [i] , uma vez que a vogal forma base silábica no português;b) emprego da fricativa chiante [tʃ] na realização sonora do "t"; c) emprego da vogal reduzida [i], marcando a sílaba final átona.	
		Morfossintática (transmutação da Língua "A" para a Língua "B")	Start (verbo)	Start (verbo) ou Estartar (verbo)
			Comparação: Palavra simples e de mesma classe gramatical em ambas as línguas. Porém, em português-brasileiro start derivou a forma "estartar" verbo.	
		Semântica	Start = começar, iniciar, dar a partida (de motor); palavra geralmente utilizada na área da informática e em aparelhos eletro-eletrônicos para dar comandos, como por exemplo: controle remoto de tv.	Start = começar, iniciar, dar a partida (de motor); palavra geralmente utilizada na área da informática e em aparelhos eletro-eletrônicos para dar comandos, como por exemplo: controle remoto de tv.
			Comparação: o verbo "start" do Inglês, recobre a mesma ação em ambas as línguas, mas em português-brasileiro derivou-se de "start" a forma: "estartar" que também é verbo.	
		Criatividade em Língua Portuguesa	Denominação = "Start" (verbo em Inglês) ao ser utilizado pelo falante brasileiro, transformou-se por um processo criativo de adaptação fônica em "estartar" = dar um start, seguindo a terminação da primeira conjugação dos verbos em português "-ar". Comando utilizado para ligar ou colocar em funcionamento aparelhos eletro-eletrônico e ou motores.	
Síntese		A denominação estrangeira "Start" provém do uso de tecnologia, é aportuguesada e se fez produtiva nela mesma ou por perífrase: "dar um start". No português-brasileiro, derivou o verbo "estartar". A forma "Start" não consta no VOLP.		

Processos de transmutação dos estrangeirismos em empréstimos lingüísticos				
b) Mudança fonomorfológica-sintático-semântica sem produtividade lexical				
PROCESSOS	Dimensões da base lexical	Em língua escrita = gráfica	Inglês	Português-brasileiro
			Off	Off
		Comparação: não houve alteração na formatação gráfica.		
		Em língua falada = fonética	Alfabeto fonético Internacional [ɔ:f]	*Alfabeto fonético Internacional ['ɔfi]. Alfabeto fonético da Convenção Brasil-Portugal [ɔ̃f]
			Comparação: * Pronúncia aportuguesada: a) cancelamento do prolongamento da consoante [ɔ:f] do Inglês para [f] simples no português; b)acréscimo da vogal reduzida [i], base silábica do português.	
		Morfossintática (transmutação da Língua "A" para a Língua "B")	off (preposição)	off (preposição)
			comparação: lexia simples e de mesma classe gramatical em ambas as línguas.	
		Semântica	Off = lexia que pode ter significados diferentes conforme seu emprego no sintagma, de acordo com diferentes classes gramaticais: (adj.) desligado, desocupado, livre; (prep.) fora ou fora de; (adv.) embora, distante; (verbo) ir embora, retirar-se, recuar.	Off = lexia que pode ter significados diferentes de acordo com o uso, (adj.) desligado, utilizado com o significado de "desligar" aparelhos eletro-eletrônicos; (prep.) fora ou fora de, utilizado em vitrines de lojas para demonstrar desconto nos preços de até por exemplo 70% (cf. ANEXO F).
			Comparação: O termo "off" é utilizado no Brasil em aparelhos eletro-eletrônicos, como televisores, para indicar desligar ou desligado, em lojas de shopping centers o termo é utilizado em vendas sazonais, logo ao final de cada estação ou, devido a mudança da moda, com o significado de preços reduzidos. O modelo situacional fará remissão ao fato de o produto estar ou não sendo liquidado. No português, não há falta vocabular, "Off" - utilizado apenas na forma escrita - concorre com liquidação, oferta, saldo, bota fora, razão pela qual o uso fica restrito a grupos de maior poder econômico, ou a lojas de grife. Em Inglês a designação é genérica, visto que o termo é utilizado em diferentes campos semânticos com significados diferentes.	
Síntese		Criatividade em Língua Portuguesa	Denominação: "Off" do Inglês, não há criatividade em português-brasileiro, pois o termo estrangeiro não recobre novo conceito, mas convive com aqueles já existentes. Porém quando utilizado no comércio para sinalizar desconto, oferta, ou liquidação, muitas vezes não é reconhecido pelo falante, pois nem todos dominam o idioma Inglês, "off" neste caso é entendido por eles como desligar ou desligado uso mais frequente desta lexia entre a população brasileira devido a utilização de aparelhos eletro-eletrônicos.	
			A denominação estrangeira "off" concorre com "liquidação", "oferta", "bota-fora", e se apresenta registrado em língua escrita, nos grandes centros urbanos, em vitrines de lojas de grifes, situadas em shoppings Centers e/ou jardins , cujos clientes são membros de uma elite financeira. Como não há falta vocabular e, no Brasil, há parassinônimos significantes para cobrir o conceito, o uso se faz marco de estilo de um grupo social. Embora, tenha sofrido transmutação fonética não foi incorporado ao vocabulário geral do idioma português-brasileiro, mesmo sendo utilizada constantemente pelos usuários de aparelhos eletro-eletrônicos com o significado de "desligado".	

Processos de transmutação dos estrangeirismos em empréstimos lingüísticos				
a) Mudança fonomorfológica-sintático-semântica com produtividade lexical				
PROCESSOS	Dimensões da base lexical	Em língua escrita = gráfica	Inglês	Português-brasileiro
			Eject	Eject
			Comparação: não houve alteração na formatação gráfica.	
		Em língua falada = fonética	Alfabeto fonético Internacional [idʒ'ekt]	*Alfabeto fonético Internacional [e'jektʃi]. Alfabeto fonético da Convenção Brasil-Portugal [ejɛtʃ ⁱ]
			Comparação:* Pronúncia aportuguesada : a) cancelamento da consoante [k] do inglês, no português-brasileiro; b) a consoante [t] do inglês realiza-se como fricativa chiante [tʃ] no português; c) acréscimo da vogal reduzida [i], base silábica do português, no final da palavra.	
		Morfossintática (transmutação da Língua "A" para a Língua "B")	Eject (verbo)	Eject (verbo) ou Ejetar (verbo)
			Comparação:lexia simples e de mesma classe gramatical em ambas as línguas.Porém em português-brasileiro "eject" derivou a forma "ejetar".	
		Semântica	Eject = (verbo) lançar, jogar fora, expelir, dispensar, destituir, depor.	Eject = (verbo) lançar, jogar fora, expelir, palavra utilizada na área da informática e em aparelhos eletro-eletrônicos para lançar ou retirar fitas, cds, dvs que estejam dentro destes.
			Comparação: o verbo "eject" do Inglês, recobre a mesma ação em ambas as línguas, mas em português-brasileiro derivou-se de "eject" a forma: "ejetar" que também é verbo.	
		Criatividade em Língua Portuguesa	Denominação = "Eject" (verbo em Inglês) ao ser utilizado pelo falante brasileiro, transformou-se por um processo criativo de adaptação fônica em "ejetar" = dar um eject, seguindo a terminação da primeira conjugação dos verbos em português "-ar". Comando utilizado para retirar de aparelhos eletro-eletrônicos fitas, cds, dvds.	
Síntese		A denominação estrangeira "eject" provém do uso de tecnologia, é aportuguesada e se fez produtiva nela mesma ou por perífrase: "dar um eject". No português-brasileiro, derivou o verbo "ejetar". A forma "eject" não consta no VOLP.		

Processos de transmutação dos estrangeirismos em empréstimos lingüísticos				
b) Mudança fonomorfológica-sintático-semântica sem produtividade lexical				
PROCESSOS	Dimensões da base lexical	Em língua escrita = gráfica	Inglês	Português-brasileiro
			Compact disc	CD
		Comparação: houve alteração na formatação gráfica de sintagma para sigla.		
		Em língua falada = fonética	Alfabeto fonético Internacional [k'ompækt disk]	*Alfabeto fonético Internacional [se'de]. Alfabeto fonético da Convenção Brasil-Portugal [sedé]
			Comparação: * Pronúncia aportuguesada, redução fonética das palavras [k'ompækt disk] pela sigla [se de].	
	Morfossintática (transmutação da Língua "A" para a Língua "B")	Compact disc (adjetivo + substantivo)		CD (substantivo)
		Comparação: substantivo composto em Inglês, porém substantivo simples em português-brasileiro. "CD" deixa de ser sigla em português-brasileiro e passa a ser palavra por processo de transmutação fonológica.		
	Semântica	Compact disc = disco compacto utilizado para gravação digital.		CD = disco compacto utilizado para gravação digital.
		Comparação: não há qualquer mudança no que se refere ao conteúdo da designação.		
	Criatividade em Língua Portuguesa	Denominação = "compact disc" do Inglês, não é mais utilizada no Brasil, sendo substituída pela sigla CD bem como ocorreu com DVD (Digital, Versatile Disk), CD-R (CD-Rom), Compacto e videodisco (cf. Santos 2006: 133). Porém "CD" deixou de ser sigla no português brasileiro e passou a ser palavra (substantivo simples) por um processo de transmutação fonológica.		
Síntese		A denominação estrangeira "compact disc" - produto de tecnologia - sofreu um aportuguesamento fonético que implicou no uso da sigla "CD". Tornou-se empréstimo em português-brasileiro mesmo havendo palavras que recobrem a mesma designação na língua nacional: disco compacto. Porém, a forma "disco compacto" ou "compacto" foi usada no passado para os discos fonográficos de vinil, em tamanho pequeno, com a chegada do disco digital o falante optou pela sigla conforme a língua de origem do novo produto de tecnologia, por este recobrir outro conteúdo de designação que não era o vinil.		

Processos de transmutação dos estrangeirismos em empréstimos lingüísticos				
b) Mudança fonomorfológica-sintático-semântica sem produtividade lexical				
PROCESSOS	Dimensões da base lexical	Em língua escrita = gráfica	Inglês	Português-brasileiro
			Mouse	Mouse
			Comparação: não houve alteração na formatação gráfica.	
		Em língua falada = fonética	Alfabeto fonético Internacional [maus]	*Alfabeto fonético Internacional ['mawzi]. Alfabeto fonético da Convenção Brasil-Portugal [mǎwzʲ]
			Comparação: * Pronúncia aportuguesada: houve acréscimo da vogal reduzida [i], base silábica do português, no final da palavra.	
		Morfossintática (transmutação da Língua "A" para a Língua "B")	Mouse (substantivo)	Mouse (substantivo)
			Comparação: lexia simples e de mesma classe gramatical em ambas as línguas.	
Semântica	mouse = aparelho utilizado no computador para dar comandos, como por exemplo: localizar os ícones na tela (cursor).	mouse = aparelho utilizado no computador para dar comandos, como por exemplo: localizar os ícones na tela (cursor).		
	Comparação: não há qualquer mudança no que se refere ao conteúdo da designação.			
Criatividade em Língua Portuguesa	Denominação = "mouse" do Inglês, não há criatividade em português-brasileiro, pois o termo emprestado recobre produto novo, não existente no Brasil (regra da falta vocabular).			
Síntese		A denominação estrangeira "mouse" - produto de tecnologia - tornou-se empréstimo pela "regra da falta" vocabular, ou seja não havia em português palavra que recobrisse o objeto novo. Porém, sofreu aportuguesamento fonético e aparece registrada no VOLP como palavra estrangeira.		

Processos de transmutação dos estrangeirismos em empréstimos linguísticos				
b) Mudança fono-morfológica-sintático-semântica sem produtividade lexical				
PROCESSOS	Dimensões da base lexical	Em língua escrita = gráfica	Inglês	Português-brasileiro
			Banner	Banner
			Comparação: Não houve alteração na formatação gráfica.	
		Em língua falada = fonética	Alfabeto fonético Internacional ['bæne]	* Alfabeto fonético Internacional ['baner]. Alfabeto fonético da Convenção Brasil-Portugal [báneɾ]
			Comparação:* Pronúncia aportuguesada: a) [æ] do Inglês transmuta-se, no português em uma vogal médio-palatal fechada, em decorrência da vogal nasal subsequente a ela; b) realização sonora de [er], acompanhando a grafia da palavra [æ>er].	
		Morfofossintática (transmutação da Língua "A" para a Língua "B")	Banner (substantivo)	Banner (substantivo)
			Comparação: lexia simples e de mesma classe gramatical, em ambas as línguas.	
		Semântica	Banner = bandeira ou estandarte de tecido.	Banner = faixa geralmente plástica, utilizada pelo comércio para fazer propaganda de produtos, às vezes também é utilizada em esquinas ou cruzamentos de ruas para anunciar eventos, shows e/ou animais perdidos.
			Comparação: Mudança de conteúdo da designação; pois, no Brasil, o vocábulo não recobre o conteúdo de bandeira ou estandarte, recobre apenas a concepção de faixas que funcionam como anúncio.	
		Criatividade em Língua Portuguesa	Denominação 1 = "banner" na língua inglesa bandeira ou estandarte. A denominação Inglesa para faixa seria <i>strip</i> ou <i>sash</i> (cinto); <i>belt</i> (em karatê, judô); <i>lane</i> (da estrada); <i>crosswalking</i> (de pedetres), etc. No Brasil, a designação faixa é genérica para designar aqueles que anunciam "perdas" ou "produtos e serviços", incluindo as de trânsito; o cinto é diferente da faixa, pois o primeiro funciona para prender a calça a cintura; já a faixa funciona para prender curativos ou para prender peças de roupa que recobrem o tronco em peças desprovidas de botões (faixa de judô), também se faz simbólica pelo uso de cores.	
Síntese	A denominação estrangeira "banner" foi reinterpretada pelo falante brasileiro, o aportuguesamento implicou restrição de sentido para recobrir o campo de designaçãoque, a fez sinônimo para "faixa", já registrada no vocabulário nacional e utilizada com grande frequência ao lado de "banner". Tornou-se empréstimo, houve o aportuguesamento fonético e semântico, entretanto "banner" está registrada no dicionário VOLP como palavra estrangeira.			

3.5.2 Resultados Obtidos

As análises apontam para a necessidade de estudos mais específicos no campo da fonologia, com vistas a explicitar, por um ponto de vista científico, a interpretação do sistema fonológico do inglês por aquele do português brasileiro. Tal interpretação decorrente da regra da falta, devido a não equivalência entre os dois sistemas fonológicos, leva os usuários brasileiros a realizarem, no exercício de suas atividades de fala, como vogais abertas aquelas do inglês que não têm equivalência em português, como é o caso de:

- *hot dog*, em que o fonema vocálico [o] é interpretado por [ó]
- *fast food*, em que o fonema vocálico [æ] é interpretado por [ê]
- *self service*, em que o fonema vocálico [ʌ] é interpretado por [é]
- *off*, em que o fonema vocálico [ɒ] é interpretado por [ô]

O mesmo ocorre com as consoantes:

- “h” que, inexistente em português, é interpretada por [r]
- “s”, no início de fonemas vocabulares do inglês, como em *start* e *scanner*, por exemplo, sofrem o acréscimo da vogal “i” ou “e”, pronunciadas [i'startsⁱ] ou [e'startsⁱ] devido à neutralização do fonema, para formar sílaba inicial, visto que em português não se inicia sílaba por “s”.
- acréscimo das vogais “e” ou “i” também no final de sílabas que, em inglês, terminam por consoantes: [i'startsⁱ]; [fɛst^sʰɪdʒⁱ]; [dɒgⁱ]; [sɛw^f].

Esses poucos exemplos, acredita-se, não dão conta da totalidade de questões implicadas nos processos de fonologização de que resultam pronúncias diferenciadas em ambas as línguas. Contudo, essa pequena amostragem revela facilidades e dificuldades inerentes à nacionalização, inscritas na pronúncia dessas formas vocabulares, mas que não impedem sua adoção pelos usuários do idioma português. Tal fato ainda faz pressupor a não necessidade de se falar a língua estrangeira, no caso o inglês, para se adotar palavras do seu vocabulário, pois o falante é capaz de projetar, identificar e transferir para a sua pronúncia aquela do usuário da outra língua estrangeira.

O grau de identidade/não identidade entre os dois sistemas fonológicos explicita-se pelos hábitos articulatórios que asseguram a identidade da pronúncia do

idioma, bem como a formação silábica prevista e pressuposta pelo sistema que serviu e serve de suporte para a sua constituição idiomática. Logo, se o usuário do idioma português reinterpreta a pronúncia do inglês significa que esse esforço de interpretação não pode ser avaliado como sinônimo de adesão ao sistema da língua inglesa, na medida em que tal esforço está em manter a idiomaticidade que lhe assegura identidade sócio-cultural e nacional.

Na dimensão morfológica e/ou morfossintática a equivalência não unívoca entre os dois sistemas se mantém, de sorte que a regra da falta continua respondendo pelos processos de interpretação para tornar familiar o que não é familiar. Não se trata, portanto, de simples adaptação, mas da busca fundamentada no processo de comparação que pressupõe projeção, identidade e transferência de um sistema para outro, para assegurar a identidade sócio-cultural do importador da(s) forma(s) vocabular(es). Assim, nesse esforço, é orientado pelo princípio da equivalência que sempre se explica pelo da gradação.

As análises apontam para os seguintes fatos, registrados abaixo.

A) Em se tratando de formas vocabulares compostas, tem-se:

a.1) combinatória de dois morfemas lexicais, quer em inglês, quer em português:

- o usuário interpreta o modelo de estrutura do processo de composição em língua inglesa e o re-configura pelo modelo da língua portuguesa.

Nesse contexto, situa-se “hot dog” que não só é interpretado como cachorro-quente, mantendo grau significativo de equivalência semântica entre os vocábulos de ambas as línguas, mas invertendo o uso do adjetivo que, em português, é posposto e não anteposto ao substantivo. O uso do adjetivo anteposto ao substantivo explica-se apenas como recurso estilístico, em português. Nesse caso, a analogia se explica pela análise da proporcionalidade qualificada por alto grau de similaridade entre as expressões: hot-dog = cachorro-quente.

No que se refere ao conteúdo semântico da forma vocabular emprestada, é preciso considerar que, no Brasil, o adjetivo “hot” perdeu parte de sua carga semântica (+ apimentado, + picante), pois o brasileiro, em vez do molho chucrute e da mostarda apimentada, prefere maionese, catchup, mostarda e purê da batata (quando se trata de pequeno lanche). Quando se trata do “dogão” ou “cachorrão”, a esses molhos acrescenta-se batata-palha, queijo cheddar e/ou molho vinagrete. O uso da expressão “cachorro completo” já se faz freqüente como parassinônimo de

“dogão” e/ou “cachorrão”. Assim, pelo processo de deriva tem-se o sinal de “lanche grande” registrado no sufixo “-ão” e não “big” do inglês.

Outro aspecto relevante, além da diferença entre os ingredientes, é o preparo desse lanche em estados do nordeste, como Pernambuco, em que se designa por “cachorro quente” um lanche feito de “pão de banha” recheado com carne e lingüiça calabresa, moídas e refogadas com vários temperos brasileiros. Neste caso, a designação “cachorro-quente” atribui relevo apenas ao tipo de pão: o contedor, pois o conteúdo deixa de ser a salsicha. Logo, a salsicha só se fará parte integrante do lanche, se o cliente explicitar: quero um hot dog de salsicha. Por conseguinte, tem-se uma interpretação da cultura alimentar inglesa pela do brasileiro.

Assim, segundo Guilbert (1975), esse vocábulo estrangeiro⁵ processado pelas matrizes fonomorfológicas e sintático-semânticas do idioma português não só se incorpora ao seu sistema lexical, mas também pela desconstrução do processo de composição que tem o substantivo como base lexical da produção por derivação: dogão e cachorrão. Todas as formas designativas mencionadas estão integradas ao vocabulário geral e, embora cada uma delas atribua relevo diferenciado ao tipo de lanche, criado nos EUA, tal relevo aponta para a variedade do conteúdo que recheia o “pão de banha”, de formato alongado. O brasileiro digeriu o nome do lanche e o reinterpretou e, ao reinterpretá-lo, criou mais outras designações para precisar tal variedade, adaptada aos seus hábitos e paladar. O empréstimo, neste caso, sofreu alto grau de extensividade pela criatividade lexical. A alta frequência de uso de hot dog, em língua escrita, convive com a alta frequência de uso de cachorro quente, dogão e cachorrão em língua oral, principalmente nas cidades do interior dos estados brasileiros e regiões norte, nordeste e centro-oeste.

a.2) combinatória de dois morfemas lexicais, em inglês, mas não em português:

- o usuário interpreta o modelo de estrutura do processo de composição da língua portuguesa; contudo, um dos termos perde sua forma original e, por conseguinte, o seu conteúdo semântico.

Nesse contexto, situa-se “cheeseburger”, em que “cheese” é interpretado por “X”, mantendo-se “burger”. O queijo (cheese) desaparece do conteúdo semântico da nova designação, mas não o “burger” que, como conteúdo do pão, pode ser

⁵ Hot- dog foi introduzido no Brasil, em 1926, quando o sanduíche é lançado no centro da cidade do Rio de Janeiro e vendido nos cinemas e, a partir de então, popularizou-se.

substituído por picanha ou calabresa. Quanto ao queijo do tipo “cheddar”, cede lugar ao do tipo “prato” ou “mussarela” ou, ainda, o “mineiro” tipo “fresco”.

Assim, na dimensão morfológica e/ou morfo-sintática, a equivalência não unívoca entre os dois sistemas se mantém e a regra da falta responde pelo processo de interpretação da forma estrangeira. A composição se mantém pela seguinte equivalência analógica: *cheeseburger* : *x-burger*, *x-salada* :: *x-burger* : *x-picanha* : *x-calabresa*. Nessa acepção, a incorporação do signo, no sistema lexical do idioma português se faz produtiva e, nessa produtividade, o primeiro lexema “cheese” [ˈtʃiːz] é reduzido a [ʃis] e o segundo é substituído: *burger* (= bolinho de carne) por picanha, calabresa...

Observa-se que, à semelhança de *hot dog*, tem-se a repetição de fatos análogos quanto ao processo de interpretação, de sorte que, embora controlado pela manutenção da concepção de lanche, o grau de similaridade entre o que o estadunidense designa por *hot dog* e por *cheeseburger* vai se distanciando. Esse distanciamento se deve à propagação de semelhanças em semelhanças: *cheeseburger* ⇔ “X” e *burger* ⇔ picanha, calabresa, *salada*... O mesmo processo ocorre com os molhos: purê de batata, maionese, mostarda, *catchup*, batata-palha, vinagrete. Logo, o modelo de representação cognitiva é flexibilizado pelos marcos culturais deste povo latino que não associa, de modo inexorável, queijo – carne; mas opta pela carne e sua variedade. Quanto ao queijo, este é sempre optativo.

Para Morin (2005), a identidade com a analogia original (*salsicha* – semelhança com o cachorro *bassê*) vai se perdendo, pois o cachorrão não é mais o *bassê* e sim o “grande cachorro”, o que alimenta bem. Desta feita, o pequeno almoço se faz grande; no que se refere ao queijo, ele é mais leve do que a carne; digerido mais rapidamente pelo organismo.

a.3) combinatória de dois morfemas lexicais que não mais se remetem à relação morfo-sintático-semântica: *contedor* ⇔ *conteúdo* e sim à relação *caracterizador* ⇔ *caracterizado* para designar “refeição rápida”, ou lugar em que a refeição é servida rapidamente. A rapidez, portanto, qualifica tanto o “lugar” quanto a “refeição”.

Nesse caso, o vocábulo funciona como parassinônimo de restaurante estadunidense que, no Brasil, funciona sob a forma de franquias. O brasileiro, contudo, não vai a fast-food, e sim ao Mac Donald’s, ao Bob’s, ao Burger King para um lanche rápido, no horário do almoço. Neste caso, houve uma reinterpretação

circunscrita apenas à dimensão fonológica, de modo que a palavra se mantém estrangeira na dimensão morfossintático-semântica. Assim, o grau de não identidade é mantido com a língua inglesa, o que justifica a não produtividade do vocábulo.

Segundo Guilbert (1975), as transformações semânticas, mesmo as mais simples, sempre implicam a extensão ou transformação da “coisa designada” e, neste caso, a ausência de extensão ou transformação está registrada na mudança morfossintática do termo que se mantém estrangeiro e é empregado por grande parte do povo brasileiro. Logo, não foi incorporado ao vocabulário da língua geral. Ir ao Mac Donald’s é ir a uma “lanchonete”: palavra que, no Brasil, serve para diferentes tipos de lanches — inclusive os vários tipos de “Xis”, além de salgadinhos, por exemplo.

a.4) combinatória de dois morfemas: o primeiro de natureza dêitica — pronome “se”; o segundo de natureza não dêitica, designação propriamente dita da classe do verbo = servir-se:

- o usuário, ao contrário do caso anterior, reinterpreta o vocábulo inglês pela estrutura morfossintático-semântica do português, de sorte a reconfigurar o conceito importado pelas matrizes de sua cultura.

Neste caso, atribui relevo ao lugar em que as pessoas se dirigem: um balcão de variados alimentos frios — saladas, legumes, maioneses, tortas ... — e quentes, também bastante variados; e, depois de selecionar, dentre eles, porções, dirigem-se ao caixa. Esse funcionário cobra o valor dos alimentos selecionados, tendo por parâmetro o seu peso. A esse processo de “servir-se”, designa “restaurante por quilo” = aquele em que se alimenta pelo preço pago em quilogramas. “Ir ao/no quilo” já é uma construção metonímica de grande uso pela população, pois esse tipo de restaurante tem-se estendido também para cidades do interior brasileiro, onde a expressão “self service”, não é empregada pelos usuários ou freqüentadores.

A criatividade inscrita no processo interpretativo desse modo de proceder “scriptural”⁶, no Brasil, atribui relevo à quantidade do alimento pesado e não ao

⁶ scriptural – de script – modelo cognitivo referente a processos complexos que implicam um conjunto de ações (verbos), organizadas no eixo do tempo por antecedentes e conseqüentes (dirigir-se ao balcão de pratos, bandejas e talheres (t.a.), colocar prato, talheres e guardanapo na bandeja (t.p.); (t.a.) percorrer o balcão de frios, (t.p.) selecionando porções ... tais ações estabelecem uma ordenação, segundo a qual o sujeito procede no mundo da vida.

sujeito que deixa de ser servido para servir-se. Assim, a designação se qualifica como recorte de uma das ações desse processo, formalizada não mais pela composição normal que designa relações semânticas do tipo contedor↔conteúdo, caracterizador↔caracterizado, por exemplo. Tal recorte faz remissão à totalidade do processo, circunscrito a um lugar — restaurante — qualificado e diferenciado de outros pelo modo como a refeição é servida. Assim, a designação é formalizada, em português brasileiro, por um sintagma designativo em que “quilo” se opõe a outros tipos de restaurantes, principalmente àqueles em que se é servido.

No que se refere ao significado de “rapidez”, este depende do tempo disponível para o almoço; razão por que ele não se faz relevante para o conteúdo condensado pela nova forma vocabular. Têm-se, então, duas criações metonímicas: “restaurante por quilo” e “quilo”. A não criação de novas lexias se explica pelo fato de não se estar designando simplesmente “coisas no mundo”, mas procedimentos humanos, em relação a elas. Desse modo, a extensividade semântica está no foco que responde pelo recorte diferenciado dado no processo e nos alimentos servidos: mais diversificados, coloridos e abundantes, no Brasil.

Os empréstimos analisados, acima, referem-se ao campo semântico da alimentação que povoa o mundo da vida e se faz diferenciado de povo para povo e, muitas vezes, de região para região, em um mesmo território nacional.

Os compostos que se seguem remetem-se ao campo do deslocamento corporal e àquele do mundo do trabalho, propriamente dito, que abarca o campo das novas tecnologias, do comércio, finanças e/ou economia. Os resultados obtidos das análises serão agrupados em relação a esses campos.⁷

Em se tratando de deslocamento corporal do sujeito, tem-se “city-tour” — quando o sujeito, no exercício do papel de turista, é deslocado por meio de ônibus ou van por cidade(s) que está visitando, para conhecer os chamados “pontos turísticos”. O termo foi introduzido no Brasil, a partir do desenvolvimento dessa modalidade de comércio que mobiliza e movimenta a economia dos países e/ou de seus estados que recebem o estrangeiro, em viagens de férias, ou períodos de festividades propagadas e vendidas como grandes espetáculos. Tal comércio se intensificou, no Brasil, a partir das últimas décadas e exige grandes investimentos e

⁷ “on sale” e “off” foram tratados nas páginas 106-107 deste capítulo, além de explicitados nos quadros I e L (pp. 124 e 126), nada há a acrescentar.

infra-estrutura, bem como a construção de hotéis e restaurantes, cujo grau de sofisticação depende da classe social ou poder aquisitivo do turista.

A designação estrangeira sofreu apenas interpretação fonética, na medida em que a concepção referente a esse modo de proceder em relação ao turista, sedimentada em países de civilizações antigas — Grécia, Egito, China ... e os da Europa — foi assimilado pelos estadunidenses, cujo turismo tem por marco as edificações e espetáculos da Civilização Moderna.

Nesse contexto, o empréstimo, à semelhança do anterior, é um recorte de um procedimento “scriptural” designado de modo genérico: deslocar-se pela cidade, ou entre cidades, para apreciar pontos turísticos. “Vamos fazer um tour pela cidade”, “pelos bares da cidade”, “pelo centro da cidade”, “pelos shoppings centers” ... são as variações de uso empregadas pelos brasileiros, na condição de não turistas. Trata-se, portanto, de um empréstimo no sentido lato do termo, cujo grau de nacionalização está apenas na dimensão fonética

B) Em se tratando de formas vocabulares simples, tem-se:

b.1) O empréstimo “telemarketing” para se referir à venda de produtos e de serviços, por meio de telefone, à qual se segue o “delivery” = entrega rápida, à semelhança de “city-tour”, sofreu apenas reinterpretação fonética e tem co-ocorrência com a expressão “venda por telefone”. Seu uso está circunscrito, quanto à frequência, a grupos que atuam na área comercial, visto que a população emprega “venda por telefone” e “serviço de entrega”, razão pela qual os porteiros dos edifícios avisam para o morador “entrega de pizza”, por exemplo. Dessa mesma forma, o morador “liga para a pizzeria”, “pede uma pizza”, mas jamais “faz uso do *delivery* da pizzeria Bela Pizza”, por exemplo.

b.2) O vocábulo “workshop”, também de uso freqüente por alguns poucos grupos de usuários, sofreu tão somente reinterpretação fonética. Empregado para cursos de treinamento de pessoal em empresas, seu uso foi deslocado para o sistema de ensino escolar de sorte a qualificar o uso de recursos didáticos: gráficos, mapas, sínteses das idéias principais de uma comunicação oral (aula, palestra, conferência...). Todavia, a diferença entre “treinar” e “ensinar” tem feito com que o grau de frequência de uso desse vocábulo seja suplantado pelos vocábulos “oficina”, “seminários”, por exemplo. Assim, o relevo dado em “material didático” -

compreendido como um meio, ou recursos estratégicos, que coloca a técnica a serviço do ensino, e não o contrário, responde pelo fato de ele estar sendo deslocado desse campo para ficar circunscrito ao mundo empresarial.

b.3) No caso de “compact disk”, observa-se que o processo de nacionalização implicou a transformação por abreviação do vocábulo composto por justaposição em língua inglesa. Tal abreviação teve por suporte a seletividade das consoantes iniciais de um dos lexemas do composto, de sorte a qualificar-se como sigla, passando a funcionar como palavra primitiva (SILVA & KOCH, 2001 p. 36), sem possibilitar, contudo, a formação de outras/novas formas vocabulares. Observa-se que tal procedimento interpretativo manteve a concepção de “disco compacto” e assim foi incorporado como signo do sistema lexical do idioma português.

b.4) A designação inglesa “banner” foi apenas fonologicamente aculturada e se mantém como vocábulo estrangeiro no campo da publicidade e propaganda. Contudo, não se integrou ao vocabulário geral da língua portuguesa; razão por que a designação “faixa” ou “faixa grande” se mantém no uso geral. A distinção entre “faixa” e “banner” circunscreve-se apenas a esse grupo de especialistas e àqueles do mundo do comércio e da indústria que fazem uso dos serviços prestados pelos publicitários para divulgar eventos. Tal distinção também é feita pelo público universitário, mas também referente à publicidade e/ou publicação em/de eventos.

b.5) No caso de “scanner”, designação de um aparelho reproduzidor de textos formalizados por imagens e/ou sinais da língua escrita, por meio de digitalização, a reinterpretação abarca: a) a dimensão fonética pelo acréscimo do fonema [ⁱ] que, em posição inicial é neutralizado; razão por que é pronunciado [ʰskáner] ou [ʰskáner]; b) tal acréscimo, implicando a produção de sílaba inicial, contribui para inserir a palavra na estrutura silábica da língua portuguesa (não aceita sílaba formada apenas por consoante); c) a combinatória do fonema vocálico com o consonantal /s/ é freqüente em português – escola, esqueleto, por exemplo – bem como a terminação da forma vocabular em “r”.

Nesse sentido, a reinterpretação fonológica “acomoda” o novo vocábulo à formação de novos vocábulos em língua portuguesa. Por conseguinte, o termo inglês construído pela deriva do verbo inglês “scan” - fazer uso da máquina para

reproduzir textos – torna-se produtivo em português, facultando a formação de verbo e de adjetivo pelo sistema de deriva: “escanear”, “documento escaneado”. Tal fato aponta, segundo Guilbert (1975), que o novo vocábulo foi incorporado ao sistema lexical da língua portuguesa. O seu uso será propagado à medida que a máquina se tornar de uso popular.

b.6) Os verbos “start” e “eject”, importados do inglês, à semelhança de “scanner”, pela reinterpretação fonético-fonológica, acomodam-se ao sistema morfológico do português. O primeiro, forma sílaba em posição inicial pelo acréscimo de /i/, pronunciado como [i] ou [e]; o segundo, pelo acréscimo da vogal temática /a/ seguida do morfema “r” como sinal da forma infinitiva.

Nesse caso, tem-se a incorporação ao vocabulário do português, como signo lexical; bem como o uso do novo lexema como base do sistema de deriva: “ejetado”, ou como produção de parassinônimos: “dar um eject” [ejétsʲ]; “dar ou fazer um estarti” [ˈstartʲ].

A análise de mouse, consideradas as diferenças do campo semântico, é semelhante àquela de “city-tour”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se, ao final desta Dissertação, uso de habilidades de síntese para discutir os resultados obtidos no fluxo da investigação e, para tanto, são retomados os objetivos específicos que orientaram, por um lado, a investigação sobre o uso de estrangeirismos, no caso anglicismos, presentes no idioma português-brasileiro; por outro lado, a organização de cada um dos capítulos referentes à pesquisa realizada.

O caráter exploratório da investigação realizada foi configurado por três focalizações: uma primeira que privilegia o ponto de vista histórico-cultural, atribuindo relevo a diferentes contextos das formações sociais humanas, no fluxo de suas construções, para neles situar a formação do idioma português-brasileiro como um produto de contato entre diferentes povos, usuários de línguas diferentes; uma outra mais ampla referente a contextos sócio-histórico-culturais que configuram formações sociais humanas cujo suporte é o desenvolvimento de tecnologias; e uma terceira, circunscrita à Ciência do Léxico, com vistas a verificar quais são as estratégias implicadas no processo de nacionalização de vocábulos estrangeiros que, na atual contemporaneidade, foram ou estão sendo incorporados ao vocabulário do idioma português-brasileiro.

O olhar digressivo, sustentado pelo ponto de vista sócio-histórico-cultural e mobilizado pelo tempo presente em que se situa o pesquisador, possibilita afirmar que o idioma falado no Brasil, e considerado como língua de contato, é uma das arquiteturas, das diferentes arquiteturas do português europeu.

A busca por exemplificar esses contatos exigiu uma leitura compreensiva de diferentes e variados registros capazes de facultar uma organização teórico-metodológica que apontasse a formação do idioma português e da contemporânea língua portuguesa falada no Brasil, bem como a transmutação de estrangeirismos em empréstimos lingüísticos. Tais contatos propiciaram a propagação de palavras testemunhas, frutos da criação de produtos de ciência e tecnologia, bem como de hábitos e costumes.

Os fundamentos da Lexicologia e os estudos realizados por Guilbert (1975), sobre criatividade lexical, nos quais o autor aponta para o fato de não existirem estrangeirismos e sim empréstimos lingüísticos, possibilitaram ancorar o propósito

desta Dissertação: discutir a transmutação de estrangeirismos em empréstimos lingüísticos.

O uso de termos estrangeiros, principalmente advindos do idioma inglês, tem aumentado muito nas últimas décadas, favorecidos por meios de comunicação mais ágeis e eficientes como telefone, fax, e-mail, Internet entre outros. Este fato trouxe à tona a discussão entre puristas - defensores do idioma português, estudiosos da língua e políticos, sobre o uso desses termos, cogitando-se até a proibição de uso, sob forma de lei, na qual se prevê pena e punições. A pureza do idioma português e a soberania nacional são defendidas pelos puristas, desconsiderando a própria formação do idioma português europeu, bem como a do português-brasileiro.

Nessa perspectiva, optou-se, num primeiro momento, por um estudo de caráter historiográfico para que este pesquisador pudesse aprofundar seus conhecimentos referentes a contextos sócio-histórico-culturais, visto que se pressupôs serem eles sustentáculo para a formação do vocabulário fundador das línguas naturais e estas, suporte para o entendimento dos estrangeirismos contemporâneos, convertidos ou não em empréstimos – objetivo específico proposto para o primeiro capítulo. O produto desse procedimento, registrado no primeiro capítulo desta Dissertação, garantiu ao pesquisador compreender que:

- a) a concepção de cultura é genérica, expressa a sabedoria humana e se inscreve em diferentes culturas e que sua transmissão de geração em geração se realiza por meio de processos de reinterpretação, o que lhe facultou, ao mesmo tempo, a compreensão dos processos de formação dos repertórios culturais e a dinâmica inerente à mutabilidade e criação de novas formas vocabulares;
- b) se, por um lado, os homens se identificam e se unificam pela linguagem; por outro lado, eles se dispersam e se diferenciam pela línguas: produtos da diversidade cultural humana. Nelas, cada povo inscreve o modo como apreende e interpreta as mesmas coisas no mundo; todavia a assimilação de saberes e técnicas por culturas distintas, por meio de processos de propagação, implica empréstimos lingüísticos.

Apontou-se também, nesse capítulo, que o domínio exercido por certas sociedades sobre outras trouxe não só uma expansão territorial, mas também inovações tecnológicas que migraram de sociedade para sociedade. Tal migração é sempre acompanhada das palavras por meio das quais são designados seus inventos. No percurso desse deslocamento não só as novas tecnologias, mas também as palavras vão sofrendo adaptações, por meio de reinterpretações que implicam o ato de traduzir de uma cultura para outra, de uma língua para outra.

O capítulo II, também apresentado por uma perspectiva historiográfica, tratou da construção da identidade lingüística pela identidade cultural. Para tanto, tomou-se por ponto de partida a origem do português arcaico transportado para o Brasil na época da sua descoberta e colonização. Concebeu-se o idioma não só como língua de uma nação ou povo, mas também como uma construção arquitetônica que, edificada no fluxo de uma história de longo tempo, vai facultando a construção da sua própria identidade. Observa-se que a identidade está concebida como o que é semelhante, mas não igual e que ela – a semelhança – se inscreve em diferenças. Logo, o português-brasileiro é semelhante àquele de Portugal – tem a mesma estrutura – mas a sua singularidade se explica pela pluralidade de arquiteturas que qualificam seus usos idiomáticos por diferentes povos, habitantes de diferentes territórios, hoje, convertidos em nação que buscou assegurar a consciência da diferença do modelo arquitetônico de uma mesma estrutura ao eleger uma norma escrita como língua oficial e a torná-la padrão de prestígio.

Ressalta-se que essa diferença decorre do processo de idiomatização, cuja construção só se explica por um tempo histórico de convívio entre línguas diferentes. Compreendeu-se que a idiomatização do português-brasileiro se inscreve no léxico e data do século XVI: quando o português arcaico-provençal entra em contato com as línguas indígenas e africanas e o território americano se faz bilíngüe. Nesse contexto, o idioma brasileiro se explica como produto de contato entre tais línguas, da mesma forma que o português arcaico-provençal é produto de contato entre línguas e povos ibéricos, celtas, latinos, árabes, germanos...

Assim, o idioma brasileiro não equivale àquele do português propriamente dito, quer na esfera lexical, quer na gramatical, implicando modelos de expressividade de mundos representados que se fazem semelhantes nas diferenças culturais que unem e separam esses dois povos, cuja identidade lingüística não tem equivalência unívoca com a cultural.

Os registros constantes nos Capítulos I e II desta pesquisa possibilitaram ao pesquisador afirmar que “pureza” não é uma predicação adequada para se atribuir aos idiomas, nem às estruturas dos sistemas lingüísticos que servem de suporte para suas criações. Uma vez que os empréstimos lingüísticos são frutos de contato entre povos distintos, que carregam consigo cargas sócio-histórico-culturais diferentes. Estes empréstimos, em forma de palavras, viajam pelo mundo por razões distintas que acabam por criar a possibilidade de construção de identidades ou acentuar diferenças entre seres que sempre foram semelhantes, mas jamais iguais. Tal assertiva demonstra que os empréstimos decorrem da cultura e não de ações políticas, como defendem os puristas.

O Capítulo III, cujo objetivo específico foi o de compreender os processos de renovação e produtividade do sistema lexical do idioma português brasileiro, pela incorporação de empréstimos, apresentou fundamentos das Ciências do Léxico que responderam pelas análises da *corpora*, selecionada a título de exemplificação para o tratamento dos processos de nacionalização ou aportuguesamento de formas vocabulares estrangeiras, privilegiando-se apenas os de língua inglesa.

Tal análise possibilitou a diferenciação entre estrangeirismo e empréstimo, pois estas denominações não apresentam equivalência de sentidos entre si. De modo que todo estrangeirismo torna-se empréstimo à medida que é aportuguesado. No entanto, no caso de empréstimos que mantêm a sua forma como na língua de origem, pois não sofreram alteração na grafia, ocorre aportuguesamento devido à adaptação de certos fonemas por parte do falante que o utiliza. Este aportuguesamento restringe-se apenas à pronúncia, pois o falante brasileiro não consegue pronunciar as palavras da mesma maneira que o falante do inglês.

Nessa acepção, a pesquisa constatou que a aquisição e uso de novos vocábulos, bem como de uma língua estrangeira nunca ocorrem de forma isolada, e sim no fluxo da discursivização e têm por ancoragem os conhecimentos prévios do falante. De forma que a utilização de palavras estrangeiras exige do usuário não falante do idioma inglês um maior esforço de interpretação e de compreensão mesmo quando o repertório cultural da língua inglesa é empregado em enunciados estruturados pelas categorias frasais da língua portuguesa.

Na busca por compreender a transmutação de estrangeirismos em empréstimos não se fez distinção entre formas vocabulares e seus respectivos

conteúdos. Tais formas e conteúdos foram analisados na dimensão fono-morfo-sintático-semântica.

As análises do corpus apontaram que os vocábulos aportuguesados, quando integrados ao sistema vocabular, tornam-se produtivos, de forma que a nova matriz lexical torna-se suporte de novos processos de derivação. De modo que só permanecem realmente estrangeiras aquelas formas que não fazem significado algum no contexto discursivo do falante brasileiro.

Outro fator identificado nas análises é que toda forma estrangeira é aportuguesada pelo ponto de vista fonético, além de a reinterpretação fonológica acomodar o novo vocábulo à formação de novos vocábulos em língua portuguesa.

A não equivalência entre os dois códigos faz com que o falante faça uso da “regra da falta”, ou seja, quando se opera com o processo de equivalência na dimensão fonológica e este não existe, o falante passa a articular os fonemas do idioma inglês pelos pontos de articulação dos fonemas em português, por exemplo:

- o [h] aspirado que se torna [r] como em [rót̚si] de *hot dog*,
- a consoante [t] realiza-se como fricativa chiante [t̚s] no português-brasileiro, como em [sít̚s] de *city tour*, no mesmo exemplo ainda, o som do Inglês: [ə] em [t'uə] realiza-se por [ɪ] no português-brasileiro [túɪ], entre outros.

Entendeu-se, assim, haver graus de proximidade e de distanciamento na pronúncia entre os dois idiomas, designando uma reinterpretação fonológica pelas matrizes do português e não uma tradução de fonema a fonema. De modo que, muitas vezes, ao fazer a interpretação fonológica já se faz uma interpretação morfossintática que, nestes casos se dá pelo acréscimo de vogais em posições de sílabas iniciais e sílabas finais de acordo como corpus analisado. Esses acréscimos possibilitam inserir o vocábulo estrangeiro pelas estruturas morfológicas do português. Assegurando o seu uso proficiente em produções extensivas às dimensões sintático-semânticas das estruturas frasais. Observa-se que, nestes casos, estas formas estrangeiras, assim nacionalizadas, tornam-se produtivas conforme demonstrado nas análises.

O conteúdo semântico dessas formas vocabulares tem equivalência com aquele de língua inglesa, como no caso de *scanner*, mas pelo processo de deriva

são expandidos em português: escanear e escaneado, por exemplo. De forma a haver o processo de derivação das formas compostas (a) e das formas simples (b).

No caso das formas compostas, o modelo de representação não se circunscreve à dimensão da forma morfológica como no caso acima. A interpretação fonética poderá implicar uma não produtividade, como no exemplo *telemarketing* (justaposição), em que não há produtividade, mantém-se a base semântica semelhante ao português, não há mudanças significativas, pois “tele” = televisão, telejornalismo, é produtivo em língua portuguesa, está na fundação da base idiomática do português.

Em *hot dog* ocorre um aportuguesamento na dimensão fonética, e um aportuguesamento na dimensão gráfica, quando da tradução cachorro-quente acrescenta-se o (-) hífen, seguindo-se os padrões da língua portuguesa, neste caso, em *hot dog*, diminui-se o grau de estrangeirização, mas não o dilui por completo, tem-se também uma tradução; esse processo de tradução vai implicar não só a mudança da forma como também de conteúdo pelas matrizes da cultura alimentar do brasileiro e por um processo metonímico *hot dog*, aportuguesado torna-se “dogão” da mesma forma que *cachorro-quente*, torna-se “cachorrão”, em que o sufixo “-ão” vai funcionar como valor aumentativo. O uso do hífen também ocorre com os compostos em inglês que mantêm a sua forma gráfica em português, mas recebem o hífen, como sinal de aportuguesamento da forma: self-service, fast-food e X-burguer.

Self-service, em português-brasileiro, pelo processo de tradução remete-se ao verbo pronominal “servir-se” que, empregado no campo da alimentação, faz referência a um modelo scriptural. O uso deste termo foi reinterpretado por um recorte dado no conjunto de ações scripturais no conteúdo do lugar onde se come (restaurante) quando o alimento é pesado, de sorte a equivaler a restaurante “a quilo” ou “por quilo”, por um processo metonímico simplesmente “quilo”, reinterpretação do conteúdo das formas semânticas conforme apontado no Capítulo I.

Workshop, em português-brasileiro, manteve sua forma gráfica de origem e a mesma classe gramatical: substantivo composto formado por justaposição, não houve mudança da sua designação na passagem de um idioma para o outro, porém sofreu aportuguesamento fonético e também se tornou empréstimo devido às formas concorrentes - oficina, seminário ou curso intensivo - em português-brasileiro não

recobrirem o *status* que o termo emprestado aparenta dar a uma pequena elite que o utiliza, uma forma de mostrar prestígio de uma classe economicamente dominante sobre outra.

Fast-food não se tornou produtiva em português brasileiro, mantém sua forma gráfica original, apesar de receber o hífen - um sinal de aportuguesamento – é aportuguesada foneticamente, na dimensão semântica segue o mesmo script de refeições rápidas nos dois idiomas e quase não é utilizada pela população que se refere a estes tipos de restaurantes pelas suas marcas ou franquias, Mc Donald's, por exemplo.

A denominação CD refere-se a compact disc (= disco compacto) que, por ser produto de tecnologia, não tem o mesmo sentido para o brasileiro que o compacto de vinil, de forma que foi aportuguesado foneticamente, e se tornou empréstimo mesmo havendo designação na língua nacional, porém não se fez produtivo.

Cheeseburger passou por um processo de criação em que a palavra *cheese* transformou-se em X, no português-brasileiro, além das diversas variações que o lanche ganhou no Brasil, como X-salada, X-bacon, X-calabresa e X-picanha entre outras. O termo emprestado sofreu aportuguesamento fono-morfo-sintático-semântico e se tornou produtivo em português-brasileiro.

City tour não se fez produtiva em português-brasileiro, porém sofreu aportuguesamento fonético e se tornou empréstimo por ser uma idéia ou conceito não existente no Brasil: regra da falta.

On sale, não há criatividade em língua nacional, pois o termo concorre com outros já existentes que recobrem o mesmo conceito, porém seu uso se faz como marco de um estilo de um pequeno grupo social elitizado e, embora tenha sofrido transmutação fonética, não foi incorporado ao vocabulário nacional, nem se fez produtivo.

No caso das formas simples: *off* concorre com formas já existentes no idioma nacional e não se torna produtivo, porém sofre um aportuguesamento fonético.

Banner sofreu um aportuguesamento fonético e semântico, porém não se tornou produtiva em português-brasileiro, foi reinterpretado pelo falante nacional se fazendo sinônimo para faixa.

Scanner, já apontado acima, sofreu aportuguesamento fono-morfo-sintático-semântico, devido à regra da falta vocabular que recobrisse o objeto novo, tornou-se

produtivo em português-brasileiro com o adjetivo escaneado e com o verbo escanear.

Mouse não se tornou produtivo em português-brasileiro, porém tornou-se empréstimo devido à falta vocabular, pois não havia vocábulo que recobrisse o novo objeto, além de sofrer aportuguesamento fonético.

Eject e *start* tornaram-se produtivos em português-brasileiro, com a forma ejetar/estartar, sofreram aportuguesamento fonético, porém ambas recobrem, respectivamente, a mesma ação em ambas as línguas.

Em suma, constatou-se que os vocábulos são aportuguesados pelo ponto de vista fonético e, quando integrados ao sistema vocabular, se tornam produtivos de forma que a nova matriz lexical passa a sustentar a produção de novas formas vocabulares; portanto os empréstimos são explicados pela produtividade lexical. Entretanto, tal resultado, obtido das análises desenvolvidas não dá por encerrada a discussão sobre o uso de estrangeirismos, mas, ao contrário, a direciona para novas perspectivas de estudo.

REFERÊNCIAS

ALAMBERT, Francisco. *A Semana de 22*. São Paulo: Scipione, 1998.

ALVES, Ieda Maria. *Neologismo – criação lexical*. São Paulo: Ática, 2004.

_____. *Estrangeirismos no português brasileiro: do mito a realidade*. Campinas: Gel - UNICAMP, 2003.

ANDRADE, Ana Rebello de. A terminologia do empréstimo lingüístico no português europeu: uma terminologia ambígua? In DUARTE, Isabel Margarida et al. *Actas do Encontro Comemorativo dos 25 anos do Centro de Lingüística da Universidade do Porto*. Porto: Chup, 2002.

BASSETO, Bruno Fregni. *Elementos de Filologia Românica*. São Paulo, Edusp: 2000.

BASÍLIO, Margarida. *Teoria Lexical*. São Paulo: Ática, 2005.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

BIDERMAN, Maria Tereza C. *A Formação de um padrão Lingüístico Nacional*. In Panorama da Sociolingüística nº 8, ano 67. Petrópolis: Vozes, 1973.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos Sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BURKE, Peter. *As Fortunas do Cortesão*. São Paulo: Unesp, 1997.

BUTTI, Cassiano. *Léxico e Cognição: as representações de mundo por meio de designações infantis*. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

CALVET. Louis-Jean. *Sociolingüística – uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. *Os Estudos de Português no Brasil (Dispersos; Língua e Cultura)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

_____. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

_____. *Dicionário de Lingüística e Gramática*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CAMARGO, José Eduardo Rodrigues. *O Brasil das placas*. São Paulo: Panda Books, 2007.

CAMPOS, Geir. *O que é tradução*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CARDEIRA, Esperança. *O Essencial Sobre a História do Português*. Lisboa: Caminho, 2006.

CARVALHO, Nelly. *As duas vertentes da Língua Portuguesa: usos no jornalismo*. In VII Congresso Nacional de Lingüística e Filologia, ano VII, nº12. CIEFIL 2003.

_____. *Publicidade – a linguagem da sedução*. São Paulo: Ática, 2004.

CHAVES DE MELLO. *Iniciação à Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967.

COSERIU, Eugênio. *Teoria da Linguagem e Lingüística Geral*. Madrid: Gredos, 1962.

_____. *Sincronia, Diacronia e História: o problema da mudança lingüística*. Tradução Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

COSTA, Ângela Marques & SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2005.

COUTO, Hildo H. do. *O que é português brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CUNHA, Celso. *A Língua Portuguesa e a Realidade Brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.

DRUMOND, Carlos. *Vocabulário da língua Basílica*. São Paulo: Boletim nº 161, Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia e Letras, 1953.

ELIA, Silvio. *Sociolingüística – uma introdução*. Niterói: Padrão, 1987.

_____. *Fundamentos Histórico-Lingüísticos do Português do Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

FARACO, Carlos Alberto. *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2001.

FÁVERO, Leonor Lopes. *As Concepções lingüísticas no Século XVIII – A gramática portuguesa*. Campinas: Unicamp, 1996.

FERRONHA, Antonio Luís (Coord.). *Atlas da Língua Portuguesa na História do Mundo*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1992.

FERRER, Aldo. *Hechos y Ficcione de la Globalizacion*. Fondo de Cultura Económica da Argentina, 1997.

GECKELER, H. *Semântica Estructural Y Teoria del Campo Léxico*. Madrid: Gredos, 1984.

GUSDORF, Georges. *A Palavra – Função – Comunicação – Expressão*. Lisboa: Edições 70, 1995.

GUILBERT, Louis. *La créativité lexicale*. Paris: Larousse, 1975.

HOEBEL, E. Adamson & FROST, Everett I. *Antropologia Cultural e Social*. São Paulo: Cultrix, 1976.

IANNI, Otávio. *A era do Globalismo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

JACQUARD, Albert, & PLANES, Hugutte. *Pequeno Manual de Filosofia Para Uso dos Não Filósofos*. Lisboa: Terramar, 2006.

KEHDI, Valter. *Formação de Palavras em Português*. São Paulo, Ática: 2005.

KOCH, Ingedore G. Villaça; SILVA, Maria Cecília Pérez de Souza. *Lingüística aplicada ao português: morfologia*. São Paulo: Cortez, 2001.

KROEBER, A.L. *El estilo y la evolucion de la cultura*. Madrid: Guardarrana, 1969.

LOPES, Edward. *Fundamentos da Lingüística Contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1977.

NICOLA, José de. *Literatura Portuguesa - da Idade Média a Fernando Pessoa*. São Paulo: Scipione, 1997.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. *História da Língua Portuguesa V. Século XIX*. São Paulo: Ática, 1988. (Série Fundamentos).

MATIAS, Eduardo Felipe P. *A Humanidade e suas Fronteiras - do estado soberano à sociedade global*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MATTORÉ, Georges. Le vocabulaire et la société sous Louis-Philippe. Paris, 1951. In REY, Alan et al. *Da Lexicologie, Lectures*. Paris: Klincksieck, 1970.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967.

_____. *A Língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Instituto a Documentação, 1971.

MELO, Heloísa A Brito de. *O Falar Bilíngüe*. Goiânia: Editora UFG, 1999.

MORENO, Montserrat et al. *Conhecimento e Mudança os Modelos Organizadores na Construção do Conhecimento*. Tradução de Ana Venite Fuzatto. São Paulo: Moderna, 2000.

MORIN, Edgar. *Ética, Cultura e Educação*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *O método: a humanidade da humanidade*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MÓRRA, Eunice Martins. *O Léxico no Século XVI: Um Estudo do Idioma Brasileiro*. Dissertação de Mestrado – PUCSP, 2006.

MOUSINIER, Roland. *História Geral das Civilizações - Os séculos XVI e XVII*. Tradução de História Geral das Civilizações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

ORLANDI, Eni Puccinelli; LAJOLO, Marisa & IANNI, Octavio. *Sociedade e Linguagem*. Campinas: Unicamp, 1997.

PAIVA BOLÉO, M. O Problema da Importação das Palavras e o Estudo dos Estrangeirismos (em especial os francesismos) em Português. In *O Instituto*, v. CXXVII, tomo II, Coimbra, s/c.

PAVIANI, Jayme. *Cultura, Humanismo e Globalização*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

PEREIRA, Dulce. *O Essencial sobre Língua Portuguesa – crioulo de base portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 2006.

PINTO, Rolando Morel. *História da Língua Portuguesa IV. Século XVIII*. São Paulo: Ática, 1988. (Série Fundamentos).

REY, Alan et al. *Da Lexicologie, Lectures*. Paris: Klincksieck, 1970.

RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório – etapas da evolução sociocultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANDMANN, Antonio José. *Competência Lexical, Produtividade, Restrições e Bloqueio*. Paraná: UFPR, 1991.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 12. ed. Porto: Afrontamento, 2001.

SAPIR, Edward. *A Linguagem: introdução ao estudo da fala*. Tradução Mattoso Câmara Junior. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. 26. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

SENE, Eustáquio de. *Globalização e Espaço Geográfico*. São Paulo: Contexto, 2003.

SHULTE-HERBRÜGGEN, Heinz. *El Language y La vision del Mundo*. Chile: La Universidad de Santiago del Chile, 1967.

SILVEIRA BUENO, Francisco da. *Vocabulário Tupi-Guarani - Português*. 6. ed. São Paulo: Éfeta, 1998.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1951.

SILVEIRA, Regina Célia Pagliuchi da. *Estudos de Fonética do Idioma Português*. São Paulo: Cortez, 1998. (Série Gramática Portuguesa na Pesquisa e no Ensino nº 6. 2. ed.)

SOBRINHO, Barbosa Lima. *A língua Portuguesa e a Unidade do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SPINA, Segismundo. *História da Língua Portuguesa III. Segunda metade do século XVI e século XVII*. São Paulo: Ática, 1987. (Série Fundamentos).

SPINK, Mary Jane & MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no Cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica das práticas discursivas. In SPINK, M. J. (Org.). *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 1999.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Tradução de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TURRAZA, Jeni Silva. *Léxico e Criatividade*. São Paulo: Annablume, 2005.

TURAZZA, Jeni Silva. *Léxico em Línguas de Interface*: dificuldades de aquisição do vocabulário. In. SILVEIRA, Regina Célia Pagliuchi da. *Português Língua Estrangeira: perspectivas*. São Paulo: Cortez, 1998.

VASCONCELOS, Carolina Michaelis de. *Lições de Filologia Portuguesa*. Lisboa: Dinalivro, s/d.

VICENTINO, Cláudio. *História Geral*. São Paulo: Scipione, 1997.

WHORF, B. L. Language, thought and reality (textes choices). Cambridge: Mass, 1956. In REY, et al. *Da Lexicologie, Lectures*. Paris: Klincksieck, 1970.

Sites consultados:

Academia Brasileira de Letras. <http://www.academia.org.br/>. Acesso em: 25 set. 2007.

Aldo Rebelo. http://www.aldorebelo.com.br/noticia_impressao. Acesso em 04 jan 2008.

Wikipédia. <http://www.wikipedia.org/>. Acesso em: 15 set 2007.

UOL Últimas Notícias <http://noticias.uol.com.br/ultnot/agencia/> Acesso em 13 dez 2007.

Dicionários consultados:

Collins Gem Dictionary Portuguese-English / English-Portuguese. London: 1980.

Collins Gem Dicionário Espanhol –Português/ Português-Espanhol. Brasil: 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2004.

HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

Michaelis Dicionário ilustrado Inglês/Português. São Paulo: Melhoramentos, 1988.

Michaelis Minidicionário inglês-português / português-inglês. São Paulo: Melhoramentos, 2002.

Michaelis Dicionário Escola francês-português / português-francês. São Paulo: Melhoramentos, 2002.

Oxford minidictionary Portuguese-English / English-Portuguese. Oxford: OUP, 1997.

ANEXO A

O Projeto

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - A língua portuguesa, considerando o disposto no caput do art. 13, e com base no caput, inciso I, e nos §§ 1º e 4º do art. 216 da Constituição Federal, integra o patrimônio cultural brasileiro, concorrendo para a definição da soberania do País.

Art. 2º - Incumbe ao Poder Público, no intuito de promover, difundir e valorizar a língua portuguesa, mediante a alocação de recursos específicos e com a colaboração da comunidade:

I - melhorar as condições de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa em todos os níveis e modalidades da educação nacional;

II - incentivar o estudo e a pesquisa sobre as variedades lingüísticas do português brasileiro;

III - realizar campanhas e certames educativos sobre o uso da língua portuguesa, destinados a estudantes, professores e cidadãos em geral;

IV - criar comissões para operacionalizar os parâmetros curriculares da língua portuguesa, visando à renovação do ensino do idioma no Brasil;

V - criar, no rádio e na televisão, cursos de língua portuguesa que tratem do uso e funcionamento do idioma;

VI - incentivar a criação de leitorados em universidades estrangeiras para a promoção da língua portuguesa;

VII - promover a criação e a ampliação de programas de treinamento e pesquisa, no País, para professores estrangeiros de língua portuguesa;

VIII - estimular a criação de centros de estudos de língua portuguesa em países não-lusófonos;

IX - estimular a divulgação e o intercâmbio de livros de escritores dos diversos países lusófonos;

X - estabelecer um sistema de rodízio cultural, educacional e lingüístico de professores de língua portuguesa, lingüística e literatura das nações lusófonas;

XI - apoiar a realização de espetáculos baseados em obras de valor universal, apresentados no Brasil com texto traduzido para a língua portuguesa;

XII - fomentar a participação do Brasil na Comunidade dos Países de Língua

Portuguesa;

XIII - incentivar a melhoria dos cursos de formação de professores de língua portuguesa;

XIV - incentivar a criação de bibliotecas escolares, com acervo de obras literárias em língua portuguesa em número de títulos e quantidade de exemplares suficiente para atender a clientela estudantil;

XV - dotar as bibliotecas escolares de bibliotecários especializados no atendimento de crianças e jovens;

XVI - fomentar a criação de bibliotecas públicas em todos os municípios brasileiros, com acervos adequados, numérica e qualitativamente, para atender a demanda da população.

Art. 3º - É obrigatório o uso da língua portuguesa nos documentos emanados da administração pública direta, indireta e fundacional dirigidos ao conhecimento público.

§ 1º - As palavras e expressões em língua estrangeira atualmente em uso nos documentos de que trata o caput deverão ser substituídas por palavras ou expressões equivalentes em língua portuguesa, no prazo de um ano, a contar da data da publicação desta Lei.

Art. 4º - Toda palavra ou expressão escrita em língua estrangeira e destinada ao conhecimento público no Brasil virá acompanhada, em letra de igual destaque, do termo ou da expressão vernacular correspondente em língua portuguesa.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se aos seguintes domínios:

I - relações comerciais, sobretudo às informações contidas nos produtos de origem estrangeira comercializados no País;

II - meios de comunicação de massa;

III - mensagens publicitárias;

IV - informações afixadas nos estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviços.

Art. 5º - Para as áreas de intensa inovação tecnológica e científica, em que há o predomínio do léxico de língua estrangeira, serão formadas comissões específicas com a finalidade de elaborar os respectivos glossários contendo sugestões de termos equivalentes no vernáculo ou resultantes do processo de aportuguesamento.

§ 1º - As comissões de que trata o caput contarão, obrigatoriamente, com especialistas técnicos da área, lingüistas, lexicólogos e filólogos, conforme o disposto na regulamentação desta Lei.

§ 2º - Os glossários referidos no caput receberão ampla divulgação e terão seu acesso facilitado ao público, por todos os meios disponíveis.

§ 3º - Os meios de comunicação de massa impressos poderão utilizar palavra ou expressão estrangeira de qualquer das áreas tratadas no caput pelo período máximo de um ano após a elaboração do respectivo glossário, desde que também utilizem o termo correspondente em língua portuguesa.

§ 4º - Decorrido o prazo estabelecido no § 3º, o emprego de palavra ou expressão em língua estrangeira será considerado lesivo ao patrimônio cultural brasileiro e punível na forma da lei.

Art. 6º - A regulamentação desta Lei tratará das sanções administrativas cabíveis no caso de descumprimento da presente norma, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

Parágrafo único - A regulamentação de que trata o caput será subsidiada por um conselho formado por representantes da Academia Brasileira de Letras, da Associação Nacional de Pesquisadores em Língua e Literatura e da Associação de Lingüística Aplicada do Brasil.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(Disponível em http://www.aldorebelo.com.br/noticia_impressao. Acesso em 04 jan 2008).

ANEXO B

(CARDEIRA, 2006)

ANEXO C



(folder distribuído ao público - arquivo do pesquisador)

ANEXO D



(CAMARGO, 2007)

ANEXO E



(CAMARGO, 2007)

ANEXO F

13/12/2007 - 13h10

CCJ da Câmara aprova lei contra estrangeirismos

**Denise Madueño
de Brasília**

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou na manhã desta quinta-feira (13) projeto do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) que proíbe o uso de estrangeirismos no país.



Menina ao lado de vitrine com termo em inglês em shopping da zona oeste de SP

Pelo projeto, toda palavra ou expressão escrita em língua estrangeira e destinada ao conhecimento público no Brasil virá acompanhada, em letra de igual destaque, do termo ou da expressão correspondente em português.

Isso inclui os meios de comunicação de massa, as mensagens publicitárias e as informações comerciais.

No caso de documentos da administração pública, o uso do português é obrigatório. A punição para os infratores ainda será definida em lei.

O projeto já foi aprovado pelo Senado, e agora falta apenas a votação pelo plenário da Câmara.